



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



JULIANE LIMA CARVALHO

OS ESPAÇOS FÚNEBRES NA CIDADE DE MANAUS

MANAUS – AM

2023

JULIANE LIMA CARVALHO

OS ESPAÇOS FÚNEBRES NA CIDADE DE MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEOG da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

MANAUS – AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C331e	Carvalho, Juliane Lima Os espaços fúnebres na cidade de Manaus / Juliane Lima Carvalho . 2023 172 f.: il. color; 31 cm. Orientador: Ricardo José Batista Nogueira Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Espaços fúnebres. 2. Cemitérios. 3. Cultura . 4. Morte. 5. Manaus. I. Nogueira, Ricardo José Batista. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	---

JULIANE LIMA CARVALHO

OS ESPAÇOS FÚNEBRES NA CIDADE DE MANAUS

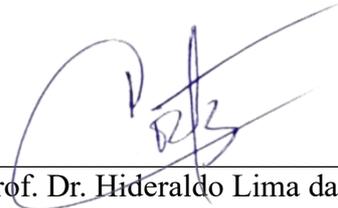
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Aprovado em: 20 setembro 2023.

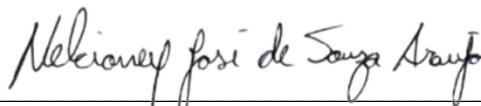
BANCA EXAMINADORA



Prof. (a) Dr. (a). Ricardo José Batista Nogueira, Presidente
Universidade Federal do Amazonas



Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa
(PPGEH/UFAM)



Prof. Dr. Nelcioney José de Souza Araújo
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG/UFAM)

“A morte é um mistério:
o sepultamento é um segredo”.
O cemitério – Stephen King

AGRADECIMENTOS

Meus profundos agradecimentos primeiramente a Deus meu pai celestial e espiritual, mestre e professor que esteve comigo em todos os momentos dessa caminhada me dando fé e forças para prosseguir.

Agradeço e dedico essa dissertação aos meus pais Maria Julia Lima e Bernardo Sales Carvalho e ao meu filho Athos Guilherme Lima Carvalho Paes.

Meus pais são os responsáveis por eu estar onde estou, pois sem eles nada disso seria possível. Meu pai infelizmente não está mais entre nós, mas ficou muito feliz e orgulhoso ao saber que eu estava tentando entrar no mestrado, na minha penúltima tentativa em 2018, a alegria dele me deu um ânimo maior para não desistir de fazer a prova e participar das demais etapas. Infelizmente tomei conhecimento da gravidade do seu estado de saúde um dia antes do certame, embora muito abalada consegui passar em quase todas as etapas e assim ficando na final. No ano seguinte meu pai faleceu, e apesar da enorme tristeza consegui realizar as demais etapas. Sei que onde ele estiver, ficará feliz pelo fato de eu não ter desistido dessa conquista que seria nossa. E se tentei novamente em 2020 foi por ele e pelo incentivo do meu orientador.

Minha mãe foi essencial em toda a minha trajetória, sem ela nem sei o que seria de mim, já que sempre me apoiou e me ajudou com meu filho para que eu pudesse prosseguir e tentar focar nos estudos, muitas vezes fazendo o meu papel de mãe para que eu pudesse ter mais tempo para escrever, pesquisar, ir a campo e descansar quando precisava, sem esse suporte certamente eu não conseguiria. Minha mãe sempre foi guerreira e exercia os dois papéis após a separação do meu pai e sempre nos incentivou a não desistirmos dos estudos, já que ela e meu pai não tiveram a mesma oportunidade. Ambos possuem o ensino fundamental incompleto, meu pai ficou mais distante após a separação devida sua nova família, mesmo assim dedico a ele, pois apesar de tudo foi um bom pai. A vocês todo meu amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim, gostaria que ambos estivessem comigo nessa realização, mas sei que estão, porém em planos diferentes.

Dedico também ao e meu filho Athos Guilherme, que é a razão da minha vida, tudo que penso em fazer ou conquistar é pensando em lhe dar um futuro melhor, nesse período de um pouco mais de dois anos, tentei ser presente e lhe dar amor e atenção em todos os momentos que podia e conseguia, para que você não se sentisse triste ou rejeitado, sempre lhe

explicando que a mamãe estava estudando para melhorar nossa situação, e você mesmo triste por não saímos como antes pra passear e na inquietude de uma criança com TDAH que acabava reclusa em casa por minha causa, entendia quando a mamãe pedia paciência, afirmando que esses momentos iriam passar e voltariamos a nos divertir juntos com a frequência de antes, sempre ia comigo onde estivesse lendo e escrevendo me beijar e dizer que me amava, sendo meu combustível para não desistir, pois não é fácil abdicar de momentos com quem amamos para priorizar o mestrado, em alguns momentos a vontade de desistir é grande, mas nada é conquistado sem esforço e dedicação.

Ao meu orientador, Professor Ricardo Nogueira, um mestre brilhante que sempre acreditou em mim desde o início, quando muitas vezes nem eu mesma acreditava, gratidão por todo incentivo, compreensão, acolhimento, empatia e conhecimentos repassados durante todo esse percurso que não foi nada fácil. Sem seu incentivo certamente não teria tentado entrar na seleção de 2020 e graças a ele consegui.

Aos meus familiares que direta ou indiretamente torceram por mim, a minha irmã Juliete que sempre tentava me animar e me fazer sair de casa para passear, nem que fosse por poucas horas para descansar e distrair a mente por conta do estresse de ficar enclausurada em casa em função do mestrado e a minha imã Juliana por ajudar meu filho a fazer um trabalho escolar, enquanto eu estava fazendo a correção da minha dissertação.

Aos avós paternos do meu filho, Jucirene e Paulo, por me ajudarem cuidando do neto quando minha mãe não podia me dar esse suporte. A Juliana minha ex-cunhada e amiga que se disponibilizou a ir junto com a mãe fazer algumas perguntas no Cemitério Recanto da Paz por morarem perto e para me ajudarem com as informações que eu ainda precisava. E o Pablo pai do meu filho que me ajudou com a explicação de um texto na fase inicial do mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG - UFAM), no qual pude crescer grandemente como pesquisadora. Aos professores que acenderam em mim novas formas de vivenciar as Ciências Humanas na academia e para além dela, em especial aos educadores que marcaram minha vida acadêmica desde a graduação e reencontrei no mestrado, vocês foram essenciais para a toda a formação que tenho hoje minha eterna gratidão a cada um de vocês.

Aos colegas que fiz na turma de mestrado 2021 do PPGEOG, com os quais dividi essa caminhada um tanto angustiante, juntos compartilhamos vários momentos, de aflição

quando a internet não pegava, pois boa parte da nossa jornada foi virtual por conta da COVID-19, com essa ausência física acabamos criando laços de amizade de forma cibernética, na qual desenvolvemos ajuda mútua, além de torcemos uns pelos outros em momentos cruciais como: nas apresentações das disciplinas, no seminário de geografia, na qualificação e sem dúvida estaremos torcendo para que cada um possa fazer uma ótima defesa final de sua dissertação, sem que exista nenhuma desistência no percurso, só realização e sucesso para todos.

A CAPES, pelo fomento à pesquisa que recebi, por um período de oito meses o que me ajudou bastante, mesmo diante dos terríveis cortes orçamentários que às universidades sofreram nos últimos quatro anos, a instituição tentou ajudar no que pode. Aos amigos Alice e Fernando, bem como a professora Amélia que foram essenciais para que eu conseguisse esse tempo de bolsa.

A todos os profissionais dos espaços fúnebres que visitei e que dedicaram parte do seu tempo e trabalho para conversar comigo, mostrar a rotina do espaço, narrar suas perspectivas a respeito do que é o cemitério sua vivência e trajetória, em especial, a Vera que está à frente da gestão do cemitério São João, a dona Maria José zeladora do cemitério judeu que está inserido dentro da Necrópole São João, ao Gabriel que trabalha na recepção do cemitério São Francisco, ao Ricardo que é supervisor do Campo Santo Parque de Manaus etc.

Aos funcionários e colaboradores da sede da SEMULSP (Secretaria Municipal de Limpeza Pública) em especial ao Yan do Departamento de Cemitérios (DECEM), o qual além de me receber bem, ainda me deu suporte na etapa inicial dessa pesquisa, disponibilizando alguns mapas dos cemitérios e o gráfico que representava o número de mortes durante o período da Covid 19.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Amazonas Nonato e Lúcio que sempre me receberam muito bem, todas as vezes que fui atrás de informações e documentos necessários a minha pesquisa. Como também, aos funcionários do Museu Amazônico Robson e Rosângela que foram super-receptivos e solícitos em me ajudar com tudo que pudessem encontrar a respeito da minha temática. E ao Pedro da Secretaria de Cultura que me ajudou com imagens antigas da Cidade de Manaus.

Aos amigos do trabalho, Marcelo por me sugerir a temática, bem como me dar o material impresso e estudar comigo para as etapas do mestrado. Ao Breno que redigiu um

documento com seus conhecimentos em direito para que eu pudesse entrar com recurso contra a ausência de isonomia no critério de só ser considerada as titulações dos últimos quatro anos, mesmo o resultado tendo sido indeferido se dispôs a me ajudar com isso. Lígia por me ajudar a encontrar livros em PDF, textos, referências e me colocar em contato com um autor que já havia falado sobre essa temática que é o Humberto Barata, o qual acabou me disponibilizando materiais e diversas outras informações que me possibilitaram obter mais conhecimento para a escrita dessa dissertação. Lincon que me emprestou parte de sua biblioteca pessoal, além de comprar alguns livros para me emprestar que foram essenciais na fase inicial do mestrado. Alan que com seus conhecimentos de inglês fez a revisão e correção do abstract dessa pesquisa. .

Aos amigos Carol, Sandra e Fábio, por todo apoio, ajuda e incentivo, por compartilharem comigo momentos, experiências, livros, conhecimentos, risadas, angústias, conquistas, além de me acolherem em momentos ruins, tornando meus dias muito mais leves e alegres nesse percurso. A minha amiga Ercília Boaventura e o seu marido Jadson, pelo acolhimento em sua casa, pelas risadas e pela correção minuciosa da minha dissertação, melhores revisores de português eu não poderia ter tido nesse processo.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram com essa longa jornada acadêmica, que me fortaleceram física, social, emocional, psicológica e espiritualmente.

Minha Gratidão!

RESUMO

Segundo Lewys Mumford (1998), o advento da morte trouxe aos homens primitivos a preocupação com a cidade dos mortos, pensando nela antes da cidade dos vivos, pois desde os tempos antigos já existia uma preocupação com a moradia final dos mortos, desta forma surgiram os cemitérios. Nessa perspectiva serão abordados os Espaços Fúnebres da Cidade de Manaus. A pesquisa buscou compreender a importância dessa forma espacial, sua evolução ao longo do tempo, as consequências de uma possível escassez desses espaços fúnebres ou até mesmo sua finitude, bem como identificar soluções para otimização desses lugares para que isso não aconteça. O presente trabalho teve como metodologia, o levantamento bibliográfico assim como a pesquisa de campo. A delimitação da problemática tem como eixo os Espaços Fúnebres na Cidade de Manaus. Além disso, o estudo tem por objetivo geral analisar as transformações que os cemitérios sofreram ao longo do tempo e sua importância como forma espacial. Os métodos utilizados serão através da observação, utilização de dados e informações da Semulsp. Demonstra-se como os cemitérios foram ganhando formatos e percepções distintas no decorrer de sua evolução histórica, mas só foi a partir da idade média que houve a secularização deles e passaram a ser como conhecemos nos dias de hoje, como formas espaciais que carregam consigo memória e cultura que representam a história. Com a secularização ocorre a mudança dos locais de enterramentos, do interior das igrejas para os cemitérios extramuros e a céu aberto, evidenciando assim o processo de laicização e o enfraquecimento da igreja e da religião sobre as decisões na vida social. Com o crescimento dos centros urbanos, os cemitérios foram sendo incorporados às cidades pelo processo de urbanização e se tornaram um problema para os vivos, pois em muitas cidades não se tem a intenção de construir novos cemitérios, com isso surge uma problemática que seria a preocupação com a falta de espaços para enterrar os mortos e as consequências que isso traria para as sociedades. Essa preocupação não era tão aflorada, porém com o surgimento da Covid 19 várias cidades do país entraram em colapso funerário, onde a preocupação com a falta de espaços passou a ser um desafio à gestão urbana. Concluímos, portanto, mostrando que tal análise se torna imprescindível para o planejamento e gestão de uma cidade, por isso se torna necessário à criação de políticas públicas ou ações privadas, que possibilitem o estabelecimento de estratégias efetivas de combate à falta desses espaços fúnebres. A morte é um ato histórico, porém é um problema dos vivos, pois são os vivos que devem tomar medidas para que a cidade dos mortos não prejudique ou interfira na cidade dos vivos.

Palavras-chave: Espaços fúnebres; Cemitérios; Cultura; Morte; Manaus;

ABSTRACT

According to Lewys Mumford 1998, the advent of death brought to primitive men the preoccupation with the city of the dead, thinking of it before the city of the living, because since ancient times there was already a concern with the final home of the dead, that's why cemeteries were created then. In this perspective, the Funeral Spaces of the City of Manaus will be approached. The research seeks to understand the importance of this spatial form, its evolution over time, the consequences of a possible scarcity of these funerary spaces or even their finitude, as well as to identify solutions for optimizing those places so that this does not happen. Cemeteries have gained different formats and perceptions throughout their historical evolution, but it was only from the Middle Ages that they were secularized and became as we know them today, as spatial forms that carry with them memory and culture that represent the history of humanity. With secularization, burial sites change, from inside churches to extramural and open-air cemeteries, thus evidencing the process of secularization of the State and the weakening of the church and religion on decisions in social life. In large urban centers, over time, cemeteries have been incorporated into cities by the urbanization process and have become a problem for the living, as in many cities there is no intention of building new cemeteries, with this a problem arises that would be the concern with the lack of spaces to bury the dead and the consequences that this would bring to societies. This concern was not so highlighted, but with the emergence of Covid 19, several cities in the country went into funeral collapses, where the concern about the lack of spaces became a challenge to urban management. Thus, it can be understood how such analysis becomes essential for the planning and management of a city, so it becomes necessary to create public or private policies that enable the establishment of effective strategies to combat the lack of these funeral spaces. Death is a historical act, but it is a problem for the living, as it is the living who must take measures so that the city of the dead does not harm or interfere with the city of the living. The present work had as methodology, the bibliographic survey as well as the field research. The delimitation of the problematic has as axis the Funeral Spaces in the City of Manaus. The general objective of the study is to analyze the transformations that cemeteries have undergone over time and their importance as a spatial form. The methods used will be through observation, use of data and information from Semulsp.

Keywords: Death, Funeral spaces; cemeteries; Culture;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A caverna é uma das primeiras formas cemiteriais existentes no mundo dos vivos.....	33
Figura 2: Dólmen Dosanri Goange Coréia do Sul.....	34
Figura 3: Catacumbas de Paris na França.....	35
Figura 4: Tumba com sarcófagos.....	36
Figura 5: Igreja decorada com ossos em Praga – República Tcheca.....	38
Figura 6: Cemitério dos Innocents em Paris.....	39
Figura 7: Cemitério Old Jewish – Praga XV.....	41
Figura 8: Cemitério da Consolação, em São Paulo 1858.....	43
Figura 9: Cemitério horizontal da Consolação em São Paulo.....	57
Figura 10: Cemitério vertical no Brasil.....	59
Figura 11: Cemitério parque Japi em São Paulo.....	60
Figura 12: Prospecto da fortaleza de São José.....	64
Figura 13: Gravura do Porto de Manaus com a matriz ao fundo.....	65
Figura 14: Igreja Matriz de Manaus Nossa Senhora da Conceição.....	65
Figura 15: Planta da Cidade de Manáos 1852.....	67
Figura 16: Igreja dos Remédios 1922.....	68
Figura 17: Praça dos Remédios com a igreja ao fundo.....	68
Figura 18: Ruínas de uma fortaleza portuguesa na Barra do Rio Negro.....	70
Figura 19: Sepulturas dos índios Manáos, avistadas por Paul Marcoy.....	71
Figura 20: Mortório em urna funerária denominada de “igaçaba”.....	72
Figura 21: Vista do terreno e do bairro dos Remédios.....	74
Figura 22: Cemitério São José.....	76
Figura 23: Cemitério São José e seu entorno.....	76
Figura 24: Estrada da Cachoeira Grande, com visão para as grades da Necrópole de São José.....	77
Figura 25: Atlético Rio Negro Clube 1950.....	79
Figura 26: Atlético Rio Negro Clube 1974.....	79
Figura 27: Praça da Saudade antiga.....	80
Figura 28: Praça Cinco de Setembro.....	80
Figura 29: Antigo cemitério São Raimundo (Variolosos).....	81
Figura 30: Escola Marques de Santa Cruz construída onde era o cemitério Variolosos.....	82
Figura 31: Planta de Manaus e arrabaldes de 1906: Cemitério São José e São João.....	87
Figura 32: Área de Estudo: Espaços Fúnebres da Cidade de Manaus.....	90
Figura 33: Reservatório do Mocó.....	93
Figura 34: Vista aérea do cemitério São João.....	93
Figura 35: Monumentos do cemitério São José.....	95

Figura 36: Túmulos trazidos do cemitério São José para o cemitério São João.....	95
Figura 37: Número de quadras do cemitério São João.....	96
Figura 38: Vista aérea das quadras do cemitério São João.....	97
Figura 39: Túmulo do Governador Eduardo Ribeiro.....	98
Figura 40: Túmulo do Senador Jefferson Péres.....	98
Figura 41: Túmulo Etelvina D’Alencar.....	98
Figura 42: Túmulo Área Paraense.....	98
Figura 43: Portão do Cemitério São João.....	99
Figura 44: Inscrição no portão Laborum Meta significa “final dos trabalhos”.....	99
Figura 45: Cemitério Judeu dentro do São João.....	100
Figura 46: Sepulturas de Judeus.....	100
Figura 47: Frente da capela de São João.....	101
Figura 48: Interior da capela de São João.....	101
Figura 49: Número de quadras no cemitério Nossa Senhora da Piedade.....	102
Figura 50: Vista aérea do cemitério Nossa Senhora da Piedade.....	102
Figura 51: Número de quadras no cemitério Santo Alberto.....	103
Figura 52: Vista aérea do cemitério Santo Alberto.....	104
Figura 53: Número de quadras no cemitério Santa Helena.....	104
Figura 54: Vista aérea do cemitério Santa Helena.....	105
Figura 55: Número de quadras no cemitério São Francisco.....	106
Figura 56: Vista aérea do cemitério São Francisco.....	106
Figura 57: Número de quadras no cemitério Nossa Senhora Aparecida.....	107
Figura 58: Entrada do Cemitério de Nossa Senhora de Aparecida.....	108
Figura 59: Sepulturas no cemitério Nossa Senhora Aparecida.....	109
Figura 60: Cemitério Nossa Senhora Aparecida.....	109
Figura 61: Vista dos cemitérios Parque Tarumã e Nossa Sra. Aparecida 1970.....	110
Figura 62: Entrada da Necrópole Parque de Manaus (Espaço Fúnebre Privado).....	108
Figura 63: Cemitério Nossa Senhora Aparecida à esquerda e o Parque de Manaus à direita.....	112
Figura 64: Utilização de terrenos com voçorocas para fazer novas sepulturas.....	113
Figura 65: Ruas extintas para fazer novas sepulturas.....	113
Figura 66: Cemitério indígena dentro da necrópole de Nossa Senhora Aparecida.....	113
Figura 67: As cinco fileiras de gavetas verticais inauguradas no Dia do Índio em 2022.....	113
Figura 68: Frente do cemitério indígena.....	114
Figura 69: Placa inaugural da necrópole.....	114
Figura 70: Imagens das gavetas verticais finalizadas e que receberam pinturas indígenas.....	115
Figura 71: Imagens das gavetas verticais que ainda estão sendo finalizadas.....	115

Figura 72: A erosão abriu grandes voçorocas na área do cemitério e arruinou o sítio arqueológico.....	117
Figura 73: Borda de uma urna funerária em sítio arqueológico que já foi um cemitério indígena.....	118
Figura 74: Memorial Necrópole.....	119
Figura 75: Paço Municipal de Manaus.....	119
Figura 76: Museu da cidade com urnas funerárias.....	120
Figura 77: Sala de Arqueologia do Museu.....	120
Figura 78: Documentos necessários para solicitar a movimentação da sepultura.....	131
Figura 79: Carros do SOS Funeral.....	132
Figura 80: Vista aérea do cemitério Nossa Senhora Aparecida no início de 2021.....	132
Figura 81: Recipientes onde as cinzas ficam guardadas após a cremação e expostas no cinerário.....	133
Figura 82: Cinerário da Necrópole Ecumênica de Santos em São Paulo.....	134
Figura 83: Imagem de um folder na SEMULSP mostrando como seriam as gavetas verticais.....	135
Figura 84: Valores dos serviços fúnebres.....	137
Figura 85: Crematório do Cemitério Parque Recanto da Paz.....	138
Figura 86: Divulgação dos valores fúnebres em outdoor.....	139
Figura 87: Informações dos serviços ofertados pelo grupo Recanto da Paz.....	139
Figura 88: Veículo utilizado pelo Amazon Crematório Pet.....	140
Figura 89: Espaço Social do Amazon Crematório Pet.....	140
Figura 90: Ossuário coletivo do cemitério Nossa Senhora Aparecida.....	142
Figura 91: Sacos fúnebres onde ficam os ossos no ossuário coletivo.....	142
Figura 92: Espaço interno do ossuário no cemitério Nossa Senhora Aparecida.....	143
Figura 93: Identificação dos mortos nos sacos fúnebres.....	143
Figura 94: Frente do cemitério Santo Alberto.....	143
Figura 95: Ossuário inativo do cemitério Santo Alberto.....	143
Figura 96: Modelo de sepultura com três gavetas e com ossuário próprio acima.....	144
Figura 97: Ossuário do cemitério São José que foi removido para o cemitério São João.....	145
Figura 98: Ossuário no cemitério Parque de Manaus.....	145
Figura 99: Gavetas de concreto do cemitério Parque de Manaus.....	154
Figura 100: Molde das gavetas na visão vertical.....	154
Figura 101: Área onde está inserido o cemitério Parque de Manaus.....	155
Figura 102: Pandemia da COVID-19 sepultamento em valas coletivas no cemitério Aparecida.....	157
Figura 103: Gavetas verticais dentro do cemitério Nossa Senhora Aparecida 2021.....	160
Figura 104: Memorial em Santos é o maior e mais completo cemitério vertical do mundo.....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Localização e dimensão espacial dos cemitérios de Manaus.....	91
Tabela 2: Número de sepultamentos no período da pandemia da Covid19.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: As religiões mais praticadas no mundo.....	50
Gráfico 2: Principais religiões adotadas no Brasil.....	51
Gráfico 3: Número de inumações de abril de 2020 a dezembro de 2021.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. CONCEPÇÕES SOBRE A MORTE AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA.....	24
1.1. Geografia Da Morte.....	28
1.2. SURGIMENTO DOS CEMITÉRIOS E SUAS CARACTERÍSTICAS AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE.....	31
1.2.1. Os cemitérios na Pré-História.....	33
1.2.2. Os cemitérios na Antiguidade.....	36
1.2.3. Os cemitérios na Idade Média.....	38
1.2.4. Os cemitérios na Idade Moderna.....	41
1.2.5. Os cemitérios na Idade Contemporânea.....	43
1.3. RITUAIS E RITOS FÚNEBRES.....	47
1.3.1. Rituais fúnebres pela ótica do Catolicismo.....	49
1.4. SECULARIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÚNEBRES: O PAPEL DA IGREJA E DO ESTADO.....	54
1.5. TIPOLOGIA DOS CEMITÉRIOS.....	57
1.5.1. Cemitério horizontal.....	58
1.5.2. Cemitério vertical.....	59
1.5.3. Cemitério parque ou jardim.....	60
2. A HISTÓRIA DA CIDADE DE MANAUS E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS CEMITÉRIOS.....	63
2.1. Cemitério Provisório Dos Remédios ou da Cruz (1854).....	74
2.1.1. Cemitério São José (1856).....	76
2.1.2. Cemitério Varioloso (1879).....	81
2.2. ESPAÇOS FÚNEBRES DA CIDADE DE MANAUS.....	89
2.2.1. Cemitério São João Batista (1891).....	92
2.2.2. Cemitério Nossa Senhora Da Piedade (1905).....	102
2.2.3. Cemitério Santo Alberto (1918).....	104
2.2.4. Cemitério Santa Helena (1930).....	105
2.2.5. Cemitério São Francisco (1937).....	107
2.2.6. Cemitério Nossa Senhora Aparecida e Cemitério Parque de Manaus (1976).....	108
2.2.7. Cemitério Indígena Yane Ambiratá Rendáwa Bara Upé (2022).....	114
2.3. CEMITÉRIOS INDÍGENAS EM MANAUS.....	117
3. LEGISLAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS APLICADAS AOS ESPAÇOS FÚNEBRES..	124

3.1. Políticas Públicas e Ações Privadas.....	124
3.1.1. SOS Funeral	130
3.1.2. Cemitérios Verticais	133
3.1.3. Crematórios	137
3.1.4. Ossuários	142
3.2. TIPOS DE SEPULTURAS EM MANAUS	146
3.2.1. Problemas enfrentados nos cemitérios	148
3.2.2. As sepulturas de Manaus podem ser transferidas?.....	149
3.2.3. Uma cova pode servir para quantos cadáveres?.....	149
3.2.4. Os cemitérios de Manaus possuem sistema integrado?	150
3.3. GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES	150
3.4. LEIS AMBIENTAIS.	153
3.5. APAGÃO, COLAPSO FUNERÁRIO.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	167

INTRODUÇÃO

Historicamente, o homem tem deixado suas marcas pelo planeta, possibilitando que através de vestígios encontrados em diversas partes do globo terrestre, se tornasse possível o registro de sua passagem e de alguns de seus hábitos culturais. Assim os estudos acompanham e reconstituem a cultura de grupos, e, a preocupação humana com os restos mortais tem sido uma constante presença nestes estudos. Logo, o destino aos mortos foi uma das primeiras preocupações abstrata dos homens, demonstrando sentimento ou crença em algo transcendente.

Eliade (2006) relata que não importa a maneira como este ato era praticado, o que se quer salientar é que o modo como os homens dão destino aos mortos têm estreita ligação com a cultura de cada grupo social, que expressa espacialmente suas crenças, medos e mitos.

Os espaços fúnebres podem ser conhecidos de diversas formas como (cemitério, campo santo, dormitório, fossário, covão, almocábar, sepulcrário, almocábar, adro, carneiro, necrópole, pirâmide, mastaba, gruta, túmulos, descanso na beira da estrada etc.). Além disso, dependendo do olhar geográfico podem ser reconhecidos através de várias categorias de análise da geografia.

Os cemitérios da cidade de Manaus serão abordados nessa pesquisa, neles poderemos encontrar acervos consideráveis de artefatos, peças escultóricas, construções de estilos como capelas, conjunto de portões e grades, bens materiais (contendo imaterialidade) que por si só justificam ações educativas assim como práticas de conservação e reparo.

Atualmente, a maior preocupação com o destino dos mortos é em relação a possível falta de espaço nos cemitérios públicos da cidade de Manaus. A sistematização e organização de dados desses espaços fúnebres permitirão a espacialização e o mapeamento, para posterior elaboração de estratégias que visem minimizar e prevenir, por meio de políticas públicas, e/ou privadas, um possível colapso nos cemitérios da cidade. Se a preocupação com a escassez dos espaços fúnebres já era grande, com a pandemia isso só piorou, pois houve uma grande explosão no número de enterros provocados pela crise na saúde, causada pelo novo coronavírus (COVID 19).

A Prefeitura de Manaus começou a utilizar covas coletivas para sepultar vítimas ou casos suspeitos da doença, essa medida entrou em vigor no cemitério público Nossa Senhora Aparecida, pois é o único que ainda têm espaço na cidade. O cemitério já havia recebido contêineres frigoríficos para estocar corpos a espera de enterro no local. Essa metodologia, já utilizada em outros países, preserva a identidade dos corpos e os laços familiares, com o distanciamento entre os caixões e com a identificação das sepulturas. A medida foi necessária para atender a demanda de sepultamentos na capital.

Em diferentes escalas geográficas, os espaços da morte distinguem-se pelo fato de não refletirem a mesma herança histórica, cultural, social, política ou mesmo artística. Assim, longe de se limitar a uma simples comparação dos espaços da morte, em escala global ou local, a ideia é questionar a complexidade das heterogeneidades sociais e culturais que compõem as sociedades e influenciam o modo de como produzir e se apropriar desses espaços. O projeto em si busca identificar possibilidades que amenizem os impactos causados pela diminuição desses espaços fúnebres para enterrar os mortos, evitando assim um colapso grave ou apagão funerário por completo.

Nos grandes centros urbanos com a passar do tempo os cemitérios foram sendo incorporados às cidades pelo processo de urbanização e se tornaram um problema para os vivos, pois em muitas cidades não se tem a intenção de construir novos espaços fúnebres, com isso surge à preocupação com a falta de espaços para enterrar os mortos e as consequências que isso traria para as sociedades.

A presente pesquisa, intitulada “Os Espaços Fúnebres da Cidade de Manaus”, se justifica pela escassez de trabalhos geográficos sobre o tema. Dessa forma, o projeto tem como justificativa o crescimento das cidades, fato que gera um grande contingente populacional. Em virtude dessa expansão, essas cidades irão necessitar de espaços e lugares destinados às pessoas durante a vida e após a sua morte, já que a necessidade de enterrar os mortos é antiga e cultural.

Embora cientes desse grande crescimento populacional, as autoridades competentes não elaboravam políticas públicas e privadas que pudessem evitar um possível colapso funerário. Com o objetivo de demonstrar essa realidade iminente na cidade de Manaus, é necessário que se produza o mapeamento dos espaços que ainda restam e o tempo que ainda durarão, identificando onde e em quais cemitérios o quadro está mais crítico.

Portanto, a temática apresenta dados de interesse da sociedade, pois está entre as grandes preocupações das cidades brasileiras nos últimos anos, visto que, com o advento da pandemia houve um aumento no número de mortes que acabou refletindo em altos índices de inumações que aconteciam de forma descontrolada e avassaladora. Dessa forma, a pesquisa poderá contribuir para que a sociedade entenda que esses espaços são essenciais para o bom funcionamento da cidade dos vivos.

A dissertação se divide em três capítulos: o primeiro capítulo “Concepções sobre a morte ao longo da história humana” traz uma breve discussão sobre os conceitos essenciais para a compreensão e o desenvolvimento da temática proposta, além da explanação de como ocorreu

à evolução histórica da morte e dos espaços fúnebres em cada sociedade. No segundo capítulo “A história da cidade de Manaus e o surgimento dos primeiros cemitérios” foi realizada uma análise de como surgiu Manaus e seus primeiros espaços fúnebres. Além de compreender brevemente sobre questões histórico-geográficas, sociais e econômicas da cidade de Manaus. Por fim, o terceiro capítulo, “Legislações e ações políticas aplicadas aos espaços fúnebres” nos quais foram apresentadas as principais leis e ações criadas no decorrer da história das necrópoles de Manaus, além de compreender a percepção da sociedade sobre essa temática que embora seja de extrema importância, ainda causa temor na população.

Em função da temática, o objetivo geral estabelecido foi: analisar as transformações que os cemitérios sofreram ao longo do tempo e sua importância como forma espacial. De forma a complementar a temática da pesquisa, os objetivos específicos selecionados foram; caracterizar histórico-geograficamente os cemitérios de Manaus como locais de significações dentro da cidade enquanto construção social e simbólica; descobrir as dificuldades encontradas para enterrar os mortos no cemitério Nossa Senhora Aparecida na Cidade de Manaus; identificar formas alternativas para a destinação dos mortos e otimização dos espaços fúnebres.

A metodologia baseou-se numa pesquisa qualitativa com análise fenomenológica. Segundo Paulilo (1999), a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais e busca analisar fenômenos que possuem valores, hábitos, atitudes, crenças, representações e opiniões, procurando aprofundar diante da complexidade dos fatos, processos particulares e específicos de indivíduos ou grupos. Já para Richardson (1999), o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social, por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

De acordo com Amatuzzi (1996), o método fenomenológico é uma forma de pesquisa qualitativa que designa o estudo do vivido, ou da experiência imediata, buscando descrever seu significado.

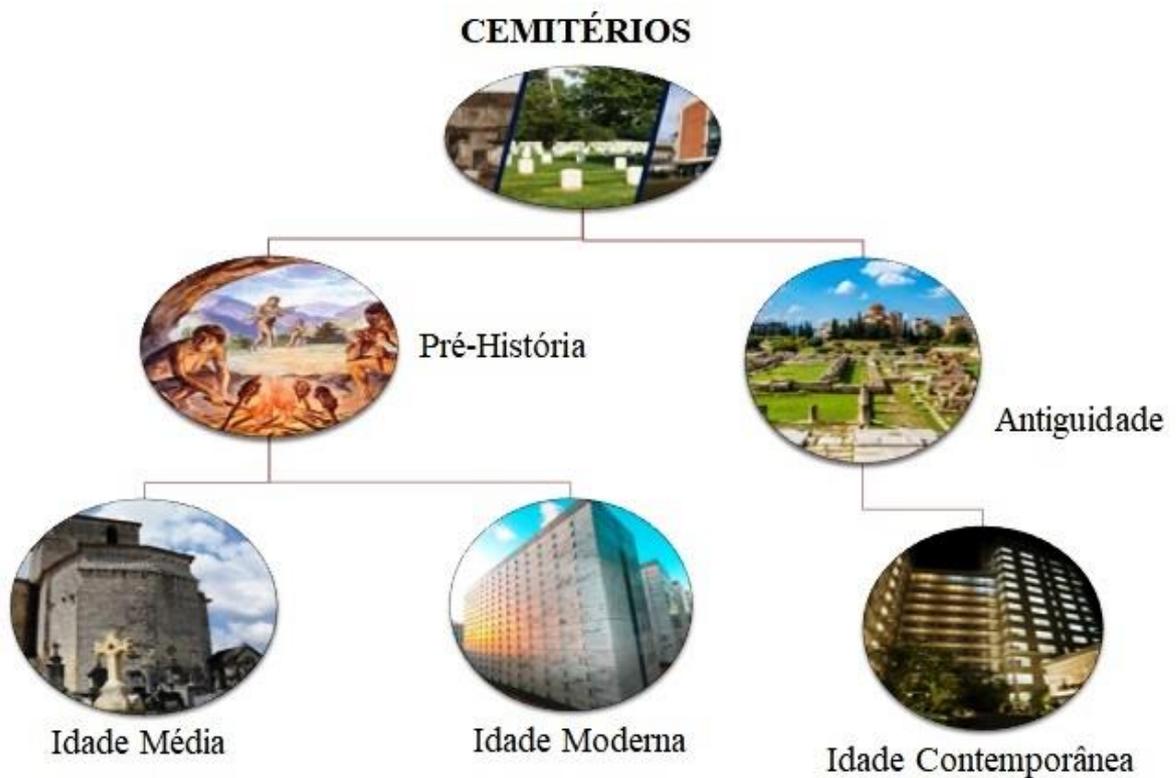
Sendo assim, a pesquisa foi realizada em três fases. Primeiramente, foi realizada coletas de dados e informações em órgãos públicos como: Biblioteca Pública do Amazonas, Secretaria de Cultura, Museu Amazônico, Arquivo Público do Estado, Biblioteca da Ufam e na Secretaria de Limpeza Pública (SEMULSP), que é a responsável pela administração dos cemitérios públicos da Cidade de Manaus. Já a segunda fase consistiu na pesquisa de campo, com visita aos espaços fúnebres públicos e privados da cidade de Manaus, como o Cemitério Recanto da Paz, localizado no município de Iranduba, e o Paço Municipal, situado no centro

histórico da cidade de Manaus. Além da visitação, também foi aplicado um questionário e realizada uma entrevista com os trabalhadores desses locais, com o intuito de se compreender a percepção da sociedade sobre a importância desses espaços fúnebres.

Por fim, a terceira fase compreende as partes de pesquisa bibliográfica, inclusão e tratamento dos dados em ambiente digital, análises dos resultados e redação do texto de forma geral. Para a pesquisa bibliográfica, buscaram-se artigos científicos, dissertações e livros com a mesma temática, sendo usadas como subsídio ao embasamento teórico.

PRIMEIRO CAPÍTULO

CONCEPÇÕES SOBRE A MORTE AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA



1. CONCEPÇÕES SOBRE A MORTE AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA

A forma com a qual as diferentes sociedades lidam com a morte, muda conforme o contexto histórico e cultural. Sendo assim, ela acaba tendo sentidos e significados determinados socialmente de maneiras diferentes, visto que, existia desde os tempos primitivos certa reflexão sobre a morte e sua significação. Assim, ela surge como objeto de uma ciência denominada tanatologia que é caracterizada como a ciência da morte.

Segundo Elias (2001), a morte é um problema dos vivos, pois os cadáveres não possuem problemas e a tribulação torna-se herança dos viventes; por outro lado, D'Assumpção (2005) aponta que a ciência tanatologia pode ser considerada tão antiga quanto à própria humanidade. Ele descreve que tanatologia é o estudo da morte ou a ciência da morte. Porquanto Tanatologia é uma palavra formada por duas outras oriundas do idioma grego: thánatos, que representa o deus da morte na mitologia grega; e logia, que significa estudo. Conforme Rodrigues nos elucida:

A morte se transformou em objeto de saber e até mesmo em fenômeno de moda intelectual. Em tudo isso, é claro, existe uma tentativa de fechar a angústia de morte dentro de um discurso e de localizar o pensamento sobre a morte em um lugar seguro dentro da sociedade (e fora de nós). (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Além disso, a morte é um ato histórico que acompanha a humanidade ao longo dos tempos. Porém, falar sobre ela ainda é um tabu para algumas pessoas, algo mórbido que causa espanto, medo, mal-estar e certo estranhamento. Com efeito, para muitos pensar ou falar sobre essa temática ainda é algo negativo porque pode ser visto como mau presságio e com isso atrair seu fim.

De acordo com Maranhão (1998) a morte, assim como o nascimento, também é um fator natural que está presente independentemente de classe social, cor, idade, gênero, cultura, ou seja, todos os seres humanos se igualam diante desse fato que estará presente em algum momento na vida de qualquer pessoa, sendo que a única diferença será o significado que cada cultura dará para tal acontecimento, posto que se valoriza a vida e teme-se o óbito, pois ele é algo que não se pode controlar da mesma forma como se controla a vivência, por isso, queremos desqualificá-lo e ignorá-lo.

Portanto, a finitude é o grande momento da vida das pessoas e por mais que se deteste essa ideia no fim contemplamos a vida, pois não existe viagem sem chegada, curso sem formatura, caminho sem destino e vida sem morte. Pois os sujeitos fazem parte de um processo, no qual o desaparecimento está atrelado à origem, já que assim como os seres da

natureza o ser humano nasce, cresce, floresce, dá frutos e morre, ou seja, é o ciclo natural da vida, e como tal faz parte da evolução humana.

Segundo Aries (2012), a morte ao longo do tempo faz sua passagem sem distinção, ela vem para todos em qualquer tempo. Antigamente causava fascínio e mistério, todavia também suscitava morbidez, temor, tabu, medo e angústia. Desse modo, a visão que cada sociedade passa a adotar diante dela ao longo dos tempos, conforme seu período histórico, torna-se peculiar e única, podendo ser representada e expressada através de suas culturas e costumes.

Em uma primeira análise, na pré-história, por exemplo, os homens primitivos não compreendiam o conceito de morte, eles a viam como algo sem explicação e tentavam entender por que o corpo perdia suas forças, no entanto, mesmo sem compreenderem esse evento puderam perceber que ele se torna inevitável.

Em segundo lugar, na idade antiga, os homens passaram a tratar o evento fúnebre como algo honroso e glorioso, tentando desvendar os mistérios do seu desaparecimento, bem como os mistérios de sua origem. Já os homens da idade média passaram a relacionar a morte com a sua fé, pois à medida que ela vinha acompanhada do medo do purgatório, ele se resignava e esperava o seu fim no leito de casa. Conforme Ariès (2012) é nesse período da história que acontece uma domesticação da morte.

Outrossim, na idade moderna acontece uma ruptura nos paradigmas, essa mudança ocorre nas concepções ideológicas que migram da religiosidade para a cientificidade. Dessa forma, o exício passa a ser pensado como algo a ser controlado, impedido ou afastado. Logo, é nesse período da história que a morte passa a ser aguardada no leito de um hospital, diferente da idade média a qual era no leito de casa.

Atualmente, o mundo contemporâneo, evoluído e repleto de avanços tecnológicos deveria ser suficiente para se ter um melhor entendimento sobre a finitude. Todavia, ao se tomar esclarecimento acerca dessa temática, acontece o oposto, pois o ser humano adota uma extrema vulnerabilidade que faz com que se torne inseguro e tenha muito medo da morte.

D'Assumpção (2005. p. 16) entende que a: “morte ainda é um tabu para o ser humano, especialmente na era da ciência e tecnologia em que vivemos. Conseguimos descobrir os segredos do espaço sideral, mas não conseguimos conviver com o grande mistério que somos nós mesmos”. Como consequência disso, não nós permitimos sentir dor e muito menos tematizá-la. A morte se torna algo insuportável que procuramos evitar ao máximo.

A consciência sobre o nosso desaparecimento é uma marca da humanidade, que acabou gerando com o passar do tempo, um medo cultural, que foi impregnado nos homens, os

quais passaram a não aceitar a morte e muito menos sua reflexão. Em razão desse fato, para uma sociedade capitalista e consumista, pensar na finitude de qualquer ser se torna algo inaceitável.

É necessário, porém, distinguir o “medo da morte” do “medo do morrer”. O medo do morrer, que é o medo da forma pela qual poderá acontecer a nossa morte, é natural e instintivo. Ele é o medo da dor, do sofrimento, da imobilização, enfim de tudo aquilo que nossa imaginação associa com o evento morte. É esse medo, quando em nível adequado, que nos preserva a vida, impedindo que nos coloquemos inutilmente em situações de risco para nossa integridade física. Contudo, se esse medo se torna excessivo, impedindo a pessoa de viver naturalmente, passa a ser considerada uma patologia denominada “fobia”. Nesses casos o tratamento psicológico é indispensável, pois tal medo excessivo deixará de ser nosso aliado e passará a ser nosso inimigo. Já o medo da morte, que, repetimos, é um medo cultural, criado, é fruto da rejeição às reflexões e à sadia convivência com a nossa fragilidade, com a nossa terminalidade. E essa rejeição é mais acentuada quando se observa um aspecto curioso com a morte: quem não teme a morte é desapegado das pessoas e das coisas. (D’ASSUMPÇÃO. 2005. p. 32-33).

O ser humano só tem medo do que desconhece e por isso, o esclarecimento sobre a morte é importante para que ela não os devore na ignorância. Tanto que, ele sabe que todos morrerão um dia, mas finge não existir a finitude para não ter que lidar com ela. Concomitantemente Scheler (1993) discorre sobre a questão da morte no Ocidente, que teve sua origem na civilização grega, argumentando que ela é percebida como o fim de outras pessoas, mas não com o nosso próprio. Desta maneira, nada escapa dela, ela se dá por completo, corpo e alma. Portanto, o fenômeno do passamento está cercado de mistérios, medo, incerteza e pavor.

Ariès faz uma análise sobre os vários tipos de morte em seus livros: *História da Morte no Ocidente* (2014) e *o Homem Diante da Morte* (2012), afirmando que ela vem para todos a qualquer momento. Nesse contexto, para ele surge a morte domada, a morte de si mesmo, a morte do outro e a morte interdita, essas classificações acontecem desde a era medieval até a contemporânea. Assim sendo, a morte domada no século XII teria uma postura religiosa, sendo percebida com mais naturalidade, familiarização e aceitação. Na verdade, para eles era feita toda uma preparação para o ciclo final da vida. O moribundo sentia que ia morrer e aceitava, mas antes disso, existia todo um cerimonial no qual ele pedia perdão aos companheiros, admitia culpas, pensava em Deus e pedia absolvição.

Seria impossível expressar-se de forma mais correta. Assim se morreu durante séculos ou milênios. Em um mundo sujeito à mudança, a atitude tradicional diante da morte aparece como uma massa de inércia e continuidade. A antiga atitude segundo a qual a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente a nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome. Por isso chamarei aqui esta morte familiar de morte domada. (ARIÈS. 2012. p. 40).

Essa atitude quase inalterada diante da morte que ficou expressa através da familiaridade e indiferença em relação às sepulturas, ocorrendo no período histórico que vai do

século V d.C. e desaparecendo no final do século XVIII. Apesar de sua longa duração, desapareceu sem deixar traços em nossos hábitos contemporâneos.

A morte de si mesmo no século XIII fez com que o homem tivesse um melhor conhecimento dele mesmo. Como o homem socializado tratava o morrer com racionalidade e aceitação, partindo do pensamento coletivo para o individual, as inquietações individuais faziam com que o moribundo preparasse sua própria finitude, deixando ordens escritas e gravadas do que desejava para não serem esquecidas e fossem concretizadas após sua partida.

Ariès (2012. p. 65) enfatiza que é: “no espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade”.

Ademais, a morte do outro é uma ruptura que ocorreu entre os séculos XIX e XX, na qual, a antiga familiaridade com a morte, agora dará espaço à dor apaixonada, ou seja, a indiferença de antes, dá lugar a uma romantização do morrer. A fim de camuflar o vazio das lembranças, os mortos não serão mais abandonados pelas igrejas, eles terão um espaço oportuno, visto que os templos por estarem lotados de cadáveres acabam sendo acusados de cuidar da alma e ignorar o corpo.

Portanto, o acúmulo local dos mortos nas igrejas tornou-se intolerável e não poderia mais envenenar os vivos. Assim, o cemitério retomou seu lugar físico e moral na cidade que havia ocupado durante a Antiguidade e perdido na Idade Média. De modo que o moribundo que comunicava seus desejos e sentimentos através de testamento antes da morte, agora passa a fazer oralmente durante seu leito de finitude. O luto passa a ser doloroso, a visita ao túmulo do morto passa a ser regular para cultuar a sua lembrança. Desta forma, para a sociedade a veneração em seus heróis medievais fez com que seus túmulos se tornassem verdadeiros monumentos históricos.

Por outro lado, a morte invertida surge com as mudanças de percepções diante da morte, como por exemplo, o hábito de ocultar do moribundo a gravidade de seu estado de saúde, pois a verdade seria um problema que causaria mais rapidamente o seu fim. Simultaneamente, o costume de morrer em casa também muda para a o óbito em hospital, a assistência e proximidade aos familiares são substituídas pela assistência hospitalar.

O luto do seu ente querido passa a ser mais discreto e a inumação acontece de forma mais rápida, até mesmo a visita ao túmulo. Com isso, a modernidade vai alterando as formas antigas, a cremação passa a se tornar uma opção para que o cadáver e qualquer vestígio mortal desapareçam por completo passa-se a criar um verdadeiro tabu e medo em torno da morte, resultando num apego excessivo a vida.

Ariès (2014. p. 756) enfatiza que: “a sociedade já não faz uma pausa, o desaparecimento do indivíduo não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais”.

A civilização contemporânea, por ser capitalista, está sempre em busca de evolução, por isso prioriza o progresso e a velocidade, e vê a morte como algo estático, parado, na qual o morto não se movimenta e por ela paralisar a vida deve ser excluída. Mas anteriormente, a sociedade reprimia o sexo e encarava a morte naturalmente, agora o oposto passa a acontecer, ou seja, o sexo é apresentado de forma precoce à criança e a morte é ocultada dela. Desta maneira, criou-se o medo da finitude e a dificuldade de aceitação e reflexão de uma sociedade consumista à cerca de seu fim.

De acordo com Viorst (1986) a conscientização da mortalidade pode enriquecer o amor pela vida sem fazer do óbito algo aceitável. Por isso, para os que acham a morte inconcebível, qualquer justificativa é também inaceitável, em virtude disso procuram artifícios para evitar a morte física. Já o tabu acerca da nossa finitude é uma característica comum na maioria das sociedades ocidentais, com raras exceções como, por exemplo, o México, onde a morte é uma festa digna de uma grande celebração e adoração. Assim sendo, a morte é um tema que desagrada e traz medo para muitas pessoas, pois ela desafia todas as ciências e certezas de que se tem, mas na verdade ninguém sabe o que acontece depois dela.

Segundo Ariès (2012) é surpreendente que durante a história, as ciências dos homens que falavam com eloquência sobre família, trabalho, religião, lazer, política e até mesmo sobre sexualidade tenham sido tão discretas sobre a morte, já que até mesmo os cientistas se calaram como homens estudiosos e silenciaram a nossa finitude e seus costumes no decorrer do século XX até os tempos atuais.

1.1. Geografia Da Morte

“Os geógrafos definem como objetos de estudo, tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança natural e todo resultado da ação humana que se objetivou” (SANTOS, 2008, p. 72). Dessa forma, considerando a importância que têm as necrópoles como objetos representativos do espaço geográfico, precisamente o espaço urbano, a pesquisa tem como foco uma abordagem acerca dos espaços fúnebres e como se dava a destinação dos mortos nos contornos da cidade ao longo do tempo.

Ademais, o tema da morte para a geografia revela um particular interesse na organização, na análise espacial, no estudo e na configuração material dos espaços fúnebres

a ela dedicados, através das práticas, dos ritos, das crenças, das representações e das ideais a ela associadas. Paralelamente a geografia, como ciência social, estuda as mais variadas ramificações de sua área política, econômica, cultural, medicinal etc.

Apesar de na geografia ser mais comum encontrar trabalhos da temática morte associados a uma análise geográfica, direcionada espacialmente ao número de mortes por doenças, acidentes, violência ou ainda estudando a simbologia dos cemitérios e seus rituais, o número de trabalhos voltados para esse tema ainda é considerado insuficiente. Da mesma forma, raro é o trabalho realizado em geografia sobre a dimensão e a espacialização da morte, onde a contribuição dos geógrafos permanece discreta como o trabalho de Di Méo, (2010). Aliás, o conceito de morte já foi abordado por um certo número de disciplinas das ciências sociais como: antropologia, sociologia, história etc. Como os trabalhos de Lewys Munford (1998), Edgar Morin (1970), João José Reis (1991) etc.

Mas também a geografia no contexto da morte pode ser utilizada para estudar as várias ramificações da temática, dentro do espaço geográfico no qual estão inseridas as necrópoles, pois a geografia enquanto ciência pode analisar o espaço social, o espaço simbólico, o espaço cultural, o espaço político etc.

Em outras palavras, o espaço social é circunscrito e por essa razão pode-se estabelecer correlações, ou seja, observar como ocorre a significação da morte e as suas diferenças conforme as classes sociais. Segundo Ariès (2014) os mais ricos e instruídos são mais ativos, pois antes da morte fazem testamentos e seguro de vida, dessa forma tomando precauções a favor da família sem darem tanta ênfase ao seu fim. Já os pobres temem e hesitam em assumir compromissos que indiquem seu desaparecimento, se tornam passivos e resignados, reconhecem que essas possíveis medidas prévias podem ser sinais da morte, por isso as evitam.

O espaço simbólico e cultural pode ser observado diante da morte através de seus ritos e rituais fúnebres, nos quais ficam claras as manifestações culturais de respeito aos seus mortos, ou ainda o simbolismo estético que se pode observar nos espaços fúnebres. Segundo Tuan (1974), topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Logo, os cemitérios são lugares de topofilia, pois a família tem um elo forte e uma ligação simbólica com o local, já que os seus familiares estão enterrados nestes locais.

O espaço político pode ser analisado através do poder aquisitivo ou influência da família do morto ou do próprio moribundo, pessoas com alto poder aquisitivo são enterradas nos melhores lugares dentro da necrópole e com melhores edificações mortuárias, a classe social se torna um fator decisivo nessa diferenciação. Diante desse contexto, a segregação espacial

fúnebre se torna evidente nos monumentos cemiteriais como: a arquitetura das sepulturas, as lápides etc.

A morte como se pode observar, não pode ser definida ou estudada, só pela ciência tanatológica, mas por muitas outras ciências como é o caso da ciência geográfica. Por esta razão a revista *Géographie et Cultures* (2009), fez um apelo, com o intuito de incentivar os geógrafos a se envolverem mais no estudo dos espaços da morte, nas suas práticas e nas suas representações culturais.

O geógrafo G. Di Méo num prefácio aos anais de uma conferência intitulada os espaços da morte organizada em 7, de abril de 2009, em Bordéus, pela associação DOC'GEO, diz que a morte é uma realidade inescapável, resultado inexorável de qualquer forma de existência que faz parte da materialidade dos lugares e assombra o espaço geográfico. (Di Méo, 2010, p.5).

A morte gera espaços específicos (cemitérios, necrópoles, panteões, memoriais, locais mortuários etc.) e formas espaciais concretas (tumbas, mausoléus, columbários, cavernas etc.) que transmitem cargas ideais e consistências materiais opondo a ruptura física à reestruturação simbólica, o visível ao invisível, a efemeridade corporal e a permanência memorial.

Há de fato uma Geografia da Morte, em outras palavras, a partir das preocupações sanitárias iniciadas no século XIX, uma nova geografia da morte começou a ser discutida. Tal iniciativa deve-se à doutrina dos miasmas, pensamento desenvolvido a partir da filosofia natural do século XVIII, e que possuía preocupações relacionadas à salubridade. Esta teoria defendia que a doença era causada por um miasma, composto por odores venenosos e cheiros fétidos, provenientes de pântanos, de poças d'água estagnada e de matéria orgânica em decomposição.

Muitas das medidas correntes de saúde pública, tais como, o enterro de cadáveres, a implementação de sistemas de esgotos, recolhimento dos lixos, a drenagem de pântanos, basearam-se no conceito miasmático da doença, mais especificamente, no período da Idade Média.

Embora não seja formalizada, há sim uma geografia da morte e os espaços a ela dedicados, já que está presente em toda a parte, afinal todo ser humano deixa de existir e por isso, em todo lugar há um rito, por conseguinte, cada sociedade conforme sua cultura adota uma atitude particular em relação à morte, em relação aos seus mortos e a apropriação dos espaços fúnebres. Enfim, em diferentes escalas geográficas, os espaços da morte distinguem-se pelo fato de não refletirem a mesma herança histórica, cultural, social, artística, política etc.

É certo que a temática aqui abordada envolve muito mais que mitos e subjetividades, porque debate questões de extrema importância para o desenvolvimento e a implantação de um equipamento urbano consumidor de grandes espaços como o cemitério. Esses espaços devem ser pensados e planejados de forma a se integrarem à paisagem urbana, pois dificilmente se consegue mudar o uso e necessidade destes. Assim é preciso buscar alternativas arquitetônicas e morfológicas para que o cemitério seja usado não só na hora da morte, mas também, durante a vida. Por conseguinte, torna-se essencial unir as ciências da geografia e da tanatologia para um completo estudo sobre a morte e tudo que está associado a ela.

A morte deve ser estudada, por representar a memória, a identidade e o autoconhecimento das sociedades ao longo da história. Ela não deve ser vista somente como tristeza e destruição. Porquanto através dela se pode conhecer as manifestações socioculturais, os símbolos, os ritos e os espaços dedicados a ela.

1.2. SURGIMENTO DOS CEMITÉRIOS E SUAS CARACTERÍSTICAS AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE.

Os cemitérios e a morte são temas envoltos em tabus, preconceitos e pouco interessantes para a maioria das pessoas, mesmo tendo a certeza de sua implacável ocorrência a todos os seres vivos. Segundo Tuan (2012) os cemitérios são lugares de topofilia, pois representam o elo afetivo entre a pessoa e o lugar. De forma antagônica também seriam locais de topofobia, por suscitar um sentimento de repulsa, de medo e de tristeza do que se tem pavor de vivenciar.

Segundo escavações arqueológicas, o primeiro cemitério surgiu há 60.000 a.C, ou seja, o ato de enterrar os mortos é histórico e tão antigo quanto o ser humano, visto que o homem primitivo percebia que os corpos em putrefação atraíam animais e predadores o que se tornava um risco à vida de todos, a partir daí surge o pensamento de sepultar as pessoas falecidas.

Os cemitérios são lugares de memória para um grupo social específico, uma vez que têm um simbolismo atribuído ao conjunto de lápides e túmulos inseridos em um espaço que guarda a memória (coletiva) que necessita de suporte exterior para sua preservação (Nogueira, 2012).

Os cemitérios são a representação da morte no mundo dos vivos, que se dá através da materialização edificada desses espaços fúnebres e que são perpetuadas ao longo da história da humanidade. Por isso, para muitos pensar em ir a um cemitério causa medo, pois irão ver através das sepulturas que a morte é presente na vida cotidiana mesmo que tentem negar ou

não queiram aceitar. Os espaços fúnebres estabelecem vínculos entre passado, presente e futuro, mostrando como cada sociedade mantinha suas tradições em relação ao processo de sepultamento.

A geografia trabalha a segregação espacial dentro das cidades, identificando os ricos dos pobres, através de sua moradia e localização. Assim sendo se pode identificar esse tipo de segregação mortuária observando a paisagem que expressa à desigualdade pelas sepulturas e sua localização dentro do espaço fúnebre, deixando evidente uma estratificação social através de espaços privilegiados e mais bem localizados que são dedicados às pessoas de maior poder aquisitivo, em comparação aos espaços mais simples e com localização mais distante e menos privilegiada representando as pessoas com poder aquisitivo inferior.

Outrossim, os cemitérios por serem equipamentos urbanos, também reproduzem segregações, sendo elas mortuárias. Os mortos serão sepultados conforme seu poder aquisitivo para a compra da morada final. Bellomo (2000) enfatiza que as sociedades projetam nos cemitérios seus valores, suas crenças, suas estruturas socioeconômicas e suas ideologias. Por isso, as necrópoles reproduzem a geografia social de uma comunidade em classes, nas quais se pode ver a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e dos marginais. A morte não é igualitária, ela só existe no discurso, pois, a realidade evidencia as diferenças sociais.

Os espaços fúnebres representam memória e história, resultado dos vestígios deixados pelos homens na Terra ao longo dos tempos, nesse processo a cultura é incorporada de acordo com o tempo de cada existência humana que conforme seus costumes deixam suas identidades marcadas nas paisagens através, de suas construções simbólicas, isso faz com que os cemitérios se tornem a territorialização de pequenas porções do espaço. Podendo ainda serem considerados espaços sagrados que fazem parte da vida cotidiana. Yu Fu Tuan (2002) ressalta o simbolismo das formas dos lugares sagrados, a apreciação estética e os símbolos de transcendência.

Os cemitérios são recortes espaciais dentro de um território, eles são representados pela paisagem do medo ou simbólica, dependendo do 'olhar geográfico', o objeto estudado pode ser relacionado a mais de uma ou a todas as categorias geográficas. Mas também são carregados de aspectos culturais, afetivos e simbólicos, sendo a sua associação com a morte àquilo que define sua própria essência, sua razão de ser. Portanto, as reflexões trazidas têm como base justamente identificar e demarcar o protagonismo da questão fúnebre.

A palavra *cemitério* (do grego *Koumetérion*, de *kiomao*, eu durmo e do latim *coemeterium*) designava a princípio, o lugar onde se dormia, como por exemplo: quarto, dormitório e pórtico para os peregrinos. Assim, o cemitério passou a ter o sentido de local de descanso, onde repousa o corpo. (Borges, 2002, p.128). Entendemos então que o termo *cemitério*, conforme nos elucida Loureiro, possui o seguinte significado:

“A palavra cemitério aplica-se, propriamente, a um lugar em que é dada a sepultura por inumação, por enterramento direto no solo”. (Loureiro, 1977, p. 28).

O conceito regular da palavra cemitério (“lugar onde se enterram os mortos” segundo o dicionário Houaiss) não satisfaz o conceito jurídico, pois o fato de existirem túmulos isolados com vários corpos sepultados não consiste necessariamente em cemitério.

O autor Plácido e Silva em seu Vocabulário Jurídico (I, 411) diz que cemitério é a denominação dada ao local existente dentro de uma cidade, uma vila ou um povoado, onde ocorre o enterramento ou a inumação de pessoas falecidas. Juridicamente, cemitério é o bem imóvel, público ou privado, de uso especial, fiscalizado pelo Poder Público Municipal, no qual, mediante negócio jurídico de concessão ou locação, são sepultados os mortos.

Seguidamente os espaços fúnebres são monumentos construídos, resultantes da evolução histórica das sociedades com o intuito de impor ao futuro, registros do passado. Desta maneira é necessária uma reflexão acerca da história dos cemitérios, para que se possa entender a evolução da concepção da morte.

A história dos cemitérios segue uma linha cronológica de tempo, que faz com que cada sociedade veja a morte por percepções distintas, baseados na cultura praticada em cada tempo que conduzem as práticas de enterramento desde os primórdios da humanidade até hoje sob esta perspectiva, a evolução das necrópoles através da história da humanidade estaria dividida em diversas fases.

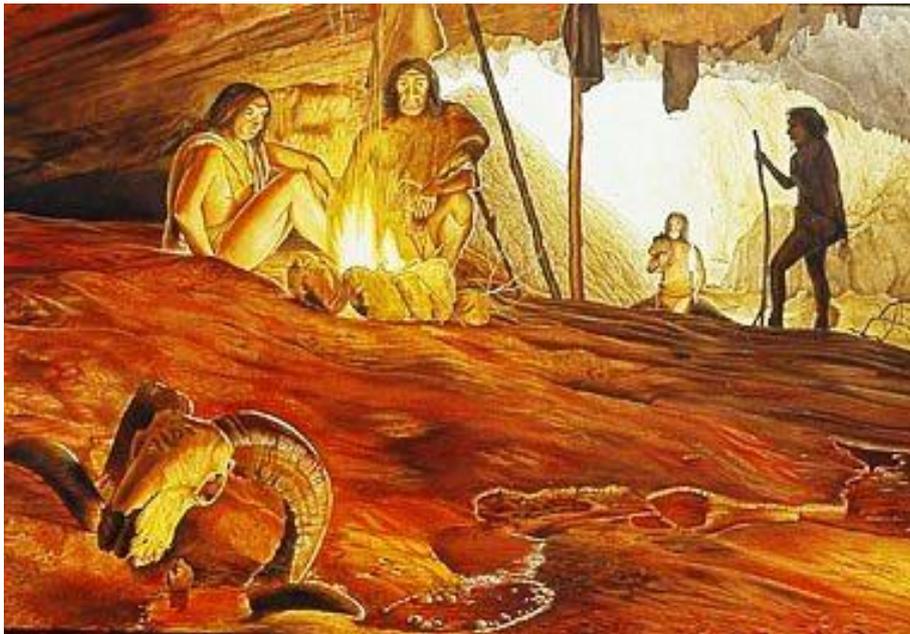
1.2.1. Os cemitérios na Pré-História

Nos primórdios da humanidade, os cemitérios eram definidos como lugares onde os mortos dormiam até serem acordados para o juízo final. Os primeiros sepultamentos pré-históricos surgiram a partir da necessidade de depositar o cadáver numa cova ou num processo de inumação natural, dentro de uma gruta ou de uma caverna, ou seja, em algum lugar seguro, devido ao problema causado pela decomposição dos corpos que atraía os animais.

Lewis Mumford (1998,p.13) coloca algo interessante acerca da origem dos cemitérios, expondo que a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Indubitavelmente, a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas.

Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a terem uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. O que se pode tirar disso é que, desde os primórdios da humanidade, a preocupação com o “lugar do morto” se mostrava presente. Por conseguinte, as cavernas foram às primeiras formas de sepulturas. Já no período Neolítico, os cadáveres eram colocados nessas cavernas naturais onde a entrada era fechada por uma rocha. A figura 1 apresenta um exemplo de como eram os espaços fúnebres nesse período histórico.

Figura 1: A caverna é uma das primeiras formas cemiteriais existentes no mundo dos vivos.



Fonte: Henrique, 2013.

Os homens primitivos demonstravam respeito pelos seus mortos. Mesmo sem entenderem muito bem a concepção de morte, eles já destinavam um lugar adequado aos corpos.

Rezende (2007, p. 12) afirma ainda que “enquanto o homem pré-histórico circulava em busca de alimentos, os mortos ficavam alojados nas cavernas fazendo com que as cidades dos mortos precedessem à cidade dos vivos”. E assim, para fundamentar a importância do cemitério como equipamento urbano pode-se verificar que desde os tempos mais remotos, este já se fazia presente no cotidiano da vida humana das diversas civilizações.

Assim, os homens primitivos acreditavam ainda, que os mortos possuíam as mesmas necessidades que tinham em vida, por isso, eram enterrados usando os objetos que mais gostavam em vida e ainda eram depositados alimentos e bebidas sobre seus túmulos, com o objetivo de preservar o corpo. Em suma, os cemitérios passam então a terem a concepção de que

o túmulo é a última morada dos mortos. Mas as cavernas não davam conta deles, então passaram a construir sepulturas artificiais.

“Eis as primeiras sepulturas dos povos neolíticos as quais não tardam a sofrer numerosas variantes, segundo o grau de civilização de cada grupo ou tribo, segundo os climas e a constituição geológica do terreno ocupado”. (Munford, 1963, p. 78).

No período Neolítico, além das cavernas que foram as primeiras formas de sepulturas, ainda existiam os dolmens, que eram monumentos tumulares colossais megalíticos, ou seja, construções pré-históricas destinadas a enterrar as pessoas mais influentes de determinadas sociedades. A figura 2 apresenta um exemplo de como eram esses espaços fúnebres.

Figura 2: Dólmen Dosanri Goange Coréia do Sul.



Fonte: Dreamstime.

O significado de dólmen é mesa de pedra, ou seja, túmulos em tamanhos gigantescos, medindo 12 ou 15 metros de diâmetro, geralmente, formado por quatro lousas toscas colocadas numa cova e cobertas por uma quinta apenas aparente a superfície do solo. Também possui o formato de uma pirâmide truncada medindo aproximadamente um metro de largura e profundidade, de modo que o cadáver só pode ali ser recolhido assentado e dobrado sobre si mesmo.

Nota-se então, que os primeiros seres humanos já demonstravam respeito pelos seus mortos, reservando um lugar adequado para eles. Seja pelo mal da putrefação do cadáver, ou pela inexplicável razão para desaparecimento repentino da força motora do corpo mesmo não

compreendendo o motivo, sabia que se tratava de um novo estágio do corpo, com isso o morto foi ganhando o seu espaço e dedicação no mundo dos vivos.

1.2.2. Os cemitérios na Antiguidade

O fenômeno da morte durante a antiguidade clássica continua sem uma explicação do que faz as sociedades continuarem a crer numa vida após a morte. Os espaços mortuários nesse período eram as catacumbas que nesta época tinham como significado: cavidade ou vale aberto e posteriormente, foram denominadas de cemitérios subterrâneos, que eram utilizados para os enterros. Elas foram os primeiros cemitérios cristãos. A figura 3 apresenta um exemplo de como eram esses espaços fúnebres.

Figura 3: Catacumbas de Paris na França.



Fonte: Manu, 2019

Os egípcios acreditavam na vida após a morte, eles consideravam o corpo como a morada da alma, advindo daí os cuidados para que os mortos fossem conservados. Por isso, eles passaram a mumificar seus mortos para que a putrefação acontecesse de forma mais lenta e não degradasse o corpo tão rápido. A mumificação acontecia da seguinte forma: o morto era enrolado por faixas de algodão ou linho, depois eram chamados por múmias e colocados em sarcófagos; dependendo de sua importância social ficavam em templos gigantescos que eram as pirâmides. A figura 4 mostra como eram esses espaços dedicados aos mortos.

Figura 4: Tumba com sarcófagos.



Fonte: Juscelino Dourado, 2020.

No antigo Egito os sarcófagos eram urnas funerárias semelhantes aos caixões, ou seja, túmulos de pedra onde se depositava o cadáver mumificado para o sepultamento. Os faraós, por exemplo, eram mumificados, colocados em sarcófagos e sepultados em templos majestosos como as pirâmides, para simbolizar o poder e a importância deles para a sociedade.

Ainda na antiguidade, temos os gregos e os romanos que utilizavam como cemitérios, as catacumbas que eram um conjunto de tumbas, ou seja, túneis subterrâneos onde eram enterrados os mortos. O sepultamento acontecia em tumbas, onde a família do morto poderia escolher a inumação ou a cremação do corpo. A cremação acontecia na pira funerária, e o corpo era queimado em cima de uma estrutura feita de madeira.

Os mortos eram os primeiros que saudavam os viajantes em uma cidade grega ou romana, eles eram recepcionados por filas de sepulturas e lápides que contornavam as estradas. Antes, os cemitérios romanos eram localizados fora das cidades, especialmente junto das estradas. A recordação dos antepassados a partir dos túmulos era um importante mecanismo social, posto que fortalecia o sentimento de imortalidade na Roma Antiga (Ariès, 2017).

Dessa forma, a memória do morto passou a ser preservada e cultuada ao longo do tempo, a partir dos costumes adotados pelos gregos e romanos como, por exemplo: fazer a transcrição nas lápides e colocar alimentos e flores sobre os túmulos. Mas, com o avanço do cristianismo na sociedade, os romanos mudaram a prática de inumar seus mortos, antes, eles eram enterrados em beira de estradas e em catacumbas subterrâneas; depois, com a mudança, passaram a serem enterrados em lugares sagrados, como tumbas de santos e igrejas. Porque os

romanos acreditavam no juízo final e na ressurreição dos corpos. Com isso, a cremação com o advento da doutrina cristã passou a ser repudiada, pois o despertar do corpo seria impossível.

Assim, os cemitérios se tornaram espaços sagrados, e a morada dos mortos passou a se concentrar no centro das cidades e das aldeias, estabelecendo assim um estreito convívio com os vivos. Por isso, as práticas mortuárias devem ser vistas como expressões materiais e não somente como organizações sociais com objetivação das relações idealizadas sobre os mortos pelos diferentes indivíduos dentro de uma sociedade (Parker-Pearson, 1982).

1.2.3. Os cemitérios na Idade Média

Diferente da antiguidade em que os cadáveres eram inumados fora das cidades gregas e romanas e os túmulos contornavam as estradas e saudavam os viajantes, na idade média as necrópoles que antes eram bem visíveis, acabam desaparecendo e migrando para dentro das igrejas, seu entorno ou espaços públicos.

Schmitt (1999, p. 205) enfatiza que:

“entre a igreja e a aldeia, o cemitério é, portanto, um lugar intermediário e desempenha um papel mediador: os vivos o atravessam continuamente quando vão à igreja ou retornam dela, mas também quando se dirigem de um lado de um lado ao outro. Costeiam-no e o atravessam e ali se dedicam a atividades lúdicas ou mercantis que, aparentemente, não têm muita relação com a morte e os mortos”.

Nas topografias urbanas a necrópole já não é visível ou já perdeu a identidade; confunde-se com as dependências da igreja e os espaços públicos. Desapareceram aqueles grandes alinhamentos de monumentos que divergiam para longe das cidades romanas, como raios de uma estrela. Embora se possa continuar esculpindo ou pintando trespassados no chão e nos muros das igrejas ou nas galerias de claustros, os sinais da morte já não são aparentes, apesar da frequência da mortalidade e da presença dos mortos. Estes só afloram na poeira ou na lama. Estão escondidos.

Portanto, desde a era medieval até meados dos séculos XVIII e XIX, os mortos eram enterrados dentro das igrejas ou em seus arredores. Inumar pessoas na igreja era sinônimo de salvação, por ser considerado um espaço sagrado, fazendo com que o morto pudesse encontrar mais rápido a sua salvação. Segundo Reis (1991) a proximidade física do defunto com a igreja poderia ajudar nesse processo. A figura 5 mostra como era o interior desses espaços.

Figura 5: Igreja decorada com ossos em Praga – República Tcheca.



Fonte: O arquivo.

As igrejas eram a casa de Deus e sob as imagens de santos e de anjos, deviam também abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos. A proximidade física entre o cadáver e as imagens divinas, aqui embaixo, representava um modelo da contiguidade espiritual que se desejava obter, lá em cima, entre a alma e as divindades. A igreja era uma das portas de entrada do paraíso e será ela quem primará em preservar os túmulos, o que fará com que o cemitério se construa ao seu redor, conforme cita Schmitt:

O cemitério é cercado por um muro, sobre o qual o bispo, quando de suas visitas paroquiais, lembra constantemente a necessidade de conservá-lo para separar o espaço sagrado do espaço profano e impedir os animais de vagar entre as sepulturas. (Schmitt, 1999, p. 204).

Os cemitérios nesta época eram completamente integrados à comunidade, localizando-se no centro dela, servindo depois do sepultamento como pasto para o gado, local de feiras, jogos, atalhos para outras áreas e depósitos de lixo. Desta forma mudando sua finalidade e se tornando um lugar comercial bastante frequentado.

No período medieval, o cemitério representará muito mais que uma necrópole, ou seja, uma cidade restrita aos mortos, ele perderá também aquele caráter tenebroso que causa espanto e medo. Os vivos irão em busca desses espaços para várias finalidades como: namorar, dançar, se divertir, beber, fazer compras, expor mercadorias sobre os túmulos, jogar bola, comer, morar etc. A figura 6 traz exemplo dessa inserção dos vivos nos espaços dos mortos.

Figura 6: Cemitério dos Innocents em Paris.



Fonte: Rafael Sette, 2013.

Segundo Fargette-Vissière (2009), os cemitérios medievais eram espaços animados bastante procurados pelas pessoas da época, pois neles eram desenvolvidas várias atividades sociais e comerciais. Por este motivo se tornaram lugares de sociabilidade, um verdadeiro ponto de encontro para quem procurava diversão. Nos espaços fúnebres os jovens cortejavam e dançavam com as moças entre os túmulos e à sombra dos ossuários. Dentre as danças havia a farândola, que era uma importante dança medieval, na qual os participantes faziam uma roda para depois evoluir para outras formações. Os cemitérios também eram muito procurados pelos casais, visto ser um lugar tranquilo para o namoro, onde as pessoas buscavam um relacionamento.

Além disso, os cemitérios representavam um componente da urbanidade e um espaço de cidadania, pois funcionavam como locais de vários acontecimentos públicos, onde juízes comunicavam sentenças, prefeitos falavam de suas ações e ainda funcionavam como cartórios a céu aberto apesar das suas condições, que consistia no acúmulo de corpos e problemas de higiene e limpeza. Mesmo assim, os cemitérios atraíam muitas pessoas.

A cidade dos mortos, na idade média, atraía os vivos das cidades medievais, pois a igreja era pequena e não suportava a quantidade de fiéis. Com isso, o cemitério foi se tornando o local ideal para pregações, anúncio de sentenças, reuniões públicas (religiosa ou laica) e cerimônias (finados, ramos, paixão e morte de Jesus). Posteriormente, a morada dos mortos foi

palco de outras grandes celebrações como procissões e peregrinações. Somente no século XIX, os anúncios e reuniões públicas passaram a ser incumbência das prefeituras.

As necrópoles eram consideradas como um lugar de refúgio em tempos de guerra, pois os túmulos serviam de morada, esconderijo de bens, criação de animais e por serem considerados locais seguros e sagrados tornaram-se um espaço abençoado e de abrigo para os vivos. Contudo, os cemitérios nem sempre foram locais seguros, já que devido à falta de segurança os vizinhos denunciavam que as necrópoles se tornaram verdadeiros depósitos de lixo. A igreja tentava combater essa insegurança com proibições e anúncios de pragas, por exemplo, diziam que quem urinasse ou defecasse nos túmulos poderiam ser acometidos por doenças.

Em síntese, no fim da era medieval, a igreja romana decretou a expulsão de todas as atividades que perturbassem a tranquilidade dos cemitérios. No entanto, mesmo a Igreja Católica tendo proibido muitas das práticas sociais antes desenvolvidas dentro desses locais, estes ainda continuaram sendo um lugar de intensa movimentação até o século XIX, quando os cuidados com a higiene os transportaram para longe das cidades. Nesse mesmo século, os cemitérios se transformaram em espaços silenciosos, cercados de altos muros, uma verdadeira necrópole destinada aos seus mortos e que só se animava no Dia de Finados.

1.2.4. Os cemitérios na Idade Moderna

Ao longo da história, os espaços nas igrejas foram ficando limitados, pois a Europa apresentava uma alta taxa de mortalidade em decorrência da peste negra. Como nos aponta Petruski (2006, p. 98): “Na segunda metade do século XIV, a Peste Negra assolou o território europeu e acabou provocando a morte de milhares de pessoas. Em virtude desse fato, os cemitérios ficaram repletos de cadáveres, logo a única saída para aquele momento foi enterrar os corpos até no pátio das igrejas, fato que gerou a criação dos cemitérios ao lado ou nos fundos delas”.

A necessidade pela busca de espaços fúnebres foi o que possibilitou a criação de cemitérios, conforme conhecemos hoje. Dessa forma, o homem precisou construir um novo lugar destinado aos sepulcros. A figura 7 irá mostrar como eram as edificações mortuárias na modernidade.

Figura 7: Cemitério Old Jewish- Praga XV.



Fonte: Funerária Arce, 2019.

A respeito da necessidade que o homem tem de produzir novos espaços, Santos (1978) considera que, essa produção impõe formas e ritmos à vida e à atividade dos homens, por isso, se tornam indispensável à sobrevivência do grupo. Sendo assim, as necrópoles seriam um objeto, ou seja, um produto dessa organização social e espacial.

Uma das contribuições para esse novo modelo espacial, proporcionou que os cemitérios fossem vistos como novos objetos coletivos, na geografia urbana, que veio da Alemanha no fim do século XVIII. Além disso, com a doutrina dos miasmas, a qual através de propagandas sanitaristas patrocinadas e propostas pelo governo tinha a intenção de retirar o sepulcro das igrejas, a fim de prevenir a saúde da população e a necessidade de se ter um ambiente maior, que suprisse a demanda ocasionada pela alta mortalidade de tal forma, que as sociedades aos poucos, aceitavam a ideia de enterrarem seus mortos novamente longe das cidades, como ocorria na antiguidade greco-romana. Assim, surgiram as novas edificações cemiteriais legítimas.

Segundo Volvelle (1997), os cemitérios no perímetro urbano são construções oriundas de 1830, sendo continuações de estruturas mais antigas que atravessaram uma primeira fase de acentuada evolução. Com isso as necrópoles acabaram se tornando elementos fundamentais do espaço urbano ocidental. Essa mudança nas edificações mortuárias acabou resultando numa melhor organização espacial fúnebre.

De acordo com Reis (1991), “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos dentre os vivos e segregados em cemitérios extramuros.”.

Nos costumes modernos, cada vez menos se tolera a presença do corpo do moribundo em casa, seja por motivos de ordem higiênica, seja pela falta de condições psicológicas para enfrentar a realidade. Nunca as pessoas morreram tão silenciosamente e higienicamente como hoje nessas sociedades e, nunca em condições tão propícias à solidão (Elias, 2001).

O defunto já não vai mais para a igreja para que aconteça a missa de corpo presente, assim como também não é velado mais em casa, ele é levado para um salão funerário, onde o traço da morte é eliminado do seu corpo. O que antes era papel da família passa a ser função de uma equipe funerária que fica responsável em lavar, embalsamar, vestir e maquiagem o moribundo. A emoção e o choro são deixados de lado, surgindo nesse contexto os cemitérios parques com a promessa de oferecer dignidade e conforto às famílias e ocultando a sua finalidade:

Este moderno cemitério dificilmente pode ser identificado como terreno fúnebre por um passante não advertido. Ele se fantasia de parques nos quais as sepulturas são discretas, nos quais a morte é maquiada e por isso dificilmente visível em sua verdadeira fisionomia. Ele corresponde à versão moderna de imposição de silêncio à morte. (Rodrigues, 1983, p. 195).

1.2.5. Os cemitérios na Idade Contemporânea

Os cemitérios como conhecemos hoje, surgiram nas cidades modernas para ocuparem seus limites periféricos. Eram escolhidos lugares altos, distantes, com a finalidade de se evitar o risco de contaminações e doenças provocadas pela insalubridade dos corpos em putrefação.

No mundo contemporâneo ainda existe muita dificuldade em falar sobre a morte, seja por medo, tabu, negação, finitude etc. A morte revela inércia ou falta de progresso, ou seja, não traz para um mundo capitalista uma evolução. Por que pensar em espaços fúnebres ou na morte, quando se tem ambições diferentes como o lucro sobre as sociedades. Com efeito, se torna mais viável e rentável pensar na vida e o que se pode obter de quem está vivo. O setor imobiliário, por exemplo, lucra mais vendendo moradias onde as pessoas idealizam ter sua própria morada em vida do que pensar na compra de túmulos, porque ninguém quer pensar em morrer, tendo várias possibilidades e anseios para conquistar estando vivo.

A morte é um ato histórico que iniciou o processo civilizatório da humanidade, pois os homens primitivos já pensavam em um local para seus mortos, os espaços mortuários surgem dessa necessidade e ao longo dos períodos da história ele vai mudando seu formato e utilização.

O espaço dos mortos se modificou no decorrer dos tempos. No século XIX, foi que se deu o surgimento dos grandes projetos dos cemitérios urbanos. E foi nesta mesma época, que no Brasil, os sepultamentos saíram das igrejas e passaram para as áreas mais afastadas das cidades, espaços estes denominados de ‘campo santo’, se tornaram a nova moradia dos nossos mortos surgindo assim os novos padrões de cemitérios. A figura 8 mostra essas mudanças.

Figura 8: Cemitério da Consolação em São Paulo 1858.



Fonte: Dayse de Camargo – Arte fora do museu.

Os cemitérios foram afastados das cidades, porém com o crescimento populacional acelerado e o processo de urbanização, esses espaços fúnebres voltam a se aproximar dos vivos. Com isso, a periferia acabou se unindo novamente aos centros urbanos, fazendo com que mais uma vez na história a cidade dos mortos fizesse parte da cidade dos vivos.

Nos dias atuais os cemitérios não possuem mais as características de uso que tinham na Idade Média, onde os vivos praticamente viviam na cidade dos mortos fazendo suas atividades diárias, como locais de encontros, comércio, socialização, anúncios importantes etc. Hoje, as necrópoles estão inseridas em espaços silenciosos e de pouca movimentação, exceto em datas comemorativas e finados, nas quais as movimentações se tornam intensas.

Apesar das necrópoles não terem as mesmas características de antes, através da história de sua evolução foram adquiridos vários costumes. Por exemplo, na pré-história os homens primitivos colocavam comida e objetos pessoais com os mortos, por isso herdamos deles o costume de enterrar algum objeto pessoal com o morto.

O filósofo Michel Foucault (1984) descreve no seu texto o conceito de “espaços outros”, ou seja, o cemitério como local de heterotopia, mostrando que o espaço do outro foi

esquecido pela cultura ocidental, já que esses lugares e espaços funcionam em condições não hegemônicas e sofrem transformações importantes. Nesse contexto, o cemitério é certamente um lugar outro, ligado ao conjunto de todas as alocações da cidade ou da sociedade, visto que cada indivíduo e cada família se vê tendo familiares neste local. Ainda na cultura ocidental, o cemitério praticamente sempre existiu e nele a sociedade produziu suas heterotopias, pois são nesses espaços que estão contidos os conflitos e tensões exercidas pelas relações de poder de uma sociedade decidida.

Ainda em seu livro, *Microfísica do poder* (1984), Michel Foucault faz uma relação entre o poder político e o nascimento da medicina social, fazendo uma abordagem sobre o medo da cidade e a invasão numerosa das necrópoles nas mesmas, ele enfatiza a problemática dos espaços fúnebres no perímetro urbano dando como exemplo o Cemitério dos Inocentes em Paris:

Onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (Foucault, 1984, p.154-155).

Michel Foucault (1984) também ressalta que a medicina urbana da época tinha como objetivo analisar que os perigos no espaço urbano não foi devido a uma ideia cristã, mas sim médica e política, o que culminou na decisão da transferência do Cemitério dos Inocentes em Paris, onde se apelou para Fourcroy, um dos grandes químicos do final do século XVIII, que pediu pela transferência do cemitério, e também foi responsável pela primeira polícia médica urbana que sanciona o exílio dos cemitérios para longe do espaço urbano.

Segundo Reis (1991), o Cemitério dos Inocentes desapareceu às vésperas da Revolução Francesa. Em 1801, a Academia de Arquitetura Francesa, promoveria um concurso de projetos sobre cerimônias funerárias e organização de cemitérios, no qual os concorrentes criticaram a cova comum e coletiva e elogiaram o túmulo individual e os jazigos de família. Já em 1803, foi fundado o famoso Cemitério de Père – Lachaise, que se tornaria posteriormente o local de inumação de pessoas ilustres da França, como artistas e intelectuais.

Em 1804, surge um decreto que determina o fim das covas comuns, a distância entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos, a distância das sepulturas dentro dos cemitérios, a proibição de sepulcros dentro da igreja etc. Nesta época, a França rompeu completamente com o

passado e criou durante a primeira década do século XIX um novo modelo básico de sepultamento que vigoraria até o final do século, servindo de modelo mundial para reformas cemiteriais.

No século XVIII, com o Classicismo¹, adquiriu-se valores estéticos onde as sepulturas ganharam contornos de templos ou capelas para adoração e devoção. O primeiro deles foi o Cemitério de PÈRE-LACHAISE de Paris, em 1803, que serviu como modelo e trouxe a complexidade estética de suas construções e contornos. Logo, muitos dos cemitérios de caráter estético e arquitetônico que se vê hoje, são originários desse período histórico.

Certamente, os espaços fúnebres nos centros urbanos, possuem grande importância quanto a sua história, sua herança cultural e simbólica, sua estrutura física, sua função cemiterial, bem como a implementação de leis e regulamentações ambientais com o objetivo de minimizar agravantes. Além disso, os espaços fúnebres buscam manter parte da simbologia presente na morte e o caráter de monumento à memória dos mortos que os vivos, até os dias de hoje, procuram cultivar.

Essas formas espaciais são responsáveis em reconstituir histórias e construir novas centralidades urbanas, por isso se torna necessário o despertar para um estudo mais aprofundado referente a esse assunto, apesar de ser natural ao ser humano uma resistência sobre a temática da morte, falar sobre ela se torna essencial para que se possa entender a origem e a evolução dos cemitérios, bem como a sua importância para todas as sociedades que já existiram e as que existem até hoje.

Atualmente, não existem tantas políticas públicas voltadas para a construção de novos espaços fúnebres nas cidades, uma vez que, tanto na pré-história, quanto na antiguidade clássica, os espaços mortuários sempre trouxeram problemas para as sociedades da época, dado que os odores causados pela putrefação dos cadáveres acabavam sendo prejudiciais aos vivos. Por isso, os cemitérios foram se modificando através da sua evolução histórica porque, no passado, não se pensava que os problemas ambientais, por exemplo, a poluição de lençóis freáticos através do necrochorume que é o líquido resultante da decomposição dos cadáveres poderiam ser causados por eles.

¹ **Classicismo:** é o nome atribuído à literatura que foi produzida no contexto de vigência do Renascimento, amplo movimento artístico, cultural e científico que ocorreu no século XVI, inspirado na cultura clássica greco-latina.

Atualmente, a preocupação com os cemitérios está além dos odores fétidos causados pelos restos mortais enterrados neles, pois, existe uma preocupação com a finitude deles, no espaço urbano, além da preocupação com os prejuízos e os problemas que trariam para o mundo.

1.3. RITUAIS E RITOS FÚNEBRES

Os espaços fúnebres são edificações construídas socialmente ao longo da história, onde acontecem às práticas sociais que refletem as memórias do passado e do presente, manifestadas através das crenças dos homens, seus símbolos, seus ritos e seus rituais fúnebres.

Os rituais fúnebres estão presentes em todas as sociedades e são expressões simbólicas que buscam homenagear os mortos. Por isso, todos os povos ritualizam seus mortos e apresentam uma reação similar diante da perda por morte de um ente querido (Imber-Black, 1998; Schilindwein, 2001).

A palavra fúnebre é utilizada como complemento da palavra ritual, pois a junção delas expressa as práticas destinadas aos mortos. De acordo com o Dicionário Aurélio (Ferreira, 2003), a palavra fúnebre, traz a seguinte definição: relativo à morte, aos mortos ou a coisas a eles relacionadas; funerário, funeral, funéreo, mortuário, sendo assim a palavra mais completa que inclui as demais.

Conforme elucidado Leakey (1997) há registros arqueológicos sobre práticas sociais de rituais fúnebres desde a pré-história, sugerindo que a consciência coincidiu com a emergência de uma preocupação com relação à finitude e o cuidado com seus mortos.

Em suma, rituais fúnebres são representações socioculturais, simbólicas e espaciais que apresentam a cultura de um povo e a forma com a qual os homens encaram sua finitude, através de suas práticas sociais diante da morte. Essas práticas demonstram como seus mortos são homenageados e lembrados pelos vivos.

De acordo com Bayard (1996), ritual fúnebre é uma ação de valor simbólico e cheia de significação, independentemente de sua finalidade mecânica.

Diante disso, os rituais simbolizam as práticas sociais que os vivos fazem em homenagem aos seus mortos, e através deles a sociedade passa a entender a realidade e a lidar com a perda do seu ente querido, pois a morte provoca uma dor irreparável, uma fase de luto difícil de ser aceita ou compreendida. Em suma, os rituais promovem a reintegração social que se altera com a perda de alguém com a qual se convivia e se amava, essa prática de certa forma conforta a pessoa, à medida que ela lembra de quem se foi.

Portanto, há uma dualidade entre rito e ritual, já que são palavras sinônimas, porém com significados distintos, ou seja, o rito seria o conceito sobre algo simbólico que possui elementos históricos como uma celebração ou cerimônia, já o ritual seria a prática do rito, o desenvolvimento da celebração ou cerimônia conceituada. Assim, os ritos acabam compondo um ritual.

Rivière (1997) nos esclarece que as palavras rito e ritual possuem zonas semânticas vizinhas e recíprocas, a ponto de se tornarem sinônimas, e que ao longo dos séculos, esses termos se misturaram tanto que é inútil procurar no século XX uma distinção entre eles, seja no francês ou no inglês.

Pode-se comparar os dois termos da seguinte maneira: quando se participa de um julgamento tem-se o advogado que fará a defesa conforme o estudo que fez das leis já a sentença, ou seja, o resultado será a prática efetiva das leis escritas nos livros.

Por conseguinte, Bayard (1996) exemplifica que o rito fúnebre seria a orientação técnica de como fazer os procedimentos de lavar, enterrar e cremar o cadáver, mas é o seu desenvolvimento para ato simbólico e a sua prática que o torna um ritual em todo o seu sentido. De outro modo, ritual nada mais é que a prática social de um conjunto de ritos, já que os abrange. Os ritos por sua vez são o desenvolvimento para que se execute o ritual.

Rivière (1997) define o rito como um conjunto de condutas individuais ou coletivas, codificadas através da base corporal (verbal, gestual, ou de postura), com forte carga simbólica cuja eficácia esperada não depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica do elo causa-efeito.

Conforme sua cultura, cada povo terá sua forma particular de reverenciar seus mortos, como constata Bayard (1996) ao observar que o homem é o único animal que acende o fogo e enterra seus mortos. Os ritos fúnebres são variados e irão evoluir não só com os costumes da cultura regional e local, mas também com as características particulares de cada moribundo como: idade, sexo e classe social.

Ferreira (2003) identifica os ritos como regras e cerimônias próprias da prática de uma religião, enquanto, ritual é relativo aos ritos.

Alguns autores como: Gennep (1978) que intitula seu livro de: Os Ritos de Passagem; Bayard (1996), cujo título é: Sentido oculto dos ritos mortuários e Rivière (1997): Os ritos profanos, em suas obras conseguem ressaltar bem a diferença de ritos e rituais, utilizando a palavra rito e não ritual. Por outro lado, demonstrando o sentido de ritual, temos o livro de Turner (1974), O Processo Ritual, que utiliza não mais o termo rito, mas ritual, porque se

refere ao processo maior, a prática social e não mais aos membros componentes (ritos) do processo como um todo.

A vida de qualquer sociedade se funda na passagem entre posições, estados e status. Compreende-se que os indivíduos se modificam ao atravessarem a fronteira de cada etapa e nisso se assemelham as cerimônias de nascimento, infância, puberdade, noivado, casamento, gravidez, paternidade, iniciação religiosa e funerais, sendo importantes também as passagens de uma estação para outra, de um ano para outro etc. (Gennep, 1978).

O estudo dos rituais fúnebres é importante para que se possa compreender como as manifestações humanas diante do evento da morte se tornaram fundamentais para que as pessoas pudessem se despedir e significar as suas perdas através de suas práticas sociais e culturais.

Segundo Elias (2001), todos os grupos sociais construíram ideias e rituais individuais acerca da morte, criando um processo de socialização: pensamentos e ritos comuns que unem pessoas e grupos. Portanto, se pode analisar que os rituais vão além da ação, eles mostram que em vários momentos ao longo da história da humanidade, nas diferentes civilizações, sejam ocidentais ou orientais, das mais antigas as mais atuais, cada homem de maneira particular e através de sua cultura, criou seus rituais e símbolos para recordar e respeitar seus mortos.

O passado é longo e o futuro é curto, incerto. O “fim” da vida é uma realidade iminente e a forma de lidar com isso depende de cada indivíduo, da ênfase que ele dá à vida ou à morte (Kovács, 1992).

Assim sendo, os rituais fúnebres são necessários, pois possibilitam aos vivos amenizar as dores, aliviar seus sentimentos de culpa, enfrentar e aceitar a perda etc. Eles possuem fases que vão desde o processo do luto até sua finalização, ou seja, quando acontece o enterro.

Ferreira (2003) conceitua o luto de acordo com o dicionário Aurélio, como o sentimento de dor pela morte de alguém quanto os sinais exteriores deste sentimento, em especial o traje usado e o tempo de permanência em estado de luto.

É considerada reação normal e esperada frente ao rompimento de uma relação significativa, pois se compreende que ocorre não simplesmente uma morte, mas a partida de alguém amado em circunstância dolorosa (Schlindwein, 2001).

1.3.1. Rituais fúnebres pela ótica do Catolicismo.

Os primeiros sepultamentos pré-históricos surgiram a partir da necessidade de depositar o cadáver em algum lugar seguro, devido ao problema causado pela decomposição dos

corpos, os mortos eram inumados de forma natural em cavernas, covas, dolmens, grutas etc. (Bayard, 1996).

O homem honrava e homenageava seus mortos através dos seus ritos. Neste sentido, os primeiros ritos funerários estão ligados aos elementos naturais, conforme nos enfatiza Bayard:

Em concordância com o elemento ar, o cadáver é exposto; por temor dos animais carnívoros, a inumação no elemento terra é praticada em toda parte desde as épocas mais antigas; a imersão no elemento água deixa muito menos traços; (...) Enfim, sob o elemento fogo, a incineração, praticada às vezes no neolítico, tem lugar cada vez mais importante; as cinzas são espalhadas ao vento, enterradas, derramadas no rio ou conservadas em urna (Bayard, 1996, p.43).

Os rituais continuaram acontecendo nos períodos históricos seguintes, cada povo com sua religião e crença tinha ritos que se efetivavam através da prática social que era designada para cada tipo de ritual.

Segundo Bell (1997), as crenças podem existir sem rituais: os rituais, porém, não podem existir sem crenças. Nesse contexto, sabe-se que existem vários rituais destinados a despedida dos mortos, e seria impossível explanar todos nessa pesquisa. Em virtude da grande diversidade das crenças religiosas, se torna inviável um estudo minucioso e de forma abrangente de cada uma, por essa razão será abordado neste trabalho somente os ritos e rituais fúnebres realizados sob a ótica da religião católica, ainda sim, de forma mais generalizada.

O cristianismo é a religião que deu origem ao catolicismo, a crença cristã é descendente de outra religião monoteísta, o judaísmo, no qual se acreditava que Jesus de Nazaré era o Messias prometido nas escrituras hebraicas e que sua vida, morte e ressurreição seria a salvação do mundo. Os textos sagrados incluem a bíblia hebraica e o novo testamento dos evangelhos cristãos. Desta maneira, a religião católica segue os ideais do cristianismo que foi sua matriz, reconhece o poder supranacional estabelecida numa estrutura hierárquica no Vaticano, sendo o Papa, ou Bispo de Roma os chefes da igreja ordenados pelo apóstolo Pedro de Jesus.

Destarte, a morte na ideologia cristã é concebida como uma passagem para a vida eterna e o juízo final. A vida humana e social é feita de passagens e ritualizações que vão desde o nosso nascimento até a nossa morte e além dela. Sendo assim, o catolicismo como vertente do cristianismo, traz para religião católica à vivência da fé, que geralmente está vinculada a crença em um santo de devoção.

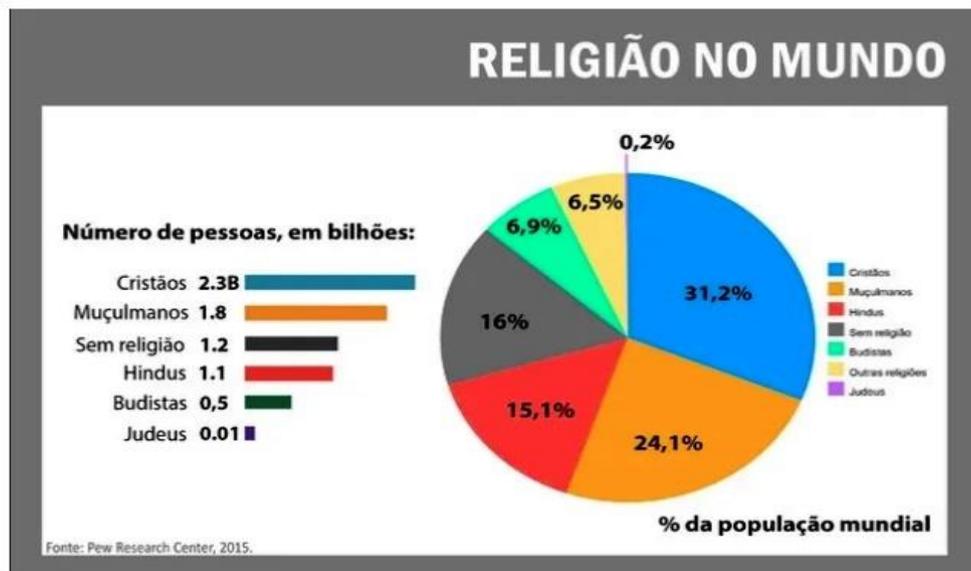
A igreja nesse contexto tem importância fundamental na vida social possuindo vários ritos de passagem em seus sacramentos como: batismo, eucaristia, crisma, matrimônio, reconciliação, penitência etc. A nossa finitude também seria um rito de passagem que passa por várias etapas.

“Os ritos funerários complicam-se pelo fato de um mesmo povo ter várias concepções contraditórias ou diferentes sobre o mundo de além-túmulo. Essas concepções misturam-se entre si, o que tem repercussão sobre os ritos.” (Van Gennepe, 2013. p. 128).

A religião católica foi escolhida por ser uma das vertentes do cristianismo, sendo uma das mais praticadas no Brasil, além de ser uma das maiores religiões monoteístas do mundo. Ser cristão é crer em um único Deus salvador da humanidade, que seria Jesus Cristo. Ser católico é acreditar que Cristo também é o nosso salvador e ainda fazer parte da Igreja Católica com suas doutrinas e dogmas. Logo, um católico é cristão, mas nem todo cristão é católico, pode-se ter cristãos que adotam religiões distintas ao catolicismo.

O livro mundial (The World Factbook), elaborado pela CIA com dados de 2012 mostra no gráfico 1 que o Cristianismo possui 28% de adeptos no mundo, sendo a religião mais praticada no mundo, seguida pelo Islamismo com 22% de seguidores. Já o centro (Pew Research Center), com dados de 2015 mostra que o Cristianismo continuou sendo a religião mais praticada no mundo com 2,3 bilhões de pessoas, seguida pelo Islamismo com 1,8 bilhões de praticantes. Lembrando que a população mundial atual é de 8,0 bilhões de habitantes em junho de 2022, segundo as estimativas mais recentes das Nações Unidas elaboradas pelo Worldometer.

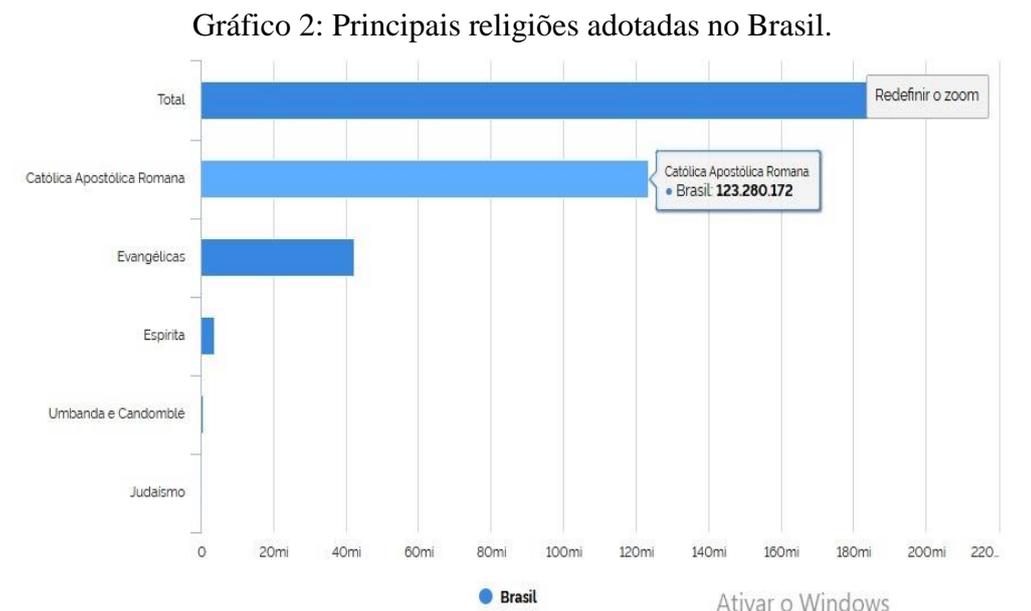
Gráfico 1: As religiões mais praticadas no mundo.



Fonte: Pew Research Center, 2015.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, às religiões brasileiras tiveram um declínio no que diz respeito à crença católica. Os dados indicam que o percentual de católicos caiu de 73,8% registrados no censo de 2000 para 64,6%. Apesar disso, o catolicismo continua

sendo a religião com mais fiéis. Essa redução ocorreu em todas as regiões do país, sendo a queda mais expressiva registrada no Norte, de 71,3% para 60,6%. Já o estado que apresenta o menor percentual de católicos continua sendo o do Rio de Janeiro, com 45,8% (uma diminuição com respeito ao censo anterior que apontava 57,2%). O estado brasileiro com maior percentual de católicos continua sendo o Piauí, com 85,1% de declarantes (no censo anterior o registro era de 91,4%). Portanto, esses dados indicam que o Brasil continua tendo uma maioria católica, com mais de 123 milhões de adeptos como mostra o gráfico 2 a seguir.



Fonte: IBGE.

Para a religião católica, a morte representa a passagem de um mundo para o outro, onde o corpo e a alma são um só, não se acredita em reencarnação, mas sim, na ressurreição que ocorreria depois do juízo final do morto, onde este passaria para uma vida nova em outro plano, ou seja, a vida eterna.

“A igreja representava uma espécie de portal do Paraíso. Ao mesmo tempo era o lugar perfeito e desejável para se aguardar a ressurreição no dia do Juízo Final, uma concepção amplamente difundida no mundo católico desde a Idade Média” (Reis, 1997, p. 124).

Segundo o historiador João José Reis (1991), havia um ritual pré-estabelecido pela Igreja Católica, no qual eram ungidas as partes do corpo do moribundo, como suas mãos, olhos e boca. Depois de realizada as unções do enfermo, vários rituais de morte se iniciavam, como o toque dos sinos da igreja, a lavagem do defunto, os velórios em casa, os extensos cortejos, a missa de encomendação da alma do morto, o enterro, a missa de sétimo dia. Também havia o ritual de preparação do corpo como a lavagem e a vestimenta, que no passado, era a mortalha que variava

segundo a condição social do moribundo. Atualmente, o morto é preparado para o velório com a roupa que mais gostava ou por uma escolhida pelos seus familiares.

Em suma, segue-se todo um ritual após a preparação do corpo. Por isso, o velório é uma reunião simbólica onde estão presentes os entes queridos do falecido como familiares e amigos, no passado, essa celebração e homenagem acontecia na casa do moribundo ou nas igrejas. Atualmente, os velórios assim como a preparação do corpo podem ser realizados por uma equipe funerária contratada, assim como também podem ser usadas às práticas antigas mencionadas anteriormente.

O velório e o enterro ocorrem em sequência, sendo que esse último normalmente é realizado até 24 horas após a morte. Durante o velório, são colocados incensos que simbolizam a veneração, a água que relembra o batismo e as velas que representam a busca da luz no meio da escuridão, ou seja, o sinal de que a pessoa falecida está na eternidade ao lado de Deus.

Geralmente, alguns familiares e amigos acompanham o caixão, enquanto outros cantam e rezam. Um líder religioso conduz o funeral expressando condolências à família, falando sobre o que a morte significa para o catolicismo. Nessa religião, apesar da cremação ser amplamente aceita desde o Concílio do Vaticano de 1963, o sepultamento ainda é a principal escolha entre os fiéis. O luto é algo comum entre os adeptos do catolicismo e as roupas pretas são usadas durante a despedida de forma a simbolizar a dor da perda.

Durante o luto os vivos e mortos constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente conforme fossem mais estreitamente aparentados ao morto. Por isso, as estipulações do luto dependem de grau de parentesco e são sistematizadas de acordo com o modo especial como cada povo determina este parentesco (paterno, materno, de grupos etc.). (Van Gennep, 2013, p. 129).

A Igreja Católica acredita que a morte é o fim de uma etapa, mas não o fim da história, ela é a passagem para uma vida eterna em outro plano. Por isso, após o enterro há também a missa de sétimo dia, que é celebrada em uma igreja católica com o intuito de lembrar que faz exatamente uma semana, que aquele ente querido se foi. Tanto no velório, quando no sepultamento ocorre a oferta de flores que simboliza o respeito às boas lembranças que o morto deixou. Por ser a religião que tem mais adeptos no Brasil, os rituais mencionados são semelhantes para a maioria dos praticantes do catolicismo.

“Finalmente, de todos os ritos funerários aqueles que agregam o morto ao mundo dos mortos são os mais elaborados e a eles é que se atribui a maior importância.” (Van Gennep, 2013, p. 129).

A sociedade tem como regra, a neutralização dos ritos funerários e a ocultação de tudo que diga respeito à morte. Vê-se que os dois fenômenos estão estreitamente associados, porque a civilização nega a morte, não suportando sua ritualização. No entanto, por não possuir os instrumentos necessários aos rituais para enfrentá-la, a civilização ocidental moderna é obrigada a bani-la e a negá-la por todos os meios. Provavelmente, este processo de supressão da morte não está absolutamente ligado às sensibilidades individuais das pessoas mais ou menos diretamente atingidas por um óbito; ele responde, ao contrário, a uma coerção social perfeitamente inidentificável, que obedece a princípios políticos inteiramente localizáveis, característicos de nossa cultura. (Rodrigues, 2006, p. 165.).

1.4. SECULARIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÚNEBRES: O PAPEL DA IGREJA E DO ESTADO

O estado é uma entidade ou instituição com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. Por isso, ele e o território são essenciais para uma sociedade. Dessa forma o Estado é fruto da razão humana, porque pressentindo que a força física não era suficiente para a organização da vida social, ele passou a abster-se de alguns privilégios para constituir o poder político organizado, que sob esta óptica é o próprio Estado, único na função de garantir o exercício de atividades do sistema legal em vigor no recinto espacial de sua soberania.

Jean Gottmann (2012), destaca que o território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado, quanto organizado através de processos políticos. Gottmann ainda afirma que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, através dos relacionamentos entre tempo e política. (Gottmann, 2012).

Desta forma, os espaços fúnebres são resultado das paisagens culturais construídas pelos homens ao longo dos tempos, em vários lugares dentro de territórios que possuem soberania e governabilidade através de um estado. Nesse contexto, os espaços fúnebres podem ainda ser classificados como recortes espaciais dentro de um território, que eram administrados pela igreja e passaram a ser administrados e fiscalizados pelo estado.

Por outro lado, a igreja tinha poder sobre a vida social e sua influência se estendia aos espaços cemiteriais, pois estes se localizavam no interior e nos arredores dos templos cristãos, que também eram chamados de espaços sagrados e seus arredores, ou seja, os espaços no entorno da igreja eram denominados profanos. Com isso, a vida e a morte passaram a conviver juntas em um mesmo ambiente até ocorrer à separação da cidade dos vivos e da cidade dos mortos.

Assim sendo, a geografia da morte não é aleatória, quanto mais descartável o corpo, mais apartado da cidade será enterrado. Essa separação dos cemitérios do perímetro urbano é uma marca das cidades ocidentais modernas, e é dentro desse contexto que a morte entra em pauta com a secularização dos cemitérios. O processo de secularização foi à desvinculação histórica entre o Estado e a Igreja, fato que aconteceu no ocidente com a Revolução Francesa, no século XVIII, e no Brasil com a constituição de 1891, tornando o Estado laico nas questões que envolvem religiosidade.

“Na França uma nova atitude diante da morte e dos mortos se delineou ao longo do século XVIII no rastro do ²Iluminismo, do avanço ao pensamento racional, da laicização das relações sociais, da secularização da vida cotidiana.” (Reis, 1991, p. 74.).

Segundo Reis (1991), durante este século houve uma redefinição das noções sobre poluição, onde passou a se desenvolver uma atitude hostil à proximidade com o moribundo e o morto, já que os médicos recomendavam distância por motivo de saúde pública. Só haveria uma solução para esse momento histórico proibir os enterros nas igrejas, transferir os cemitérios paroquiais para fora das cidades e vilas, e criar cemitérios extramuros. Essa nova atitude se fundamentava na doutrina dos ³miasmas, desenvolvida pela ciência do século XVIII, onde se

² **Iluminismo:** se iniciou como um movimento cultural europeu do século XVII e XVIII que buscava gerar mudanças políticas, econômicas e sociais nas sociedades da época. Para isso, os iluministas acreditavam na disseminação do conhecimento, como forma de enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso.

³ **Teoria do miasma:** defendia que as doenças eram causadas por miasmas que seriam compostos de odores venenosos e cheiros fétidos, provenientes de pântanos, de poças d'água estagnada e de matéria orgânica em decomposição.

acreditavam que as matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos da atmosfera como: temperatura, umidade e ventos poderiam formar vapores ou miasmas que seriam prejudiciais à saúde, infectando o ar que se respirava, aumentando a preocupação com a salubridade pública nas cidades.

Assim sendo, a teoria higienista, no Brasil, foi impulsionada pela literatura médica francesa, a qual pautou sua teoria dos sepultamentos, na questão dos miasmas e na necessidade de locais específicos para os espaços fúnebres, como lugares altos, arejados, arborizados e fora do perímetro urbano, o contrário do que até então era prática no território brasileiro: os enterros *ad sanctos*.

Ainda conforme Reis (1991), somente após uma campanha médica vigorosa, em que foram apresentados vários relatos extraordinários de pessoas morrendo por se exporem a vapores mefíticos, foi que o governo passou a agir de forma definitiva para solucionar o problema dos cemitérios intramuros. Pode-se citar como caso exemplar, o fechamento em 1780, e posteriormente a retirada do antigo cemitério parisiense de Saints Innocents, o qual era uma venerada necrópole situada no coração da cidade e que servia a mais de vinte paróquias.

Outrossim, no que diz respeito aos cemitérios, as autoridades municipais e nacionais francesas intervieram, em geral com a anuência das autoridades eclesiásticas, procurando reviver velhas e esquecidas leis que proibiam os enterros nas igrejas e recomendavam a transferência dos cemitérios para fora das cidades. (Reis, 1991, p.76.)

Enfim, a secularização dos espaços cemiteriais passou a ser uma realidade, na qual ocorreu a transferência do poder e da responsabilidade até então destinadas ao poder eclesiástico da igreja, para o poder do estado de forma institucional. Essa separação veio rompendo o domínio da igreja e evidenciando o estado que passou a exercer o domínio laico sobre os cemitérios. A religiosidade, por sua vez, já vinha perdendo sua relevância e influência desde a idade moderna.

Estado laico é quando se promove a separação entre o poder estatal e o poder religioso sobre algo ou alguém. Pode-se ainda denominar como estado secular, aquele que não adota a religião oficial, ou seja, não interfere nos assuntos religiosos a menos que esses estejam relacionados diretamente com questões jurídicas e não se deixa ser influenciado por nenhum viés unilateral religioso. Sendo dessa forma imparcial, independentemente de qualquer religião. A

palavra secular também é utilizada para designar algo que é laico. Secular vem do latim *saeculare*, que significa mundano, ou seja, o que é do mundo físico e “não pertencente a Deus”.

Portanto, o processo de secularização está relacionado à queda do poder sagrado para o do poder profano, a passagem do domínio religioso para o domínio leigo e a passagem do poder institucional religioso para o poder institucional do estado laico que estaria a serviço da sociedade, construindo relações sociais na pós-modernidade. Com isso, a religião perdeu sua influência sobre as várias esferas da vida social, pois ocorreu a transferência da responsabilidade e do poder da autoridade religiosa para o Estado. Desse modo, o modo de viver do homem passa a ficar cada vez menos estruturado na visão e nos hábitos relacionados à religião, uma vez que o Estado passa a ser o responsável pela organização e manutenção dos espaços fúnebres no Brasil.

Na última década do século XIX, com o Decreto n. 119-A, (1890), baixado pelo Governo Provisório da recente proclamada República, ficou estabelecida a laicidade do Estado. Os cemitérios passaram a ter um caráter secular e serem administrados pela autoridade municipal, dessa maneira ficando livre para toda a sociedade, os cultos religiosos e as práticas dos seus ritos em relação aos seus crentes, desde que, essas não ofendessem a moral e as leis. Assim, a Constituição de 1946 voltou a debater a matéria, ampliando e mantendo a secularização e a administração municipal. Também manteve a manutenção pelos particulares (art. 141, § 10).

Posteriormente, esses locais fúnebres, além de serem essenciais às cidades, passaram também a serem entendidos como espaços de afirmação social, onde os barões do café e outros membros abastados da sociedade construíram grandes mausoléus, visando demarcar seu poderio econômico através de gerações, concomitante, com a reorganização do poder laico tomaram parte no processo de secularização da morte e dos seus espaços no Brasil dos séculos XIX e primeira metade do XX.

1.5. TIPOLOGIA DOS CEMITÉRIOS

Tudo no espaço cemiterial é marcado por essa função significacional de neutralização (e o próprio cemitério por sua vez é dissimulado): oculta-se primeiro o cadáver, vestindo-o, envolvendo-o em uma mortalha, impedindo a sua visão, fechando-o dentro de um caixão; depois, oculta-se o caixão dentro de uma sepultura e a sepultura sob um monumento; enfim, constrói-se um muro a ocultar o espaço inumatório, muro este que é posteriormente dissimulado por plantas, por árvores, por grades, por uma corrente, pela impressão de se tratar de um parque e não de um cemitério. Todos esses elementos, mortalha, caixão, grades, monumentos, são ao

mesmo tempo signos de separação e neutralização da separação. (Rodrigues, 2006, p. 174.).

Quando se observa a evolução histórica dos cemitérios pode-se notar que estes tinham formatos e tipologias distintas, conforme cada época e seus conhecimentos sobre eles, assim como também sua finalidade. Esses espaços cemiteriais foram evoluindo e mudando seus formatos ao longo de sua história, conforme o conhecimento do homem de cada período histórico. Antes da criação dos cemitérios mais modernos, os espaços mortuários eram mais simples e primitivos como, por exemplo, as cavernas, as tumbas, os dolmens e as catacumbas.

As necrópoles são classificadas conforme sua tipologia, por isso possuem características distintas, mas a função final delas é a mesma, ou seja, a última morada dos mortos e o valor histórico e cultural destes, por expressarem em suas paisagens vestígios e memórias das sociedades do passado.

1.5.1. Cemitério horizontal

O cemitério horizontal é a forma mais comum e mais antiga, dentre os tipos de cemitério existentes. Nele, os cadáveres são sepultados de forma subterrânea e possuem uma área aberta com túmulos e jazigos, geralmente de mármore que dão o acabamento externo à área onde o defunto está enterrado. São geralmente, mais procurados por representarem espaços onde os familiares e amigos podem estar de volta à companhia do ente querido falecido bem como fazer a manutenção do espaço fúnebre, o que representa uma atitude de carinho e cuidado com o morto. O cemitério horizontal é local de grande valor histórico, onde se pode encontrar grandes construções, estátuas e mausoléus. No Brasil, podemos mostrar como exemplo na figura 9, o Cemitério da Consolação, em São Paulo.

Figura 9: Cemitério horizontal da Consolação, em São Paulo.



Fonte: Castilho de Andrade – Arte Tumular – 273.

Segundo Áries (2014), os cemitérios horizontais são túmulos medievais e modernos, baixos e encaixados ao solo com uma simples lápide de pedra retangular plana.

1.5.2. Cemitério vertical

Nesse tipo de espaço fúnebre, os corpos são dispostos em locais que se assemelham a pequenos apartamentos. Cada cadáver fica acolhido em um compartimento denominado “gaveta”, em uma construção vertical, que abriga diversas gavetas lado a lado, uma acima da outra. Dessa forma, os túmulos são representados pela pequena fachada de cada gaveta, onde irão constar as informações do morto. Diferente do cemitério horizontal, não dispõe de uma área particular para o encontro com o falecido, porém possui como vantagem a otimização dos espaços.

Sem dúvidas, a forma com que os corpos são acondicionados na forma vertical garante maior aproveitamento do espaço disponibilizado pelos municípios para os cemitérios. Para cemitérios com áreas pequenas, a forma vertical representa uma solução para acomodar em maior quantidade os cadáveres.

Áries (2014) enfatiza que, o túmulo vertical e mural é o sucessor direto dos túmulos paleocristãos reservados aos defuntos veneráveis como os papas por exemplo. O túmulo vertical prestava-se a monumentalidade ao longo das superfícies murais e para o interior dos volumes, para encher os vazios. Por essa razão convinha à sepultura dos grandes personagens memoráveis da Igreja e dos novos Estados, como também às audácias dos grandes artistas, escultores e arquitetos da época. Eram comparados aos sarcófagos mais antigos e reutilizados.

Os cemitérios verticais podem solucionar a falta de espaço para os sepultamentos, nos grandes centros urbanos e são tidos como ótimas opções para a gestão urbana. O maior cemitério vertical do mundo é a Memorial Necrópole Ecumênica, localizado na cidade de Santos, no Estado de São Paulo como mostra a figura 10.

Figura 10: Cemitério vertical no Brasil.



Fonte: Memorial Necrópole Ecumênica.

1.5.3. Cemitério parque ou jardim

São locais que abrigam os mortos em áreas cobertas por paisagens naturais, amplos gramados, trilhas e bosques. Neles, são abrigados jazigos subterrâneos, cujos túmulos são identificados por placas, normalmente, na cor branca. Como os jazigos não ficam expostos na área externa dos pátios dos jardins e parques, esses cemitérios costumam ser bastante tranquilos, convidativos e acolhedores. Isso porque os visitantes, além de poderem ter um momento junto a um ente querido que partiu, ainda podem apreciar a natureza e a paz que os jardins e parques oferecem. Alguns cemitérios-parque estão seguindo a tendência mundial de valorização do espaço natural, onde diversas opções de lazer são incluídas como: área para caminhada, jardins para visitação, arborismo, academias ao ar livre, espaç o para meditação, viveiros de mudas etc.

No Brasil, os cemitérios jardim mais conhecidos são: o Cemitério do Morumbi, em São Paulo; o Cemitério Jardim da Saudade, em Salvador; e o Cemitério Flamboyant, em Campinas. O cemitério parque considerado mais antigo do país   o Cemitério Jardim da Saudade Sulacap, no Rio de Janeiro. Ainda tem o novo empreendimento como mostra a figura 11, o Parque Memorial Japi em São Paulo que está em construção e segue uma tendência mundial de valorização do espaç o, transformando os cemitérios parque em locais de contemplação da natureza, tornando-se um ponto turístico, a exemplos dos mais famosos ao redor do mundo.

Figura 11: Cemitério parque Japi em São Paulo.



Fonte: Memorial Parque Japi.

Os arquitetos contemporâneos, quando pensam a questão dos cemitérios, manifestam sempre o cuidado de integrá-los ao cenário urbano, de descobrir para eles o melhor lugar. Não vigoraram mais as atitudes do século XVIII que determinavam o banimento dos mortos em nome da higiene para fora das cidades: hoje, o afastamento dos mortos é pensado como uma medida a favor deles, como um intencional afastamento da confusão do mundo urbano, como a transferência deles a um lugar onde possam “descansar em paz”. (Rodrigues, 2006, p. 171.).

Rodrigues (2006) ainda enfatiza que os cemitérios parque moderno tendem a perder os muros, este desmoronamento é o próprio processo por meio do qual os vivos devoram os mortos e os mortos perdem sua identidade característica. Afirma ainda que embora a comparação possa ser precipitada os mortos são vítimas de um processo parecido ao que aconteceu com os indígenas brasileiros encerrados em parques em nome da proteção de sua tranquilidade e da preservação de suas identidades.

SEGUNDO CAPÍTULO

**A HISTÓRIA DA CIDADE DE MANAUS E O
SURGIMENTO DOS PRIMEIROS CEMITÉRIOS.**

2. A HISTÓRIA DA CIDADE DE MANAUS E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS CEMITÉRIOS.

No primeiro capítulo foi explanado que os espaços fúnebres são lugares de memórias, tendo sua localização nas áreas centrais das cidades, próximos às igrejas. Porém, com o surgimento de políticas higienistas, eles foram afastados do perímetro urbano. Isso se deu em virtude da dinamicidade e do constante crescimento e evolução das cidades. Dessa forma, os espaços fúnebres voltaram a fazer parte do mundo dos vivos à medida que a expansão das urbes ultrapassou esses locais, os envolvendo novamente em sua malha urbana.

Ademais, foi pontuado brevemente, a evolução histórica dos cemitérios no Mundo, durante o período que vai desde a Pré-História até a Idade Contemporânea. No Brasil, essa evolução corresponde as seguintes fases históricas: Colonial, Imperial e a Republicana. Com efeito, o enfoque a partir desse momento, será centralizado em uma época mais contemporânea, especificamente, o período Republicano.

Durante esse período, o Brasil passa por um processo de urbanização e modernização, a partir das políticas públicas higienistas do início do século XX. Nessa perspectiva, à proporção que o país passava por esse processo de embelezamento das cidades que ficou conhecido comumente como, "Belle Époque Brasileira", a Manaus desse período já não era mais o espaço descrito pelos viajantes que passaram por aqui dentre os séculos XVIII e XIX, mas sim, um modelo vitrine, com infraestrutura semelhante a Paris, resultado da grande influência imposta pela colonização europeia.

As obras realizadas em Paris e as ideias trazidas pela Missão Francesa aos poucos difundiram-se pelas cidades brasileiras e, no final do século 19, o Brasil passava a aspirar aos padrões de vida adotados pelas metrópoles modernas. As propostas de atualização para a cidade iam além do aspecto visual, exigindo uma série de serviços estruturais. [...] Compreende-se que a instalação desses serviços era mais um artifício para compor a idealizada imagem da vitrine. Tais padrões implicavam a adoção de várias medidas e serviços que visavam embelezar, sanear e modernizar os centros urbanos, tornando-os agradáveis e saudáveis. Os resultados positivos da experiência europeia eram tidos como garantia da funcionalidade do modelo que representava a moderna concepção de civilização e progresso. (Mesquita, 2006, p. 162,163).

Vale ressaltar que o recorte temporal desse capítulo se inicia de fato no século XVII, precisamente com a origem do que viria a ser a Cidade de Manaus. Isso posto, será explanado como e em que momento os cemitérios passaram a ser inseridos no perímetro urbano e por quais motivos, expondo assim, seus principais fatores históricos de grande relevância e importância para a sociedade, apresentando ainda, a diferença entre os cemitérios públicos e privados, contando também a história de como foram removidos das urbes.

A história de uma cidade pode ser contada através de qualquer ponto, então, por que não começar por seus cemitérios, já que historicamente eles surgiram antes mesmo de sua criação. De acordo com Fustel de Coulanges, a primeira cidade a ser formada foi a dos mortos, onde os nômades reuniam seus falecidos nas cavernas que eram lugares de culto, o que acabou dando origem aos espaços fúnebres organizados.

Foi talvez por via da morte que o homem pela primeira vez teve a ideia do sobrenatural e quis tomar para si mais do que lhe era legítimo esperar da sua qualidade de homem. A morte teria sido o seu primeiro mistério, colocando o homem no caminho de outros mistérios. Elevou seu pensamento do visível ao invisível, do transitório ao eterno, do humano ao divino. (Fustel de Coulanges, 1998, p. 18).

Já a cidade dos vivos se originou após os homens nômades se assentarem em locais fixos para viverem e produzirem seu próprio alimento de forma coletiva. Desta maneira, eles começaram sua estrutura e organização social, a qual dará origem ao perímetro urbano.

As cidades mais bem estruturadas e equipadas irão procurar locais mais férteis para se fixarem e garantirem suas subsistências. Pode-se citar como exemplo, as grandes civilizações mesopotâmicas, cujo termo de origem grega significa “terra entre rios” fazendo referência a sua localização geográfica, pois nasceram entre os rios Tigres e Eufrates, e o Egito ao longo do rio Nilo.

Outrossim, a partir do pensamento de Fustel, compreende-se o porquê Manaus também ter começado a surgir do encontro entre os rios Negro e Solimões. Isso se deu, porque as cidades irão procurar esses espaços da natureza que servirão como fontes de vida, já que lhes proporcionam sua alimentação garantindo assim sua sobrevivência.

Etelvina Garcia (2005) relata que um século antes, em 1542, a beleza e o magnetismo do Rio Negro surpreenderiam os expedicionários de Francisco de Orellana, talvez tenham sido eles os primeiros europeus a verem o rio Negro despejar suas águas no caudaloso rio Solimões e juntos formarem o gigantesco Amazonas.

Como cita Gaspar de Carvajal:

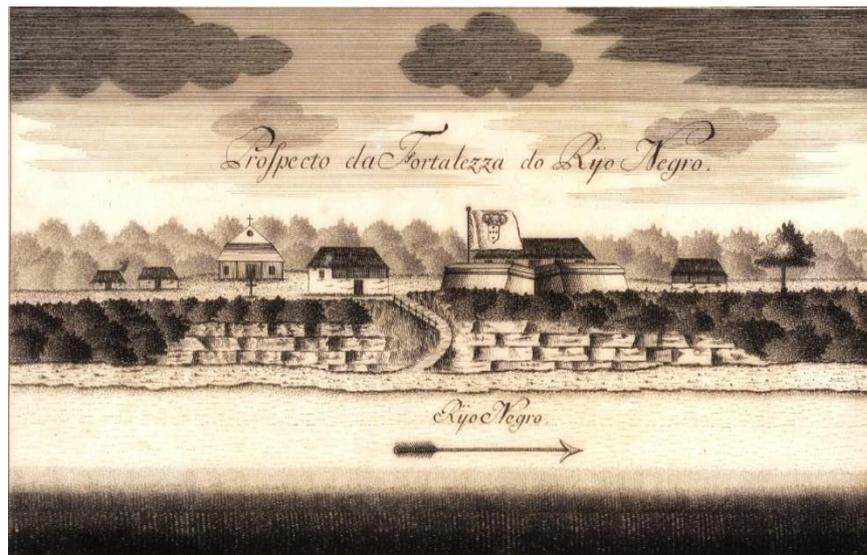
(...) vimos uma boca de outro grande rio, à margem esquerda em relação ao rio que navegávamos, ele era de água negra como tinta, por isso o chamamos de Rio Negro. Ele corria muito, com uma braveza e exuberância que em mais de vinte léguas fazia uma faixa na outra água, sem misturar-se com ela. (Gaspar de Carvajal, 1941).

A cidade de Manaus originou-se no século XVII, com a implantação do Forte da Barra de São José, na margem esquerda do Rio Negro, que foi erguido em 24 de outubro de 1669,

construído pelos portugueses na junção dos rios Negro e Solimões, com o objetivo de controlar o acesso a Amazônia Ocidental impedindo assim, invasões estrangeiras principalmente de holandeses e espanhóis, bem como fixar a presença e o domínio português sobre a área. Como mostra a figura 12.

Já antes, pela necessidade de garantir os portugueses na boca do Rio Negro contra os jesuítas espanhóis e os indígenas hostis, aliados aos holandeses da Guiana, foi construída em 1669, pelo Capitão Francisco da Motta Falcão, a Fortaleza de São José do Rio Negro, origem da Cidade de Manaus. (Bittencourt, 1969, p. 3).

Figura 12: Prospecto da Fortaleza de São José.



Fonte: Júlio André Schwebwl, 1754. Arquivo Nacional.

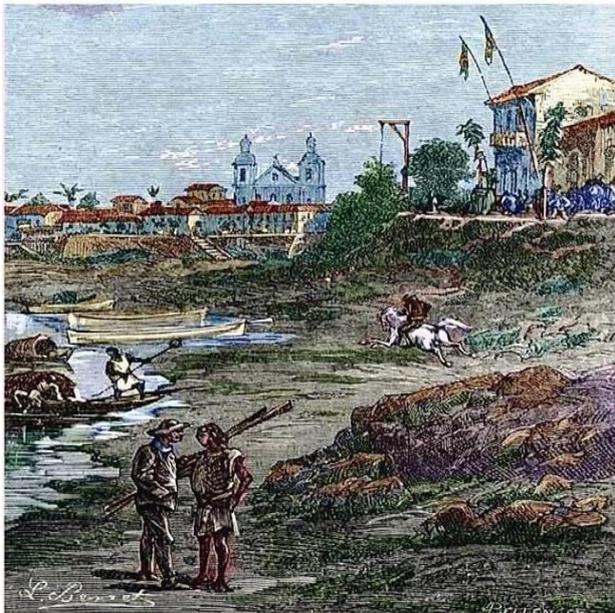
O forte de São José da Barra do Rio Negro “tratava-se de uma obra rústica, de forma quadrangular, feita de grossas paredes de pedra e barro, com uma das faces para o rio”. (Bittencourt, 1969, p. 29).

Segundo Etelvina Garcia (2005), a fortaleza de São José do Rio Negro era um tímido fortim com canhões humildes, de onde só saíam tiros de festim em datas cívicas comemorativas. Não importa se era considerado como uma fortificação, uma fortaleza, um forte ou um fortim, o que importa é que ele era o símbolo do nascimento de Manaus, pois foi nos seus arredores que se formou o lugar da Barra do Rio Negro, dando origem ao primeiro núcleo urbano que será o início da cidade.

Em torno do forte, em seguida, vieram fixar-se numerosos indígenas, das tribos Manaus, Barés, Banibas e Passes, muitos dos quais haviam colaborado na obra de construção, por influência dos catequistas portugueses. E surgiu para aquela população moradora de palhoças humildes, o designativo de Lugar da Barra. (Bittencourt, 1969, p. 30).

Após duas décadas e meia da construção do forte, é erguida em 1695, a primeira igreja e paróquia da Barra do Rio Negro, uma igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição, ela estava localizada próximo ao Forte de São José, que foi o marco que deu origem a cidade. Essa capela trouxe tradições de enterramentos como aconteciam anteriormente no período da Idade Média, os chamados sepultamentos AD’ SANCTOS, que aconteciam no interior e no entorno das igrejas. Segundo suas crenças, as pessoas acreditavam que estando em espaços sagrados garantiriam sua salvação. Nessa época ainda não existia uma preocupação com a identificação dos mortos, como passou a acontecer tempo depois. As figuras 13 e 14 mostram a Matriz de Manaus.

Figura 13: Gravura do Porto de Manaus com a matriz ao fundo.



Fonte: Ilustrador francês Léon Benett, 1881.

Figura 14: Igreja Matriz de Manaus Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: George Huebner. 1890.

Seguindo um modelo medieval, os colonizadores quando aqui chegaram, trouxeram com eles a ideia de um ordenamento urbano. Segundo Cymbalista (2002) os homens traziam consigo cidades, em seu imaginário, seus mitos e costumes enquanto navegavam para chegar nesse novo mundo.

A partir desse momento, a igreja irá passar por três fases distintas de acordo com Rabelo (2008). A primeira se inicia com um “Templo de taipa” por ser construída de forma semelhante a uma oca indígena, fato que foi criticado por religiosos e outras pessoas que visitavam a cidade nesse período. A segunda fase inicia em 1791, nela a igreja passa a ser um “Templo de madeira de lei”, ainda, durante essa época, a cidade passa por mudanças no governo de Lobo D’Almada. Na terceira, ocorrida em 1850 ela passa por um incêndio que a transforma em

um “Templo de cinzas”, porém o largo onde ela estava continua sendo um espaço de enterramento para os mortos, nela se enterravam cristãos brancos e indígenas convertidos à religião católica, já os outros indígenas eram enterrados no espaço do forte, surgindo assim, nessa época, um grande contraste simbólico e cultural, pois entrava em conflito espacial através da materialização dos mortos.

Em 1791, acontece a transferência da sede da Capitania de São José do Rio Negro, de Mariuá (Barcelos), para o lugar da Barra (Manaus) por Lobo D’Almada.

O século 18 tinha chegado e passado, quase todo. Era 1791. O governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo D’Almada, descobria a vocação de liderança na minúscula aldeia. Embora mais do que centenária, a Barra nem vila era ainda, mas virava sede da Capitania pela primeira vez. Lobo D’Almada levantou um palácio para governar, armou estaleiro na ribeira das naus, refez a primeira capelinha dos frades carmelitas, tudo bem juntinho do fortim. Montou armazém de pólvora e pequenas fábricas de redes, cordas, tecidos de algodão, velas de cera, beneficiamento de anil. Construiu olaria, que precisava produzir telhas, tijolos, artefatos de cerâmica... (Garcia, 2005, p. 59).

No ano de 1799, a sede da Capitania de São José do Rio Negro volta para Mariuá (Barcelos). Lobo D’Almada compreendendo as vantagens trazidas por uma melhor situação geográfica que Manaus tinha, acabou ferindo a suscetibilidade do Capitão-General do Grão Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, o qual com inveja inicia sua campanha contra a nova sede da Capitania, tendo como consequência, seu retorno a Barcelos através dos termos da Carta Régia de 22 de agosto de 1798. (Bittencourt, 1969).

Já em 1808, acontece à reinstalação da sede da Capitania no Lugar da Barra (Manaus).

Mais tarde, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, ao substituir Souza Coutinho, propôs a reinstalação da sede em Manaus, o que somente veio a ocorrer a 29 de março de 1808, na gestão do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Joaquim Victório da Costa, penúltimo Governador da Capitania. (Bittencourt, 1969, p.36).

O Lugar da Barra ia crescendo mesmo tendo poucas ruas contendo em sua maioria casas de palhas e com poucas exceções de moradias de aspecto melhor. Com esse crescimento sutil através de um decreto de 13 de novembro de 1832, o Lugar da Barra passa à Categoria de Vila, com a denominação de Manaus, nome este que manteria até 1848, quando então passou a chamar-se Cidade da Barra do Rio Negro, pela Lei n.º 147, de 24 de outubro de 1848, da Assembleia da Província do Pará. (Bittencourt, 1969).

A comarca do alto Amazonas foi elevada à categoria de província autônoma em 1850, confirmada segundo a Lei n.º 582, de 5 de setembro de 1850, separando-se definitivamente da Província do Grão Pará. Isso representava independência, rupturas de modelos antigos, novas

condições e mudanças significativas na história da cidade de Manaus, pois a região passaria a despertar um crescente interesse internacional e atrair grande número de viajantes que ajudariam a revelar através de seus relatos vários aspectos da urbe para o mundo a fora.

Apesar de o Amazonas ter sido elevado à categoria de província desde setembro de 1850, a instalação de fato só ocorreu em 1.º de janeiro de 1852, quando desembarcou em Barra o seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. (Mesquita, 2006, p.30).

Portanto, antes do Amazonas ser elevado à categoria de província e Manaus ser considerada uma cidade, acontecia nesse contexto à morte colonizada, ou seja, as inumações eram diferenciadas dependendo da importância social que o morto tinha na época e conforme os cumprimentos de seus deveres enquanto cristão dentro daquela sociedade. Assim, eles poderiam ser enterrados dentro ou fora da igreja.

Foi só em 1856, depois de criada a Província do Amazonas, que Manaus passou a receber a designação definitiva de cidade, possuindo nesse período aproximadamente 4.000 habitantes. A figura 15 mostra a nossa urbe em 1852.

Figura 15: Planta da Cidade de Manáos de 1852.



Fonte: Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. **In:** Um olhar pelo passado, 1897, de autoria de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/planta-da-cidade-de-manaos-de-1852/>.

Em 1850, após o sinistro incêndio que destruiu a primeira sede da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja dos Remédios, cuja construção da capela se deu em 1822, torna-se matriz provisória e passa a ser o único lugar no qual se estabelece os assuntos paroquiais até 1877. Nessa época, só se tem descrições de inumações em igrejas e em seus arredores imediatos.

Com o código de posturas municipais de Manaus de 1848, fica disposto no capítulo I em relação aos cemitérios:

Art. 2º - As Câmaras Municipais, que não fizerem cumprir o disposto referente à lei de 1º de outubro de 1828, dando Cemitério com Capela sem pompa para enterramentos, serão multadas pelo Presidente da Província em trinta mil réis por cada um dos seus membros, se até o fim do ano de 1852 não tiverem satisfeito tais deveres. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Posteriormente, em 1852 após o Amazonas se tornar província e Manaus, cidade da Barra e capital dessa província, e para o bem da salubridade pública, as autoridades irão tentar colocar ordem e trazer melhorias. No entanto, em razão desse fato, os dirigentes passaram a ver os enterramentos como um problema que precisará ser solucionado conforme exigia o Código de Posturas Municipais que dava um prazo até 1852. Porém, mesmo com a necessidade de se construir um cemitério público, só vai surgir um provisório em 1854, no terreno atrás da Capela dos Remédios que foi cercado para que servisse como uma necrópole pública temporária. As figuras 16 e 17 mostram a igreja em diferentes ângulos.

O então presidente da nova província, Herculano Ferreira Pena, faz uma citação no jornal da época sobre isso:

Figura 16: Igreja dos Remédios 1922.



Fonte: Arquivo da SEC.

Figura 17: Praça dos Remédios com a igreja ao fundo.



Fonte: Arquivo da SEC.

Não devendo, entretanto, continuar a repugnante e lamentável prática, que todos os dias observamos de enterrarem-se os cadáveres no largo da extinta Matriz (um dos lugares mais frequentados da Cidade e que nunca serviu de Cemitério) e nas imediações da Igreja dos Remédios, onde se tem visto restos mortais dos nossos semelhantes espalhados sobre a terra, e expostos sem o menor resguardo a voracidade dos cães e outros animais. (Estrella Do Amazonas, 13 de maio de 1854, p.7).

O chefe de polícia da nova província, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, também critica os locais de enterramentos no centro da cidade, mencionando os miasmas:

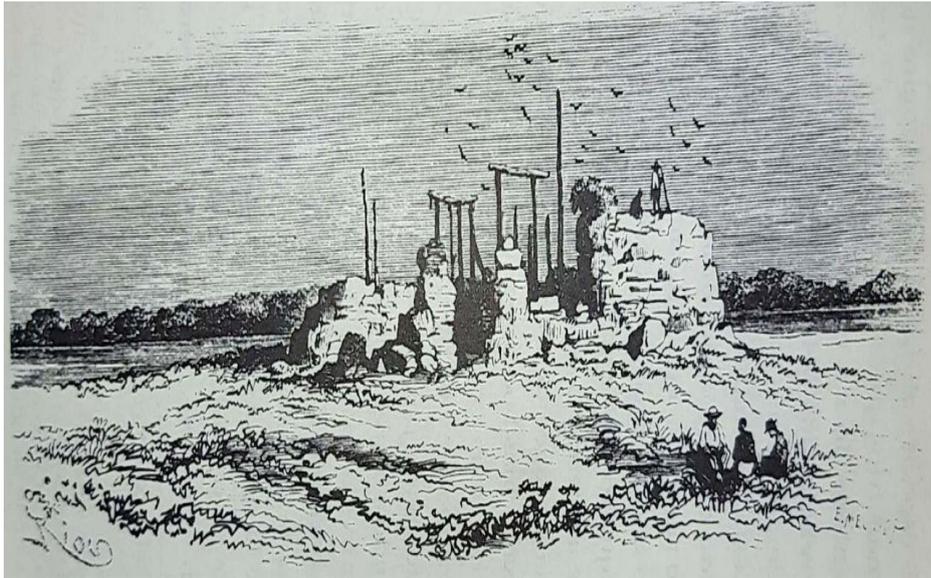
Me parece que a bem da salubridade pública devem cessar os enterros de cadáveres no lugar e largo da matriz, porque ali se enterram sem que se atenda que esse lugar não oferece garantia ao repouso dos finados; além disso muitas vezes os que fazem as sepulturas não lhe dão a profundidade conveniente, e assim ficam expostos a serem profanados pelos cães, porcos. E por estas e outras razões, como estar este lugar no centro da Cidade, e o continuado vento, que necessariamente há de conduzir os miasmas para os vivos, acho que se deve proibir a continuação dos enterros n'esses lugares. (Estrella Do Amazonas, 13 de maio de 1854, p.7).

Somente na metade do século XIX, é que a forma de enterramento passa a ser um problema no Brasil. No entanto, na Europa Ocidental, esta prática já estava em vigor desde o final do século XVIII e início do XIX, devido ao crescimento das cidades que passam a ficar mais povoadas pelo êxodo rural. Deste modo, o Brasil seguindo o modelo da Europa passa a afastar as inumações para fora das cidades.

Finalmente, em 1856, a cidade recebeu o nome de Manaus, cujo significado era 'Mãe dos Deuses', em homenagem aos primeiros moradores que viveram nela, a tribo indígena Manaós ou (Manaú). Esse grupo étnico foi sem dúvida, o mais importante que habitou este lugar, antes de serem extintos pela civilização portuguesa, eles foram reconhecidos historicamente como uma nação indígena corajosa e valente.

Bittencourt (1969) relata que com o passar do tempo, precisamente no século XIX, o forte foi perdendo sua importância tática por ser mal equipado. Com isso, frente ao crescimento urbano e a evolução dos armamentos bélicos, ele passou a ser considerado uma fortificação de segunda ordem pelo aviso de 14 de fevereiro de 1857, e posteriormente já em ruínas, foi completamente abandonado com o aviso de 22 de maio de 1875, conforme cita o professor. Arthur Reis em seu Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas. A figura 18 mostra as ruínas desse antigo forte.

Figura 18: Ruínas de uma fortaleza portuguesa na Barra do Rio Negro.



Fonte: Marcoy, 2001, p.161.

A segunda vista é alcançada da colina da antiga fortaleza em ruínas. [...] Ao pôr-do-sol esse cenário, um único lençol de água preta, sem um sopro de ar que encrespe sua superfície ou um pássaro que lhe dê movimento, ganha um aspecto estranho, quase sobrenatural; poder-se-ia pensar que uma mortalha foi estendida sobre os mortos que habitam essa parte do lugar. (Marcoy, 2001, p.166, 167).

O forte era a materialização do domínio português do que viria a ser Manaus, com sua ruína, ficou evidente através de vestígios encontrados, a existência de um antigo cemitério indígena. Isso reforça a afirmação de Lewis Mumford, de que a cidade dos mortos antecede a dos vivos. Com isso, constatamos que Manaus se desenvolveu em cima da cidade dos mortos, ou seja, dos cemitérios indígenas que já existiram antes da sua criação.

Bittencourt (1969) relata que o último vestígio acerca da construção do forte, foi à descoberta de um vasto cemitério indígena. Enquanto os brancos enterravam seus mortos em torno da antiga igreja, os índios sepultavam os seus em uma área que ia desde o forte, até a atual Rua Bernardo Ramos. Quando Eduardo Ribeiro modificou a Praça Dom Pedro II (antes Largo do Quartel) e mandou igualar as ruas que a contornam, muitas igaçabas (urnas funerárias) foram encontradas. Eram centenas de urnas, uma verdadeira miracanguera (vestígios de inúmeros sítios indígenas pré-históricos), o que levou a conclusão de que o núcleo principal do cemitério ficava sob a praça. Como mostra a figura 19.

Segundo o viajante francês Paul Marcoy que visitou a cidade em algum momento entre os anos de 1847 até 1860, observou:

Certos orifícios circulares espalhados pelo chão até os muros da fortaleza. Essas cavidades são sepulcros. Em alguns deles ainda se vêem os vasos de barro, inteiros ou quebrados, em que os Manáos colocavam seus mortos. Esses vasos, feitos de material grosseiro de cor pardo-escura, encontram-se ao nível de chão. Sua profundidade varia de 70 cm a um metro; o diâmetro das bocas é cerca de 40 cm. Desenhos grosseiros em forma de losangos, zigue-zague, galões etc., são traçados em preto na superfície externa. Alguns têm a tampa, mas na grande maioria estão abertos e vazios. Dos corpos que antigamente continham não resta qualquer vestígio para satisfação dos curiosos, a não ser uma mistura de cinzas humanas e poeira trazida pelo vento. (Marcoy, 2001, p.166, 167).

Figura 19: Sepulturas dos índios Manáos, avistadas por Paul Marcoy.



Fonte: Marcoy, 2001, p.165.

Outros viajantes que observaram a cidade em suas viagens, a partir do século XIX, como Bates (1850), Avé-Lallemant (1859) e Agassiz (1865), relataram que nesse período, as pessoas conviviam na área urbana, logo não havia distinção entre ricos, pobres, índios, mamelucos e mestiços.

Lallemant (1859) também relata vários contrastes entre os sólidos edifícios em estilo europeu e as casas primitivas, tapuias de barro, que estavam situadas ora na rua, ora no igarapé; numa porta uma cara branca; onde bem perto dali banha-se um menino fusco. Com isso, todas as categorias e classes em geral, de cor, livres e escravos interagem de forma pacífica e reconciliadora.

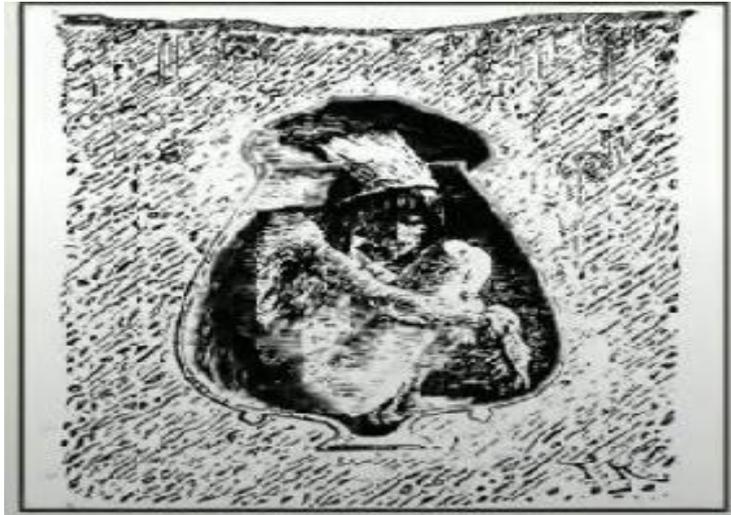
Posteriormente, entre os anos de 1867 e 1869, a cidade foi visitada pelo fotógrafo, desenhista e engenheiro alemão Franz Keller Leuzinger, que também descreveu em seus relatos o que observou na Fortaleza de São José do Rio Negro:

As ruínas do pequeno forte português são avistadas à esquerda. Mas causam menos impactos e interesse comparado ao cemitério ancestral recém-descoberto com o nivelamento do chão nas proximidades dos muros. Centenas dessas grandes urnas feitas de argila vermelha, conhecidas como (Igaçabas), onde os indígenas costumavam

enterrar seus mortos, são vistas ali em longas fileiras, não muito profundas no solo. Em muitas delas foram encontrados restos de ossos humanos, em estado de decomposição que indicavam serem bastante antigos. (Keller, 1874).

A seguir, na figura 20, pode-se observar o desenho que acompanha o relato do viajante alemão Franz Keller sobre o antigo cemitério indígena próximo as ruínas do Forte de São José, onde era atribuída aos Manáos como prática fúnebre a inumação dos mortos em urnas funerárias.

Figura 20: Mortório em urna funerária denominada de “igaçaba”.



Fonte: Desenho de Franz Keller, 1874, p.34.

Keller (1874) ilustrou nesse desenho a percepção acerca de sua observação, cujo cunho etnográfico representava através da imagem, a forma como se dava a prática mortuária em meados do século XIX, na qual mencionava o enterramento como primário, ou seja, o morto ficava sentado dentro de uma urna funerária em posição vertical.

Com efeito, o cemitério se localizava onde começava a Cidade de Manaus, atualmente essa área é conhecida como Paço Municipal, não se sabe a extensão desse antigo cemitério indígena, só que era bastante extenso.

Analogamente, a Europa Ocidental passou a ver os enterramentos como um problema de saúde pública no final do século XVIII e início do XIX. Concomitantemente, ela passou a afastar os enterramentos das igrejas, os levando para fora das cidades. Conseqüentemente, o Brasil passa a seguir o modelo Europeu a partir da metade do século XIX, passando a encarar as inumações como um problema de salubridade pública.

Nesse contexto, podemos citar Michel Foucault (1984), que aborda a relação entre o poder político e o nascimento da medicina social. Segundo seu conceito, a proximidade com os mortos é um problema urbano, já que essa junção também acaba enfatizando o medo de que

cemitérios, por serem numerosos, acabem invadindo as cidades. Essa questão foi exemplificada na problemática do Cemitério dos Inocentes que existia no centro de Paris.

"Cemitério dos Inocentes" que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (Foucault, 1984, p. 51).

No Brasil, essa preocupação só irá acontecer na segunda metade do século XIX, devido as grandes epidemias que surgiram no país. Com isso, a classe médica começa a defender o afastamento dos mortos das igrejas e dos centros das cidades, com o objetivo de tornar o espaço urbano mais higiênico e salubre. Contudo, as pessoas não aceitaram por um tempo esse afastamento, visto que elas eram muito ligadas à religião. Além disso, a tradição era forte nos cristãos, pois eles relacionavam as inumações Ad Sanctos a sua própria salvação, ou seja, quanto mais próximo da igreja se fosse sepultado, maior seria a possibilidade de se ter a salvação da sua alma garantida.

Anteriormente, como exemplo desse momento histórico, foi citado a Cemiterada que aconteceu em Salvador Bahia, no dia 25 de outubro de 1836. Ela foi uma revolta popular que destruiu o recém-inaugurado cemitério Campo Santo. Reis (1991) destaca que essa revolta se deu pela quebra repentina de uma tradição, a qual era vista como uma afronta às crenças populares.

Os funerais de antigamente feitos nos átrios eclesiais e próximos aos santos, manifestavam uma imensa preocupação de nossos antepassados com seus próprios cadáveres e os de seus mortos. Por razões diferentes, os médicos da época da Cemiterada se preocupavam com o mesmo fim. Eles viam os enterros dentro das igrejas e no perímetro urbano, além de outros costumes fúnebres, como prejudiciais à saúde humana. Mortos e vivos deveriam ficar separados. Essa inovação vinha da Europa, e acabou sendo difundida no Brasil por meio de um projeto higienista que buscava uma nova forma de civilização salubre. (Reis, 1991).

2.1. Cemitério Provisório Dos Remédios ou da Cruz (1854)

Após Manaus se tornar capital da província surge a necessidade de se construir um cemitério público pelo bem da salubridade pública. Esse afastamento dos mortos faz parte de um novo modelo de civilidade da sociedade, tendo como exemplo a Europa e com base ao código de posturas municipais de 1848.

Até a primeira metade do século XIX, Manaus ainda não possuía um cemitério adequado. Em Mensagem de 1º de outubro de 1853, o presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, já expressava a necessidade de se construir um cemitério público, medida que exigia certa urgência, principalmente porque as inumações continuavam a ser realizadas no entorno do largo da Trincheira e nas imediações da igreja dos Remédios – locais desprovidos das mínimas condições possíveis – em covas rasas e à mercê dos animais que por ali circulavam. (Duarte, 2009, p. 144).

Logo após um acordo ter sido feito entre a província, à polícia e a igreja, um cemitério provisório é adaptado em 1854, ele estava localizado no terreno atrás da Capela dos Remédios como mostra a figura 21. Entretanto, como nessa época não se tinha acesso a materiais e recursos necessários para a construção de um cemitério em um lugar mais afastado, o presidente da província Herculano Ferreira Penna, resolveu mandar cercar o terreno atrás da capela enquanto tentava conseguir recursos financeiros para a construção de outra necrópole em um local mais adequado e distante da cidade.

Figura 21: Vista do terreno e do bairro dos Remédios.



Fonte: Nery, 1885.

Denominado de Cemitério dos Remédios ou da Cruz, esse espaço fúnebre estava localizado no entorno entre a rua da Cruz, hoje chamada de Leovegildo Coelho, e a rua dos Andradas. Com essa necrópole as inumações na igreja e em áreas próximas passaram a ser proibidas, sob pena de multa e prisão a quem infringisse a lei.

O Doutor Manoel Gomes Corrêa de Miranda, Juiz de Direito da Comarca do Amazonas e Chefe de Polícia da Província [...] Faz saber que, achando-se cercado, e preparado o antigo Cemitério dos Remédios, e competentemente bento o terreno, que se lhe anexou, é o único lugar destinado para o enterramento dos cadáveres, e todos aqueles que sob qualquer pretexto fizerem enterrar cadáveres fóra deste recinto serão punidos na forma que se acha prescrita pelo artigo 5º do Código de Posturas Municipais, que diz assim: -- “Logo que haja cemitério será proibido enterra-se cadáveres nos templos ou átrios destes, sob pena de ser multado o infrator em vinte mil réis, ou oito dias de prisão.” (Estrella Do Amazonas, 24 de junho de 1854, p.2,3).

O código de posturas municipais de 1848 dava um prazo de quatro anos para que todos os municípios construíssem seus cemitérios, porém, em Manaus, isso só aconteceu em 1854, seis anos depois. (Nery, 1885).

Em suma, após dois anos da inauguração desse espaço fúnebre e de já ter sido proibido o sepultamento da forma como era feita anteriormente, uma epidemia de febre amarela chega à cidade de forma forte e avassaladora, ocasionando o fechamento do Cemitério Provisório dos Remédios. Isso se deu em virtude da grande quantidade de mortes que ocorreu na época, já que, aproximadamente, 142 pessoas morreram no primeiro semestre de 1856. Devido a este fato, foi aberto em caráter de emergência o Cemitério São José, localizado na Estrada da Cachoeira Grande, hoje conhecida como Avenida Epaminondas no centro da cidade.

2.1.1. Cemitério São José (1856)

O antigo cemitério de São José construído em Manaus foi aberto às pressas em 1856, com a autorização do então presidente da província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira, em consequência da primeira epidemia de febre amarela, esse local tinha como objetivo, inumar os mortos, já que os enterros no cemitério provisório dos Remédios foram suspensos em decorrência do elevado número de óbitos dessa pandemia.

Esse velho espaço fúnebre foi construído onde hoje é o Atlético Rio Negro Clube, na Avenida Epaminondas, entre as ruas Ramos Ferreira, Luiz Antony e o beco dos inocentes, atual Rua Simón Bolívar. A necrópole ficava de frente para a área que conhecemos hoje como Praça Cinco de Setembro, chamada popularmente de Praça da Saudade, por representar a nostalgia e as lembranças das pessoas que foram enterradas perto daquele local.

Esse espaço fúnebre por ter sido planejado às pressas, acabou apresentando uma série de precariedades em sua infraestrutura, pois foi inaugurado sem cerca e sem capela, sendo que a capela era um item importante e essencial, por ser considerado um espaço sagrado, mesmo já tendo sido proibido os enterramentos nela. Apesar disso, ainda vigoravam as regras de sepultamentos anteriores, estabelecendo que para você poder ser inumado no cemitério, precisaria comprovar o cumprimento de seus deveres cristãos. As figuras 22 e 23 mostram como era necrópole.

Figura 22: Cemitério São José.



Fonte: Acervo Digital do Instituto Durango Duarte.

Figura 23: Cemitério São José e seu entorno.



Fonte: Rubber Tree.

O primeiro sepultamento ocorrido nesse espaço fúnebre foi o do comerciante cearense chamado João Fleury da Silva que aconteceu no dia 7 de março de 1856. Em 1857, o local ainda não estava totalmente pronto, pois era uma área descampada, sem cerca, sem capela e em um local constituído de campos onde os animais acabavam invadindo e pastando sobre as sepulturas.

Apenas em 1858, e após a sucessão de João Pedro, a necrópole foi cercada com madeira e no centro do terreno foi erguida uma pequena capela a mando do novo presidente da província Francisco Furtado. Após a conclusão dessas obras em 1859, a imagem de São José passou a ficar na capela deste cemitério. Após três anos de funcionamento desse espaço fúnebre já haviam sido realizados quase quatrocentos sepultamentos.

Em 11 de maio de 1859, o Estrella do Amazonas anunciava:

Concluo-se o cemitério público desta Capital.

Cercado todo de achas de acaryquara, muito bem pregadas e com simetria, promete longa duração.

Também está promptificada a respectiva Capella, em que o Snr. Major Director das obras públicas soube unir à simplicidade própria do seo destino o aceio compatível com o decóro da casa de Deos.

Na entrada do Cemitério sobre o portão se acha a seguinte inscripção em caracteres de ouro – Feito na Presidência do Exm. Snr. Dr. Francisco José Furtado – 1859. (Estrella Do Amazonas, 11 de maio de 1859, p.3).

Pode-se afirmar que a partir dessa construção a morte passou a ser civilizada.

Nota-se, nas observações de Lallemand, que, apesar do aspecto da cidade e da formação étnica de sua população, procuravam valorizar os traços europeus e

esconder as características de origem nativa, deduzindo-se que tornar a cidade “mais civilizada” era vestir-lhe uma aparência europeia, através das obras públicas. (Mesquita, 2006, p. 38).

Com esse pensamento, algumas construções antigas eram remodeladas e espelhadas em modelos europeus, e foi nesse cenário que o cemitério São José acabou tendo sua cerca substituída por muro e gradis em 1866, refletindo além da estética a utilidade pública como mostra a figura 24.

Figura 24: Estrada da Cachoeira Grande, com visão para as grades da Necrópole de São José.



Fonte: NERY, 1885.

Em 1875, já era evidente a necessidade de se construir um novo campo santo, pois o de São José não conseguia mais oferecer condições essenciais para novas inumações. Nesse período, o atual presidente da província Domingos Monteiro Peixoto já reclamava da situação caótica dessa necrópole, sendo que essa situação de precariedade perdurou até 1887, quando uma Inspeção de Higiene Pública propôs que os sepultamentos fossem transferidos para o Cemitério Variolosos que tinha sido inaugurado em 1874, no igarapé da Cachoeira Grande com a finalidade de enterrar as vítimas da epidemia de varíola.

Apesar de toda essa situação de caos, a falta de dinheiro impossibilitou a edificação de uma capela nessa nova necrópole, ou ainda, o erguimento de uma ponte que interligasse a Cidade de Manaus ao Morro do Seminário onde estava localizado o Cemitério dos Variolosos. A justificativa era a de que nesse espaço fúnebre só seriam inumadas vítimas de epidemias. Com isso, em 19 de outubro de 1887 o Governo Provincial sem verbas suficientes decidiu ampliar o

Campo Santo de São José para o norte, supostamente, para o lado onde ficava o Beco dos Inocentes (atual Rua Símon Bolívar).

Segundo Dias (1999), nesse período, a Cidade de Manaus, apesar de ter sofrido algumas alterações nos anos de 1870, ainda mantinha muito da antiga urbe observada e descrita pelos viajantes como sendo uma pequena superfície limitada, a leste pelo igarapé da Cachoeirinha, a oeste pelo igarapé da Cachoeira Grande, ao norte pelas matas chamadas de Campinas, correndo de leste a oeste, da cabeceira do igarapé de São Vicente até encontrar-se com o dos Remédios (aterro) e ao sul pelo Rio Negro. Sendo que os primeiros bairros desse perímetro urbano eram separados por igarapés que eram ligados por rudimentares pontes de madeira e constituídos por pequenas ruas, becos e vielas. A cidade era constituída de cinco bairros, sendo eles: Campinas, São Vicente, Remédios, Espírito Santo e República. A distribuição da população até 1890 era formada por mamelucos, portugueses, negros, imigrantes nacionais e internacionais que se espalhavam pela área urbana sem distinção de classe, cor ou profissão.

Duarte (2009) explana que em 1888, pelo péssimo estado de conservação em que se encontrava à igreja da Necrópole de São José, ela acaba sendo sustentada para não cair, por isso os objetos sagrados e a imagem do santo foram transferidos à capela do hospital da Santa Casa de Misericórdia, já que esta era a responsável desde 16 de agosto de 1880 pela gestão deste espaço fúnebre, conforme a lei provincial 451-A de 14 de abril do mesmo ano que começou sua administração.

Esse campo no final de 1888, já se encontrava totalmente ocupado, mesmo tendo sido realizada uma ampliação no ano anterior. Como não tinha mais espaço disponível, a partir do dia 13 de dezembro, o Cemitério dos Variolosos começou a ser utilizado como necrópole pública. Em virtude disso, o Campo Santo São José não registrou mais nenhum sepultamento até 16 de julho de 1890, dia que recebeu o último inumado de que se tem registro oficial, um jovem de 16 anos chamado Sebastião Gentil de Faria e Sousa.

Em 1891, o governador Eduardo Ribeiro proibiu de forma definitiva, por meio do decreto estadual 95, de 02 de abril, que fossem abertas novas sepulturas neste espaço fúnebre. Lembrando que a capela inicial do Cemitério São José era de madeira e estava com a sua estrutura física em condições precárias, por isso, em 31 de março de 1892, foi dado início a construção de uma nova capela que iria substituir à antiga.

Na última década do século XIX, com o monopólio da borracha no mercado internacional e com as contas públicas arrecadando mais dinheiro, passou-se a ter uma maior preocupação urbanística que pudesse refletir a modernidade da época. Com isso, a cerca do Cemitério São José passa a ser considerada arcaica sem estar à altura de um lugar importante. Nesse contexto acontece a mudança da cerca simples de madeira por muros com gradil novo e mais sólido, condizente com a modernidade desse período. Refletindo não somente a estética, mas também a utilidade pública, aproximando a morte na Belle Époque dos modelos europeus no que se refere a cemitérios mais modernos.

Em 1894, a Inspetoria de Higiene Pública sugere que a Necrópole de São José seja transformada em um jardim e que os seus restos mortais sejam transferidos para o Cemitério São João Batista, porém esse jardim só se tornaria realidade em 1932. Após a conclusão da nova capela foram realizadas missas a pedido das famílias que possuíam entes queridos sepultados no local. Já em 1926, foi acordado entre o município e os responsáveis pelos túmulos perpétuos, que os restos mortais fossem finalmente removidos para o novo Cemitério Público São João Batista.

Em 1932 foi concluído pelo prefeito da época, Emmanuel de Moraes, o ossuário na Necrópole de São João Batista. Foram transferidos do Cemitério São José os restos mortais das pessoas que não possuíam reclamantes, essa transferência foi feita através do decreto municipal 84, de 17 de maio, o gradil desse campo santo foi cedido por permuta ao Colégio Dom Bosco. Ainda nesse mesmo ano, esse espaço fúnebre se tornou o então planejado Jardim São José, o qual teve seis anos de funcionamento. Posteriormente, em 1938 o terreno foi doado para o Atlético Rio Negro Clube que construiu nesse local sua sede social, permanecendo até os dias atuais. As figuras 25 e 26 mostram esse monumento histórico em diferentes anos.

Figura 25: Atlético Rio Negro Clube em 1950.



Fonte: Arquivo da SEC.

Figura 26: Atlético Rio Negro Clube em 1974.



Fonte: Jornal Acrítica.

Em frente à antiga Necrópole São José, foi construída a Praça Cinco de Setembro que é popularmente conhecida até hoje como Praça da Saudade, por estar em frente ao cemitério removido e representar as lembranças de quem foi enterrado no espaço fúnebre que existia naquele local como mostram as figuras 27 e 28.

Figura 27: Praça da Saudade antiga.



Fonte: Arquivo SEC.

Figura 28: Praça Cinco de Setembro.



Fonte: Arquivo SEC.

2.1.2. Cemitério Varioloso (1879)

Depois do surto de febre amarela, Manaus enfrentou uma nova epidemia em 1870, desta vez de varíola que foi responsável pela morte de muitas pessoas, sendo que os surtos na cidade aconteceram entre 1872 e 1873, com isso o governo provincial teve que improvisar um hospital de quarentena que ficava localizado a margem direita do igarapé da Cachoeira Grande. Porém, o espaço não conseguiu suportar a quantidade de vítimas que chegavam infectadas, em virtude disso foi criada em fevereiro de 1873 uma enfermaria no largo de São Sebastião que tinha como finalidade substituir o hospital de quarentena. Ao final deste mesmo ano 330 pessoas já tinham contraído varíola, sendo que 160 delas vieram a óbito.

O cemitério São José acabou ficando superlotado pela grande quantidade de vítimas fatais da epidemia que foram inumadas e não poderiam ser exumadas por conta dos prazos regulamentados por decretos, fato que dificultava a liberação de espaços para novos sepultamentos. Por ser o único espaço fúnebre que existia na cidade, sua capacidade acabou ficando comprometida.

Em virtude do surgimento da epidemia de varíola, e dos surtos epidêmicos, foi necessário criar um cemitério, para que pudessem ser inumadas as pessoas vítimas dessa doença. Sendo assim, em 1874, foi criada uma enfermaria em um prédio numa área conhecida na época como morro do Seminário (área que corresponde atualmente ao bairro São Raimundo), o objetivo

dessa enfermaria era oferecer tratamento adequado para vítimas da doença. Com o processo de vacinação da população, os casos de varíola na cidade começaram a diminuir sucessivamente.

Segundo Duarte (2009) foi construído em 1879, um pequeno cemitério a esquerda da antiga enfermaria para que fossem inumadas as vítimas que viessem a óbito por conta da varíola. O campo santo tinha 18 metros de frente e 13,5 metros de fundo e entre ele e o hospital que foi construído pela Província para abrigar a enfermaria, abriu-se uma estrada com 165 metros de comprimento e 4,40 metros de largura. A figura 29 mostra como era esse espaço fúnebre.

Figura 29: Antigo cemitério São Raimundo (Variolosos).



Fonte: Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em:

<https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-raimundo/>

Em 1887, a Diretoria de Obras Públicas da Província demarcou uma área próxima à pequena necrópole, para que fosse construído um novo cemitério público que pudesse receber mortos da capital, já que o campo santo São José estava quase todo ocupado. Porém, como a Província não possuía recursos suficientes para que interligassem e dessem acesso ao local, o presidente da época Conrado Niemeyer não pode dar continuidade ao projeto, por conta disso, como uma alternativa temporária ele mandou expandir o espaço fúnebre São José e determinou que no campo santo do morro do Seminário (Variolosos), fossem inumadas somente vítimas de doenças epidêmicas como: varíola, febre amarela etc.

Todavia, o cemitério passa a atender como espaço fúnebre público a todos em 13 de dezembro de 1888, recebendo o nome homônimo da igreja que existia ali, que posteriormente deu o nome ao bairro no qual estava inserido de São Raimundo. A área dessa necrópole era dividida em duas partes, ambas com cruzeiro. A parte na qual ficava a rua que hoje conhecemos como,

Virgílio Ramos, era o local onde ficavam sepultados somente variolosos, já a parte que compreendia a Rua Cinco de Setembro era destinada aos demais enterros.

O cemitério São Raimundo por não ter uma ligação direta com a cidade e por ainda apresentar um solo acidentado e pedregoso que acabava impedindo a passagem dos gases resultantes da decomposição dos mortos e com isso gerando um forte odor, fez com que a Higiene Pública em outubro de 1889, alertasse a Presidência da Província sobre as péssimas condições que impossibilitavam a utilização desse espaço para novas inumações. Assim, através do Decreto 95, de 02 de abril de 1891, a necrópole foi finalmente fechada pelo então governador Eduardo Ribeiro.

Desse modo, o antigo Cemitério de São Raimundo, localizado no bairro que recebe o mesmo nome, inserido na zona oeste de Manaus, apresentou dois momentos distintos. No primeiro momento, sendo aberto como Cemitério dos Variolosos, e utilizado para o sepultamento de vítimas da varíola. No segundo momento, em 13 de dezembro de 1888, deixa de ser usado exclusivamente para surto epidêmico e passa a ser aberto ao público em geral, passando a ganhar o nome do santo padroeiro do bairro. Ele foi fechado pelo governo do estado do Amazonas em 1891. Décadas depois como evidencia a figura 30, foi construído em seu lugar o ginásio da Escola Estadual Marquês de Santa Cruz, que foi inaugurada em 1964 entre as ruas Virgílio Ramos e Cinco de Setembro.

Figura 30: Escola Marques de Santa Cruz construída onde era o cemitério Varioloso.



Fonte: www.google.com.

Logo, tanto o Cemitério São José, quanto o Cemitério Varioloso foram construídos devido as grandes epidemias que vinham assolando o país e causando uma alta taxa de mortalidade. Durante o Império, uma das principais preocupações eram os surtos epidêmicos que

causavam grande índice de mortalidade na população devido às péssimas condições sanitárias do espaço urbano.

Por intermédio de médicos e sanitaristas, os governantes começaram a se preocupar e dar atenção à saúde dos habitantes das cidades, já que as doenças ocasionadas por esses sucessivos surtos epidêmicos era um fenômeno social que afetava todos os setores da vida humana. Sendo assim, o higienismo urbano passou a ser uma prioridade, defendendo novos padrões sociais e comportamentais que visassem à saúde de todos. As reflexões em torno dos espaços urbanos se davam por serem locais onde se concentravam muitas patologias, havendo assim uma necessidade maior de intervenções que solucionassem essa problemática.

Uma das soluções encontradas foi o processo de vacinação na cidade, fato que proporcionou a diminuição gradativa dos casos de varíola. Porém, muitas pessoas foram contra o projeto que regulamentava a lei e tornava obrigatória a vacinação antivariólica, gerando em virtude desse fato uma revolta, denominada de revolta da vacina, que teve seu ápice no Rio de Janeiro em novembro de 1904, transformando a cidade numa verdadeira área de guerra.

A revolta da vacina foi similar a Cemiterada, que foi uma revolta popular contra uma reforma higienista ocorrida no dia 25 de outubro de 1836, na Bahia oitocentista, onde quase quatro mil pessoas, lideradas por irmandades religiosas, se reuniram para protestar contra a lei que proibia os enterros no interior das igrejas, a população revoltada acabou destruindo o Novo Campo Santo que era visto como uma ameaça à fé católica, pois a nova lei desse período proibia funerais nas igrejas. Culturalmente nessa época, acreditava-se que só as celebrações no interior dos templos era garantia da salvação das almas.

Por outro lado, a revolta da vacina também surge como uma oposição popular contra outro projeto higiênico, desta vez não mais direcionado aos espaços fúnebres, mas sim contra a vacinação obrigatória, motivada pela insatisfação da população mediante as campanhas que davam poderes as autoridades sanitárias através da lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904, para que pudessem aplicar multas a quem não tomasse a vacina, isso seria uma forma de diminuir a quantidade de mortos pela epidemia da varíola bem como diminuir a preocupação com a superlotação das necrópoles em todo o país. Todavia, a população resistia ao processo de capitalização, aburguesamento e cosmopolitização que essa lei tentava impor a eles.

Chalhoub (1996) cita alguns estudiosos da revolta que tentaram resolver o problema de forma simples: como o assunto permanece em grande medida desconhecido, todos chegaram à

conclusão de que a vacina foi um simples pretexto para uma revolta que tinha outros motivos mais relevantes, como a história de um governo que era inimigo, principalmente, da classe pobre e por isso agiam de forma mais repressiva as considerando como uma classe perigosa que propagava doenças.

Apesar de parecer uma ideologia de ordem que visava o saneamento básico e a assistência social para o controle de doenças, acabou gerando polêmica e sendo vista com preconceito e discriminação, pois higienizar seria descartar o que não servia para a cidade, gerando assim, repressões contra os pobres.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. (Chalhoub, 1996, p. 29).

Os médicos e intelectuais da época começaram a espalhar que assim como os miasmas na putrefação, as moradias coletivas chamadas de cortiços que se expandiam nesse período, principalmente no Rio de Janeiro, eram consideradas nocivas a salubridade pública de todos. Com isso, o governo imperial passou a adotar medidas autoritárias e repressivas contra essas habitações coletivas por serem consideradas insalubres e com péssimas condições de higiene, tais medidas, não passavam de uma preocupação da elite brasileira que via a população pobre como perigosa e responsável pela propagação de doenças.

(...) os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. Ao que parece, os administradores da Corte começaram a notar a existência de cortiços na cidade nos primeiros anos da década de 1850. Uma epidemia de febre amarela, em 1850, e outra de cólera, em 1855, elevaram bastante às taxas de mortalidade e colocaram na ordem do dia a questão da salubridade pública, em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas, em particular. Foi criada então a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas. (Chalhoub, 1996, p. 29 e 30).

Esse movimento higienista e de embelezamento das cidades vai se expandindo no Brasil inteiro e chega a Manaus, quando esta sofre seu primeiro grande surto de urbanização, a partir de 1890, e por essa razão, a urbe precisaria passar por um processo de modernização que atendesse às exigências econômicas e sociais da época.

Portanto, Manaus que anteriormente não tinha uma divisão de classes definida, agora passa a estratificar-se socialmente, isto se deve aos investimentos resultantes da acumulação de capital propiciados pela economia do látex. Desse modo, se tornava necessário que a cidade se modernizasse e se apresentasse limpa e atrativa para todos que a visitassem.

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo. (Dias, 1999, p.31,32).

Graças ao capital investido, Manaus passa por uma nova concepção de cidade moderna, civilizada, formosa, limpa e arborizada. Esta organização espacial estaria ligada a uma necessidade de higienização pública. Assim sendo, em 1891 é criada uma repartição de saúde pública, chamada de Inspetoria de Higiene do Estado do Amazonas, que tinha como objetivo o saneamento público dos locais e das habitações com base no artigo 80, do Código de Posturas de 1890, que previa medidas preventivas em defesa da “Salubridade Pública”.

Logo depois, os pobres foram sendo afastados dos grandes centros urbanos, não por uma melhoria das condições de vida dessas classes populares, mas sim para não se tornarem um perigo a classe dominante, ficando assim evidente uma segregação espacial e social. Em Manaus isso não seria diferente, já que de um lado se tinha uma Manaus da Belle Époque, bem estruturada e embelezada e por outro lado havia a Manaus dos excluídos que seriam as partes periféricas, mais precárias em saneamento e infraestrutura, além de mais distante das áreas centrais da urbe.

Seguramente, o projeto de urbanização de Manaus do final do século XIX e início do século XX excluiu a classe trabalhadora dos benefícios da modernização, causando-lhes grandes prejuízos nas condições de viver, de morar e de trabalhar, no saneamento, em transportes, saúde e abastecimento. As coisas públicas, isto é, aquilo a que todos deveriam ter acesso, tornam-se privilégios de poucos. (Dias, 1999, p.49).

A pequena aldeia vai se transformando em uma grande e moderna urbe que vai segregando espacialmente e socialmente as pessoas.

Segundo Foucault (1984) o aparecimento do pobre no espaço urbano inicialmente não era visto como perigoso comparado aos cemitérios, pois o crescimento populacional e a pobreza ainda não eram tão evidentes, sem contar que os pobres eram vistos como essenciais para a cidade pelas funções que realizavam como: levar cartas, despejar lixo, carregar água, apanhar móveis

velhos etc. O pobre através da sua funcionalidade acabava exercendo uma condição essencial a existência urbana.

A medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização. O que é característico da medicina urbana francesa é a habitação privada não ser tocada e o pobre, a plebe, o povo não ser claramente considerado um elemento perigoso para a saúde da população. O pobre, o operário, não é analisado como os cemitérios, os ossuários, os matadouros etc. (Foucault, 1984, p. 55).

A preocupação com os pobres se deu com o crescimento quantitativo da população que passou a exercer o mesmo medo urbano ocorrido com o amontoamento de corpos nos cemitérios. Contudo, agora esse amontoamento era humano, essas pessoas representavam uma classe perigosa, capaz de propagar além das epidemias, muitas outras coisas ruins através de seus hábitos nada saudáveis. Nesse contexto, observa-se que os cemitérios e os pobres são afastados das áreas centrais das cidades, sendo separados e isolados nas áreas mais distantes e periféricas da urbe.

Segundo Reis (1991) se tornava indispensável uma organização civilizada do espaço urbano e que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos da cidade dos vivos e segregados em cemitérios extramuros.

Os espaços fúnebres citados acima foram necrópoles construídas por conta de duas epidemias, uma de febre amarela e a outra de varíola, tendo como objetivo, a destinação final dos mortos, num período sem muitas condições financeiras e pretensões futuras de modernização. Com o passar do tempo e os investimentos que a capital foi adquirindo, a Cidade de Manaus passou por um processo de urbanização e embelezamento que visava um espaço urbano mais limpo e moderno. Com isso, esses cemitérios acabaram sendo removidos dos seus locais de origem e deram origem a novas edificações que melhor se enquadravam para a área central da urbe.

À medida que Manaus vai estabelecendo seu monopólio de exportação da borracha no mercado internacional, a cidade dos mortos vai cada vez mais passando a refletir um gosto estético para além de sua utilidade prática. Esse fato é perceptível através da construção do novo cemitério público que sucederá o Varioloso e o de São José. Com as contas públicas arrecadando mais dinheiro, a preocupação urbanística vai mudando e dando lugar à modernidade espelhada nos modelos europeus, refletindo desse modo, a visão de como seria pensada a morte nesse período da Belle Époque.

Pouco antes da remoção dessas antigas necrópoles é construído um novo cemitério público que atendessem a todos, independentemente, da religião e da classe social. Esse cemitério surge como um novo modelo de edificações públicas, trazendo como referência aspectos da arquitetura europeia. Assim sendo, surgem os cemitérios que farão parte do espaço urbano de Manaus até os dias atuais. Devido à superlotação do Cemitério São José, é aberto o Cemitério Municipal de São João, em 1891, no auge da economia gomífera, acarretando um surto urbanístico devido à borracha.

A planta da Cidade de Manaus abaixo mostra a configuração espacial nesse período e a localização exata do cemitério velho da nova necrópole. Na figura 31, o que está circulado em amarelo é o antigo cemitério São José, já o que está circulado em vermelho é o cemitério novo São João.

Figura 31: Planta de Manaus e arrabaldes de 1906.

● Cemitério Velho: São José ● Cemitério Novo: São João



Fonte: Acervo Digital do Instituto Durango Duarte, a partir do acervo do IGHA.

Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/planta-de-manaos-e-arrabaldes-de-1906/>.

A princípio vale ressaltar que o Brasil passava por uma ruptura histórica, que consistiu na saída do período imperial e entrada da república, a partir de 15 de novembro de 1889, com a sua proclamação. Esse modelo republicano continua vigente até hoje. Além desse fato, ocorreu também nessa época, a mudança do século XIX para o XX. Dentro dessa perspectiva, Manaus passou por projetos de civilização e embelezamento, graças aos lucros gerados pela exploração da

borracha que acabou financiando a construção de grandes monumentos históricos que perduram até hoje, e são a herança desse período de riqueza que a capital amazonense viveu.

A partir da Proclamação da República em 1889, os cemitérios passam a ser lugares laicos, ou seja, não vigoram mais as regras de sepultamentos eclesiásticos, eles serão agora espaços fúnebres que atenderão qualquer pessoa, independentemente de religião, de classe social, de cor etc. Por isso, a palavra municipal e público passa a ser agregada ao nome da necrópole, para que pudesse ficar claro, mesmo ocorrendo um paradoxo, já que o novo Campo Santo que seria inaugurado em 1891, tinha o nome do santo São João, mesmo com a proposta de ser um adro laico.

Segundo Mesquita (2006) A Belle Époque Manauara aconteceu em três períodos distintos, e todos eles trouxeram mudanças significativas para a visual da cidade, assim como seu progresso, tornando seu espaço urbano mais moderno e atrativo para as pessoas que vinham de fora e para atrair ainda mais capitais estrangeiros. O primeiro período se deu de 1892 a 1900, sendo uma fase de instalações, na qual a cidade passou a construir muitas edificações públicas e particulares, tendo melhorias em sua infraestrutura e modernizando a velha aldeia. A segunda fase ocorreu na primeira década do século XX, nela, se tornou possível aproveitar o que foi feito no período anterior. Já o último período ocorreu a partir de 1910, e a decadência dessa época áurea da economia gomífera entra em declínio com a perda do monopólio da borracha e o rompimento com a elite financeira.

2.2. ESPAÇOS FÚNEBRES DA CIDADE DE MANAUS

O espaço urbano é composto de várias áreas dentro de uma cidade, elas exercem atividades com funcionalidades distintas para a população. Pode-se ter dentro de uma urbe espaços destinados a indústria, ao comércio, a residências, as reservas florestais, aos cemitérios etc. Os cemitérios contam a história e o surgimento de uma cidade, pois são formas edificadas no espaço que relembram os costumes culturais do passado.

Corrêa (1986) enfatiza que a Geografia, como ciência social, possui em seu arcabouço um conjunto de categorias que expressam sua identidade ao discutir a ação humana no ato de modelar a superfície terrestre. O espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem constituem-se no resultado das particularidades das ações sociais na transformação do planeta. Em virtude dessas análises, pretende-se compreender os espaços fúnebres através de um “olhar geográfico”, que faz com que os cemitérios sejam identificados a partir de uma ou mais categorias geográficas.

Sendo assim, os espaços fúnebres são recortes espaciais dentro ou fora do perímetro urbano, ambos estão inseridos no objeto de estudo da geografia, ou seja, no espaço geográfico que dá suporte e norteia o assunto central dessa pesquisa.

Santos (1996) elucida o espaço como essencial e uma das principais categorias geográficas, pois concentra a materialidade, onde a natureza se transforma, em seu todo de forma produtiva. A ação humana sobre a natureza é uma característica encontrada nos mais diversos grupos sociais, nos diferentes momentos da história apresentando peculiaridades próprias, e por isso não é homogêneo. Portanto, o espaço geográfico consiste, antes de tudo, numa interação entre as sociedades humanas e o seu ambiente. Consequentemente, a sociedade humana e a natureza são os elementos fundamentais para a construção e a transformação (ou reorganização) desse espaço.

Nesse contexto, pode-se mencionar os espaços fúnebres como recortes espaciais carregados e plenos de identidade cultural dentro de um território. Indubitavelmente, são lugares memoráveis que expressam através de suas paisagens a história.

Enfim, os cemitérios são rugosidades presentes nas paisagens do espaço geográfico, e por serem arcaicos representam a memória, a história, a cultura, a identidade e a herança do passado. São feições moldadas num tempo anterior e que se mantêm até a atualidade enquanto construções espaciais.

Santos (1990) expõe que o espaço geográfico é a matéria trabalhada por excelência, sendo representada por objetos sociais que condicionam as atividades humanas e comandam sua prática social. Dentro desse espaço, a paisagem se torna o testemunho de um período histórico, e da sua forma de produção construída na mesma rugosidade do tempo, tornando-se uma herança cultural.

[...] As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (Santos, 1990, p. 138).

O espaço segundo Santos (1990) evidencia momento, modo de produção, memória construída e fixada na paisagem, ou seja, o espaço é uma forma durável e não se desfaz à mudança de processos, pelo contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto outras criam formas para se inserir dentro delas. Algumas formas podem desaparecer ficando somente a memória de um presente que se foi.

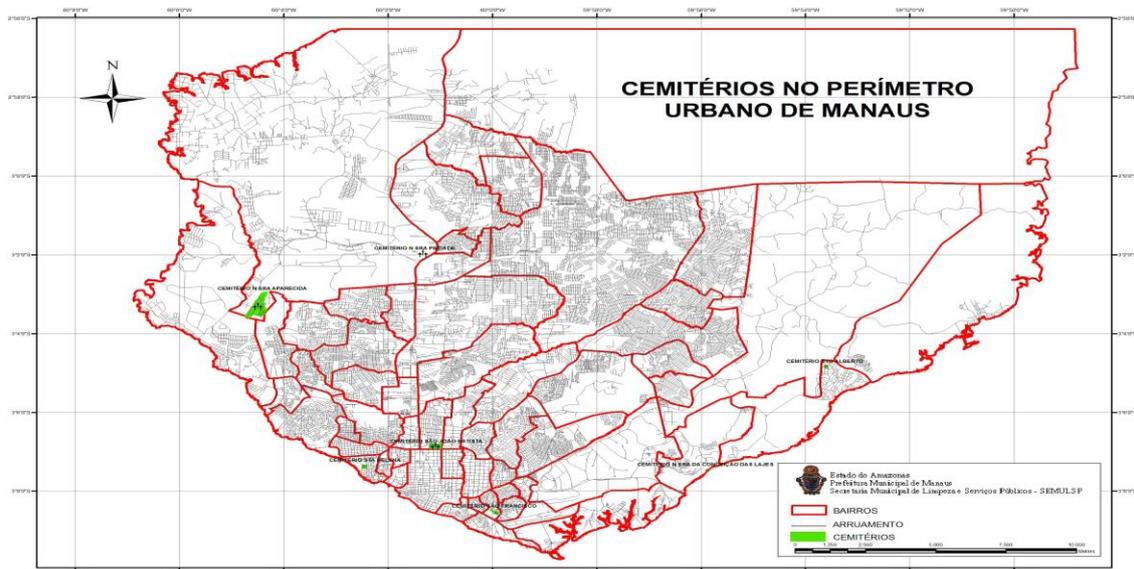
Nesse contexto, pode-se enfatizar que os espaços fúnebres removidos da cidade de Manaus, ou seja, os Cemitérios São José e o Cemitério Variolosos deram lugar a novos monumentos históricos e a novos objetos espaciais com funcionalidades distintas. São eles respectivamente, o Atlético Rio Negro Clube e o Ginásio da Escola Estadual Marques de Santa Cruz.

Outrossim, os espaços fúnebres readaptados como, os utilizados nas Igrejas e o do Paço Municipal, e também os criados em momentos históricos, não refletem a história atual da Cidade de Manaus por serem herança de outra fase histórica que esse espaço urbano já vivenciou durante o período da economia gomífera, trazendo como resultado da Belle Époque, o único cemitério urbano, o Cemitério São João, que possui uma beleza arquitetônica majestosa, espelhada em modelos europeus, representando a herança cultural dessa época.

Logo, o espaço geográfico serve à reprodução social e ela não acontece de forma igual, percebe-se como essa reprodução se deu no perímetro urbano da cidade através da análise histórica dos espaços fúnebres existentes.

Em Manaus existem seis cemitérios no espaço urbano, eles são administrados pela Secretaria de Limpeza Pública (SEMULSP) e a localização dessas necrópoles pode ser observada na figura 32.

Figura 32: Área de Estudo: Espaços Fúnebres da Cidade de Manaus.



Fonte: SEMULSP.

Os cemitérios públicos da Cidade de Manaus são administrados pelo município, e o órgão responsável pela manutenção, limpeza e organização desses espaços é a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SEMULSP), ela cuida dos 10 cemitérios públicos existentes em Manaus, sendo 06 na área urbana da cidade e 04 na zona rural. A tabela 1 apresenta as principais características desses espaços fúnebres.

Tabela 1: Localização e dimensão espacial dos cemitérios de Manaus.

Cemitério	Localização	Número de Quadras	Área (hectare)
TOTAL		136	128,42
Urbano		131	124,51
Nossa Senhora Aparecida	Avenida do Tarumã, 107 Km 12 - Tarumã	90	105,43
São João Batista	Praça Chile, esquina com a Av. Boulevard Álvaro Maia – Nossa Senhora das Graças	24	10,11
São Francisco	Rua Coronel Pedro de Souza s/n - Morro da Liberdade	5	3,69
Santa Helena	Rua Coração de Jesus - São Raimundo	6	2,7
Santo Alberto	Rua Monteiro Maia Colônia Antônio Aleixo	5	1,89
Nossa Senhora Piedade	Avenida AM 010 -Tarumã	1	0,69
Rural		5	3,91
Nossa Senhora do Carmo	Às margens do rio Amazonas (costa do rio paraná da Eva)	2	1,02
Nossa Senhora de Conceição das Lajes	Às margens do rio negro	1	2,18
São José de Jatuarana	Às margens do rio Amazonas (costa do rio Jatuarana)	1	0,22
Santa J. Puraquequara	As margens do lago do Puraquequara	1	0,49

Fonte: SEMULSP.

Em seguida, será explanado como se deu a instalação dos espaços fúnebres na cidade. Dos cemitérios que serão abordados abaixo, nenhum foi removido como os exemplificados anteriormente. Essas necrópoles trazem em suas edificações lembranças de vários momentos, representando nossa história, são objetos urbanos materializados nas paisagens do espaço geográfico, logo sendo estudo da ciência geográfica.

2.2.1. Cemitério São João Batista (1891)

Esse espaço fúnebre foi idealizado para ser construído longe da cidade por questões sanitárias, a intendência foi procurada pelo Estado em 26 de março de 1890 para que encontrasse um local adequado para a sua edificação, já em julho deste mesmo ano, foi encontrado um terreno grande no bairro conhecido como Alto do Mocó (área que hoje corresponde aos bairros Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças). Ali foi erguido e inaugurado no dia 05 de abril de 1891, em uma sessão solene, o Cemitério Municipal de São João.

Esse nome foi dado pelo médico baiano Aprígio Martins de Menezes, que acabou sendo sepultado no dia 19 do mesmo mês de sua criação, ele foi uma figura importante para a cidade de Manaus, atuando como deputado provincial em várias legislaturas, poeta e historiador. Seu túmulo, atualmente, é destaque entre o conjunto de sepulturas de grande relevância histórica e arquitetônica para quem visita este campo santo por representar a história de Manaus materializada na paisagem dessas estruturas fúnebres.

Durante a sessão de inauguração, além de Aprígio, estavam presentes outras autoridades ilustres como o governador Eduardo Ribeiro e o superintendente Leonardo Malcher, no ensejo, o governador decretou que a partir daquele dia, todas as inumações seriam realizadas na necrópole recém-criada. O primeiro sepultamento aconteceu no dia seguinte, foi de uma criança de cinco anos de idade que se chamava Maria, porém não se tem o registro desse sepultamento, pois o primeiro livro onde eram anotados os sepultamentos não foi preservado.

Em junho, após dois meses de sua fundação, a intendência concedeu a Santa Casa de Misericórdia, uma área dentro desse cemitério para a construção de um necrotério e de uma casa que pudesse servir como a administração do mesmo, isso foi acordado pela administração em 03 de setembro de 1891, com Manoel Coelho de Castro que seria o responsável pela execução dessas mudanças. Em 1897, o engenheiro chefe da extinta Comissão de Saneamento de Manaós, Samuel Gomes Pereira, já cogitava a possibilidade de serem encerrados os enterros nesse campo santo.

Segundo Duarte (2009), os motivos para essa decisão seriam a preocupação com a poluição das nascentes dos igarapés de Castellana, do aterro e de Manaus, que poderiam correr o risco de serem contaminadas pelos líquidos que escorriam do subsolo desse campo santo, tornando assim inviável o uso dessas águas pelos ribeirinhos. Outro ponto seria o tubo principal de encanamento que saía da casa de máquinas às margens do igarapé da Cachoeira Grande em direção ao Reservatório do Mocó exibido na figura 33, ele havia sido instalado muito próximo desse cemitério, podendo causar a poluição das águas que abasteciam a cidade na época, sem contar que o subsolo arenoso tornava o processo de decomposição dos cadáveres lento e ainda existia o terror e a preocupação da teoria dos miasmas. Em virtude desses fatos, a intendência chegou a promulgar a lei de número 72 no dia 31 de maio de 1897, ela autorizava o fechamento deste campo santo, porém a lei não foi executada.

Figura 33: Reservatório do Mocó.



Fonte: Álbum do Amazonas Silvério Nery, 1901 a1902.

Segundo Santos (2021), foi feito um acordo entre o governo e a intendência, nele ficou decidido que o cemitério continuaria em plena atividade, porém sua área não poderia ser estendida. Em pouco tempo a teoria miasmática foi rompida pela teoria microbiana, pois até o final do século XIX, acreditava-se que as epidemias eram causadas pelos miasmas através dos odores venenosos propagados no ar, causando pestes como a negra, a varíola etc. Já a microbiologia deixou claro que os microrganismos eram os causadores de várias doenças.

Em 1903, o acordo firmado restringindo a expansão da necrópole acabou sendo esquecido, pois Manaus crescia cada vez mais e o campo santo já não tinha espaço disponível para novas sepulturas e como não havia dinheiro para a construção de um novo espaço fúnebre, o Superintendente, Martinho de Luna, resolveu ampliar o Cemitério São João, comprando um terreno ao lado, o qual foi anexado a ele. Provavelmente, essa área corresponde atualmente às quadras de 21 a 25, que não aparecem na planta de 1901. A figura 34 mostra esse espaço fúnebre.

Figura 34: Vista aérea do Cemitério São João.



Fonte: Correa Lima.

Duarte (2009) relata que Adolpho Lisboa, sucessor de Luna, aconselhou que ao invés de se construir novas necrópoles, o melhor a se fazer seriam exumações para a abertura de novos espaços fúnebres dentro do campo santo, esse processo teve início ainda em 1903, com os cadáveres sepultados em 1891. Ele recomendou ainda que as verbas destinadas para a construção de novos cemitérios fossem utilizadas na melhoria do São João Batista, como ficou popularmente conhecido. Após três anos, em 30 de outubro de 1906, foi inaugurada a nova capela que havia sido demolida por estar em condições precárias. Dois dias depois, em primeiro de novembro, aconteceu o traslado da imagem de São João Batista que se encontrava na igreja de São Sebastião, para a nova capela recém-criada.

Essa necrópole acabou sendo a herança e o símbolo de como era a morte na Belle Époque Manauara, é o único que resta desse período áureo. Porém apresentou os mesmos problemas que o São José como: a cerca cair e os animais adentrarem e fazerem do campo santo um verdadeiro pasto. O jornal do comércio trazia nessa época protestos contra o Estado, além de relatos de pessoas que visitavam o cemitério e não gostavam da desordem que o local apresentava.

Vamos apenas dizer o que vimos e o que é preciso fazer-se para não sairmos do convívio dos civilizados. Para isso não precisamos apreciar o plano geral em que devia ter sido moldada aquela morada dos mortos. Prescindimos de tudo quanto ali devia haver e que não vimos: sepulturas bem alinhadas, ruas internas, por onde podessem perpassar os visitantes; catatumbas (carneiros) para quem, tendo posse, nellas preferisse encerrar os restos mortaes dos que lhes foram caros em vida; arborização interna com casuarinas e cyprestes, árvores da morte e da dôr; tudo isto circumdado por muros e grades de ferro, bem fechados, como se fôra um cófre a guardar aquelas relíquias sagradas. (COMMERCIO DO AMAZONAS, 5 de novembro de 1900, p.1).

Além da necessidade prática de se ter um lugar para enterrar os mortos, havia um apelo estético para que, esse espaço fúnebre pudesse refletir uma cidade moderna, organizada e com características europeias, mas, Manaus não possuía essas características, fato que ocasionou revolta nas pessoas, que passaram a exigir melhorias para o local.

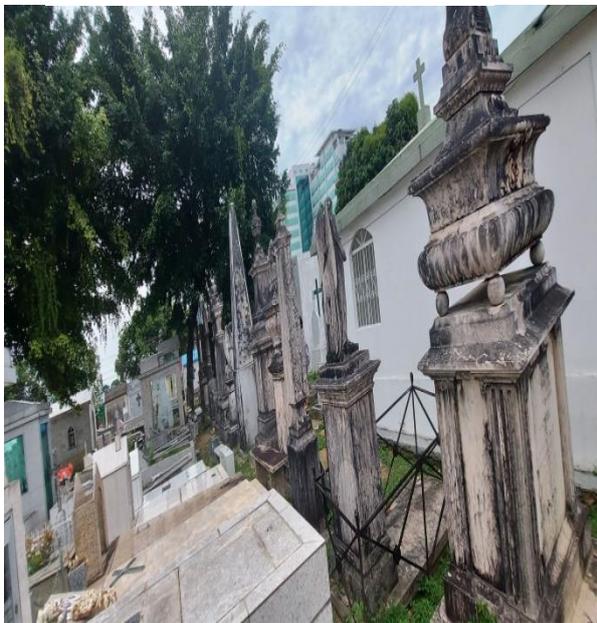
Somente em 1906, no início do século XX, é que o Cemitério de São João recebeu muro e os seus gradis, os quais foram importados da Escócia. Os produtos típicos da Belle Époque eram feitos de ferro e vidro, ele ganhou ainda, uma capela com vitrais franceses que o tornavam mais adequado ao apelo e a necessidade estética da época, por ela se espelhar na modernidade europeia. Nesse período, acontece um apego maior a monumentalidade, ou seja, os monumentos eram verdadeiras obras de arte em mármore que irão compor as sepulturas, sendo uma das características da cultura fúnebre do século XIX, que buscava manter a memória do morto através da construção desses jazigos familiares monumentais, os quais afirmavam o status e o poder

aquisitivo, ou seja, quanto maior o monumento, maior seria a condição financeira da família e daquele morto.

Em 1932, foi construído um ossuário para receber os restos mortais de pessoas consideradas indigentes, eles foram transferidos do extinto cemitério São José para o São João Batista, existem aproximadamente, 48 carcaças humanas que estão na quadra quatro. Elas são identificadas pelos nomes embutidos em pedras no ossuário. Posteriormente, com Lei Municipal 294, de 28 de setembro de 1950, foram removidos também para esse campo santo os restos mortais do extinto cemitério São Raimundo.

Em virtude do cemitério São José também ter sido fechado por decreto estadual em 1891, também foram transportados alguns monumentos sepulcrais para o espaço fúnebre São João como mostram as figuras 35 e 36.

Figura 35: Monumentos do cemitério São José.



Fonte: Autoria própria.

Figura 36: Túmulos trazidos do cemitério São José para o cemitério São João.



Fonte: Autoria própria.

A partir de 1970, como existiam os espaços fúnebres São Francisco (Morro da Liberdade), Santa Helena (São Raimundo) foi pensado na extinção do cemitério São João, pois ele não dispunha de vagas para novas inumações. Porém sua finitude não aconteceu, pois ficou decidido pela Prefeitura de Manaus que o mesmo só seria utilizado para inumações de sepulturas perpétuas, e com isso retomou as exumações.

Em 1982, os três campos santos municipais já estavam lotados e por isso, só poderiam realizar sepultamentos em jazigos perpétuos. Sendo assim, ficou estabelecido, a partir de 08 de janeiro de 1983, que novas inumações ocorreriam somente no cemitério Parque Tarumã.

O cemitério São João está inserido na Zona Centro Sul de Manaus, localizando-se na Praça Chile, esquina com a Av. Boulevard Álvaro Maia bairro Nossa Senhora das Graças. Possui uma área de vinte mil metros quadrados, dividida em 25 quadras como mostra a figura 37 perfazendo uma área total de 10,11 hectares.

Figura 37: Número de quadras no cemitério São João.

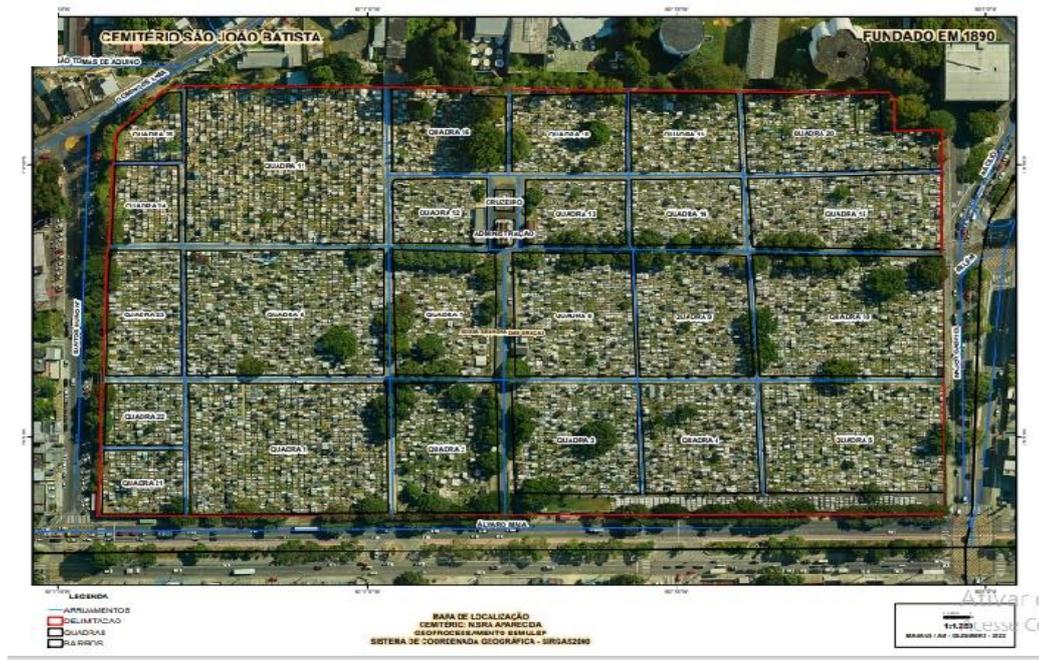


Fonte: SEMULSP.

Através do decreto N° 11.198, de 14 de junho de 1988, este campo santo foi tombado como Monumento Histórico do Estado do Amazonas, pelas suas edificações históricas, como a capela gótica e os pórticos, além das sepulturas de valor religioso, histórico, cultural e arquitetônico, como os inúmeros modelos que apresentam variadas técnicas de construção, algumas com antigos materiais valiosos como a cerâmica inglesa, as esculturas artísticas e a pintura marmorizada. O gradil antigo do cemitério, por exemplo, foi confeccionado com rebites de ferro para unir as peças e anéis decorativos de chumbo para reforçar essas estruturas, já que não existia a solda elétrica na época.

O Cemitério São João foi construído na Boulevard Amazonas, e foi inaugurado como um novo espaço fúnebre de destaque, ou seja, pensado para ser o maior, conforme o status da capital. A figura 38 mostra o a dimensão espacial dessa necrópole e a quantidade de quadras.

Figura 38: Vista aérea das quadras do Cemitério São João.



Fonte: SEMULSP.

Ele teve sua primeira revitalização em 2008, ela foi realizada pela Secretaria de Cultura do Município (MANAUSCULT), na gestão do então Prefeito Serafim Corrêa, e foi reorganizado pela Secretaria de Limpeza Pública (SEMULSP), que já administrava os cemitérios da cidade, por meio da Coordenadoria de Cemitérios (Codec), atualmente chamado de Departamento de Cemitérios de Manaus (Decem). Nesse mesmo ano, foi sancionada e publicada a Lei 1273/08 direcionada a utilização dos espaços fúnebres da cidade, com a finalidade de manter a ordem e a organização destes. Essa lei traz normas e diretrizes a serem aplicadas nos espaços cimiteriais que serão melhor explanadas no próximo capítulo.

O cemitério São João é um recanto que abriga pessoas ilustres, as quais protagonizaram cargos e funções importantes na história da capital amazonense como mostra as figuras 39 e 40, dentre eles temos: Aprígio Menezes (médico), José Coelho de Miranda Leão (coronel), Vivaldo Palma Lima (médico), Álvaro Maia (poeta), Eduardo Gonçalves Ribeiro (Governador) etc.

Figura 39: Túmulo do Gov. Eduardo Ribeiro.



Fonte: Autoria própria.

Figura 40: Túmulo do Sen. Jefferson Péres.



Fonte: Autoria própria.

Mas também, estão enterradas, nesse verdadeiro receptáculo fúnebre pessoas importantes e admiradas pela população como mostra as figuras 41 e 42, os santos urbanos, ou seja, pessoas que eram comuns, mas por algo extraordinário que passaram ou fizeram, acabaram sendo canonizadas por populares que acreditam que seus pedidos são realizados por eles. São considerados cinco sepultados: Etelvina D'Alencar, Shalom Emanuel Moyal, Área Paraense Ramos, Delmo Pereira Campelo e Cristina Anuar Nabuissy.

Figura 41: Túmulo Etelvina D'Alencar.



Fonte: Autoria própria.

Figura 42: Túmulo Área Paraense.



Fonte: Autoria própria.

“Os santos urbanos, ignorados pela igreja, são adorados a céu aberto e têm como característica a benevolência ou a morte trágica”. (Barata, 2012, p.37).

Segundo Duarte (2009), o cemitério São João contém mais de dezenove mil sepulturas e, aproximadamente cem mil inumados, nos seus portões tem a inscrição *Laborum Meta*, que significa “fim dos trabalhos”, ou seja, a moradia e o descanso final do ser humano que encerra seus trabalhos na cidade dos vivos, passando a viver na cidade dos mortos como mostram as figuras 43 e 44.

Figura 43: Portão do Cemitério São João.



Fonte: Duarte, 2009.

Figura 44: Inscrição no portão *Laborum Meta* significa “final dos trabalhos”.



Fonte: Autoria própria.

Dentro da necrópole de São João, encontra-se uma área que foi concedida a comunidade judaica em 1928. Anteriormente, os judeus eram inumados na área cristã, porém antes dessa área ser destinada a pessoas praticantes da religião judaica, nela já tinham sido inumados e espalhados pelo cemitério 400 judeus até 1927. Essa área cemiterial fica localizada logo no início, do lado direito de quem entra pelo portão de acesso da Avenida Boulevard Álvaro Maia, já quem entra pelo portão que fica na Avenida Major Gabriel, a área fica a esquerda ficando localizando bem de esquina, podendo-se afirmar que coexistem em um mesmo espaço fúnebre dois cemitérios, que contemplam religiões distintas e também possuem administrações distintas. O cemitério Judeu tem a sua própria administração que fica a cargo do Comitê Israelita do Amazonas, órgão que representa a comunidade judia no Amazonas.

Uma área próxima ao cemitério Parque Tarumã foi adquirida para a construção do futuro Cemitério Israelita do Tarumã. O Comitê Israelita pretende transferir as sepulturas que estão, hoje, na área cristã do São João Batista para a nova necrópole que será construída futuramente. (Duarte, 2009, p.150).

O primeiro sepultado nesse cemitério judeu foi Leon Perez, no dia 12 de setembro de 1928, a inumação é gratuita a todos os membros da comunidade judaica. Segundo Duarte (2009) a parte destinada aos judeus possui espaço suficiente para mais de 20 anos de atividade, sendo que só são realizadas nesta área de 4 a 7 inumações ao ano. As figuras 45 e 46 mostram esse espaço.

Figura 45: Cemitério Judeu dentro do São João.



Fonte: Autoria própria.

Figura 46: Sepulturas de Judeus.



Fonte: Autoria própria.

Os judeus possuem uma forma peculiar de se despedirem de seus entes queridos, só celebram a vida, não comemoram a morte ou a lembrança dela e dos que já se foram, como por exemplo, o dia de finados, que não existe no calendário judeu. As visitas aos cemitérios só acontecem no ano novo judaico o (Rosh HaShaná), eles diferem também na forma de cultuar os mortos, pois não colocam flores sobre as sepulturas porque murcham rápido. Em vez de flores, eles colocam pedras sobre os túmulos, já que estas possuem uma durabilidade maior. Cada povo terá sua forma particular de demonstrar seus ritos e rituais fúnebres através de suas celebrações, elas são resguardadas por leis e devem ser respeitadas, assim como as diversas religiões existentes.

Art.10. Nos cemitérios municipais é livre a todos os cultos religiosos a prática de seus respectivos atos fúnebres, desde que não atentem contra a moral, os bons costumes e as leis, não sendo permitidos os rituais que utilizem o sacrificio de animais, exceto nos cemitérios dotados de infraestrutura especifica. (Lei 1273/2008).

Para cada cultura existe uma forma particular de homenagear seus antepassados.

O estilo do túmulo pode revelar a origem do morto e sua cultura, pois os diferentes ritos fúnebres estão de acordo com o credo de cada um, por exemplo, os católicos acendem velas, os evangélicos não, já os judeus colocam pedras no lugar das flores e velas, os adeptos das religiões de matriz afro também tem seus ritos próprios. Os cemitérios também são locais para ritos e eventos religiosos, as pessoas realizam suas manifestações através de pagamentos de promessas, oferendas e outras passagens para entidades de diversas religiões, diariamente pessoas prestam cultos nos cruzeiros e em outras dependências do Campo Santo. (Santos, 2021, p. 66 e 67).

A necrópole de São João possui a primeira capela de Manaus como mostram as figuras 47 e 48, devido ao intenso processo de miscigenação e diversidade cultural, a mesma foi consagrada ao apóstolo João Batista, por isso, o mesmo é cultuado e homenageado por vários credos.

Figura 47: Frente da capela São João.



Fonte: Autoria própria.

Figura 48: Interior da capela São João.

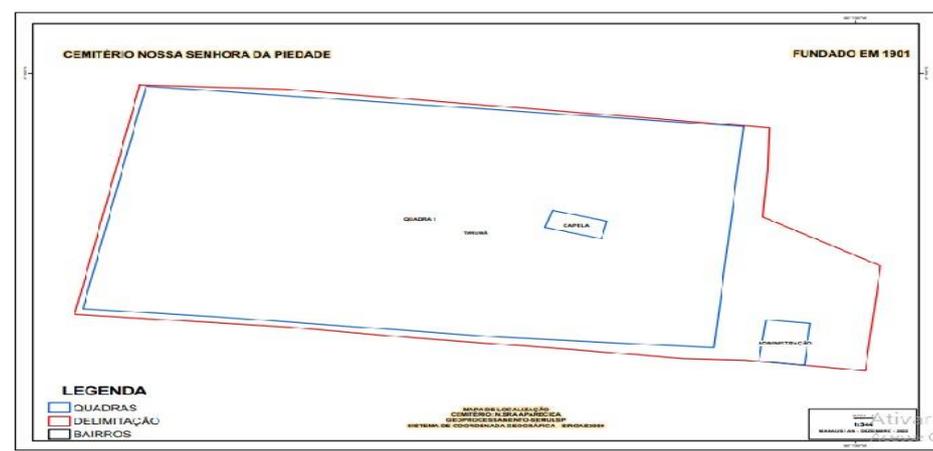


Fonte: Autoria própria.

2.2.2. Cemitério Nossa Senhora Da Piedade (1905)

Segundo dados da SEMULSP, esse espaço fúnebre é o segundo mais antigo da cidade, conhecido inicialmente como “Cemitério do Cariri” em referência a Chagas Cariri, o responsável por sua criação. Ele começou a ser construído em 1901, e está localizado na Avenida Torquato Tapajós, Km 05, Rodovia AM 010, no Bairro Tarumã, na Zona Norte de Manaus, possui uma capela que continha uma imagem identificada como Nossa Senhora da Piedade, dando posteriormente, seu nome ao local. O Cemitério Nossa Senhora da Piedade recebeu seu primeiro sepultamento no dia 14 de agosto de 1905, era uma mulher chamada Luíza Marquês de Souza. A figura 49 mostra a única quadra desta necrópole.

Figura 49: Número de quadras no cemitério Nossa Senhora da Piedade.



Fonte: SEMULSP.

Em 1969, foi incorporado ao patrimônio municipal e é considerado o menor cemitério em área e em quantidade de sepultamentos localizado na área urbana da cidade como mostra a figura 50. Possui uma área total de aproximadamente 0,69 hectares, ou seja, mais de cinco mil metros quadrados, com apenas uma quadra acima com setecentas sepulturas e mais de mil inumações e com uma média de um sepultamento diário, geralmente atendendo as comunidades adjacentes. Deixou de ser uma alternativa para enterramentos devido à sua superlotação e por estar muito distante do centro.

Figura 50: Vista aérea do cemitério Nossa Senhora da Piedade.



Fonte: SEMULSP.

2.2.3. Cemitério Santo Alberto (1918)

Segundo informações da SEMULSP, esse campo santo está localizado na Rua Monteiro Maia s/n, no bairro Colônia Antônio Aleixo na Zona Oeste de Manaus. Iniciou sua atividade no ano de 1918. A figura 51 mostra a quantidade de quadras que essa necrópole possui.

Figura 51: Número de quadras no cemitério Santo Alberto.

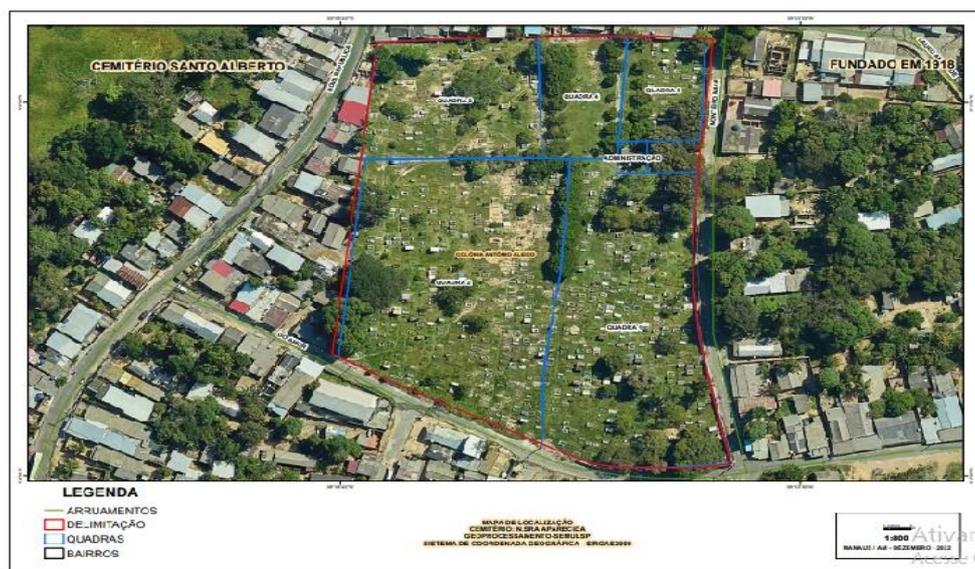


Fonte: SEMULSP.

Duarte (2009) expõe que esse espaço fúnebre foi criado por um grupo de missionárias que cuidavam de pessoas com hanseníase, elas eram internadas no antigo leprosário, cujo nome é o mesmo do bairro. Por ser um local onde ficavam isolados muitos hansenianos, o bairro é até hoje conhecido como o bairro dos leprosos. Ali se encontravam as pessoas que eram vítimas de lepra, uma doença da pele. Essa necrópole recebeu o nome de Santo Alberto no dia 08 de julho de 1986, por meio da lei municipal 1.842, ele possui aproximadamente quatro mil sepulturas e mais de seis mil inumados.

Ademais, possui 05 (cinco) quadras em uma área de 1.89 hectares. Sua estrutura compreende um prédio administrativo com 02 (dois) banheiros, cozinha, almoxarifado e capela para velório. Toda área passou por investimentos, contribuindo para grandes avanços e para a modificação do cenário de abandono, de sepulturas depredadas e do solo arenoso com erosões causadas pelas águas pluviais. As quadras foram divididas, houve a contenção de erosão com pneus e ornamentação, como o plantio de flores e o cemitério foi todo gramado, como mostra a figura 52.

Figura 52: Vista aérea do cemitério Santo Alberto.

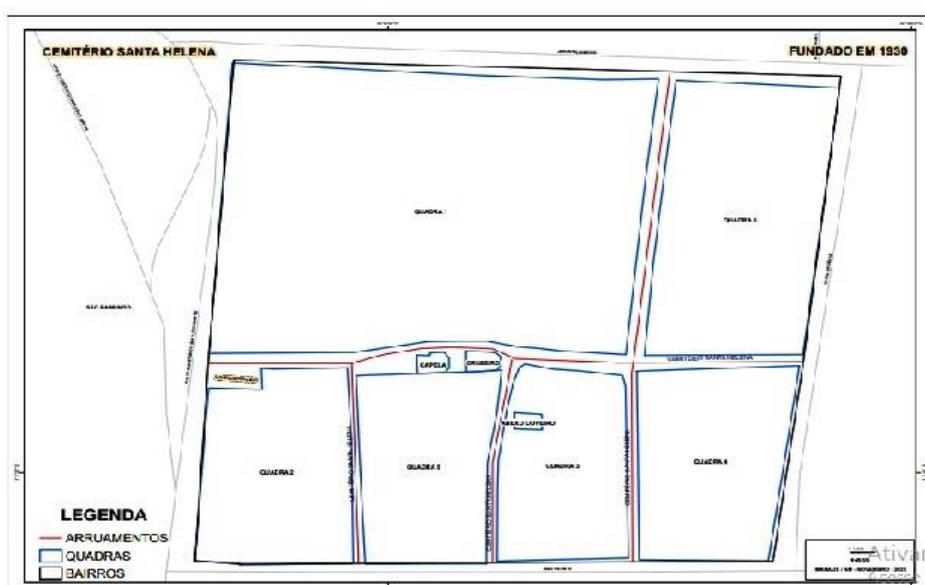


Fonte: SEMULSP.

2.2.4. Cemitério Santa Helena (1930)

Segundo informações da SEMULSP, esse espaço fúnebre foi inaugurado em 1930, e está localizado na Rua Coração de Jesus no bairro São Raimundo na Zona Oeste de Manaus. Possui 06 (seis) quadras como mostra a figura 53, e área de 2,7 hectares. Somente uma pequena parcela dos sepultamentos é realizada no cemitério, aproximadamente 26 sepultamentos mensais, sendo o quarto maior cemitério em extensão e quantidade de inumações. O espaço conta ainda com uma capela, administração, alojamento de servidores e banheiros.

Figura 53: Número de quadras no Cemitério Santa Helena.



Fonte: SEMULSP.

Duarte (2009) relembra que os terrenos utilizados para a construção dessa necrópole foram dois, um deles pertencia a Walentim Normando que era o pai do ex-vereador Ismael Benigno, que doou uma parte da área para a criação do campo santo, já a outra parte do terreno foi adquirido pela Prefeitura de Manaus em 1930, com a autorização da Câmara Municipal. Todavia sua edificação só aconteceu três anos depois em 08 de junho de 1933, através do Decreto Municipal 130. A figura 54 mostra como é esse espaço fúnebre numa visão vertical.

Figura 54: Vista aérea do cemitério Santa Helena.



Fonte: SEMULSP.

Como ainda não existia uma ligação entre o bairro do São Raimundo e o restante da cidade, a não ser pelas pequenas embarcações que eram utilizadas para atravessar o igarapé da Cachoeira Grande, as pessoas residentes nesse local, encontravam muitas dificuldades para transportar e poder inumar seus entes queridos no Cemitério São João, que ficava localizado no bairro do Mocó, atual Nossa Senhora das Graças, por este motivo era necessário construir uma necrópole que pudesse resolver essa problemática.

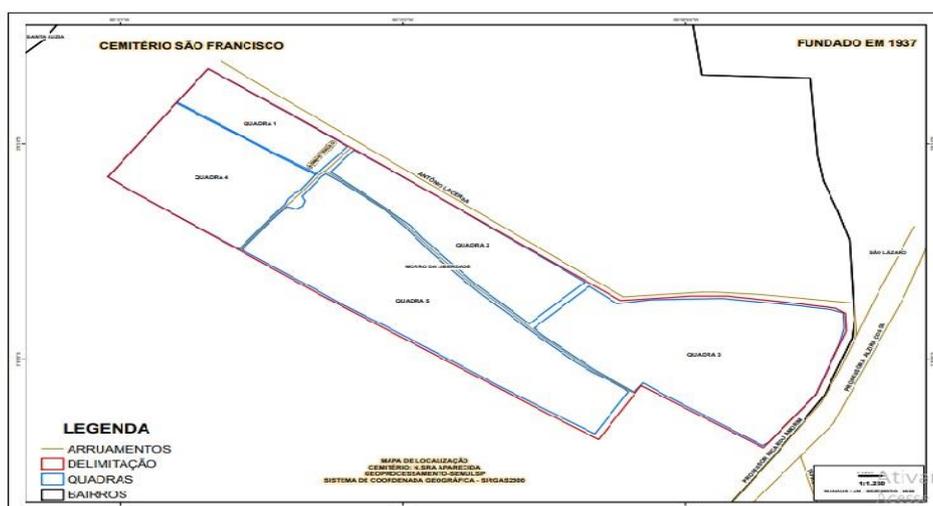
Assim como outros cemitérios públicos de nossa cidade, o Santa Helena com o tempo foi ficando sem espaços para novas inumações. A partir de 8 de janeiro de 1983, deixou de receber novas sepulturas, permanecendo somente os sepultamentos em jazigos permanentes.

Esse espaço fúnebre tem uma área de 58 metros quadrados, dividido em seis quadras, conforme informações da Coordenadoria dos Cemitérios da Semulsp, o Santa Helena possui 5.300 sepulturas e mais de 22 mil inumados.

2.2.5. Cemitério São Francisco (1937)

Segundo informações da SEMULSP, esse espaço fúnebre foi fundado no ano de 1937 e está localizado na Rua Coronel Pedro de Souza s/n no Morro da Liberdade, na Zona Sul da cidade. Possui 05 (cinco) quadras como evidencia a figura 55, em uma área de 3,69 hectares. O Cemitério atende uma pequena parcela dos sepultamentos ocorridos no Município de Manaus, em sepulturas perpétuas já adquiridas mediante concessão de uso, não possuindo assim, espaço para novas inumações.

Figura 55: Número de quadras no Cemitério São Francisco.



Fonte: SEMULSP.

Duarte (2009) aponta que o necrotério desse campo santo só foi construído no final da década de 1960. A área dessa necrópole é de 40 mil metros quadrados, dividida em cinco quadras, tendo em torno de 8.500 sepulturas e 34 mil inumados. A figura 56 mostra esse espaço numa visão vertical.

Figura 56: Vista aérea do cemitério São Francisco.

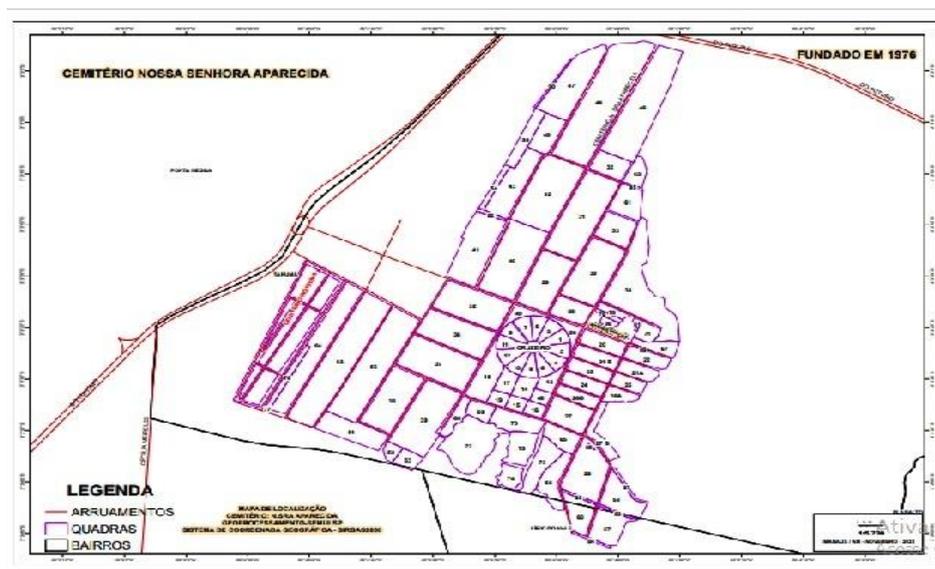


Fonte: SEMULSP.

2.2.6. Cemitério Nossa Senhora Aparecida e Cemitério Parque de Manaus (1976)

Segundo dados da Secretaria Municipal de Limpeza Pública SEMULSP, esse cemitério foi fundado em 1976, e está localizado na Avenida do Turismo, n. 107, Km 12 – Tarumã na Zona Oeste de Manaus. Possui 90 quadras como mostra a figura 56, perfazendo uma área total de 105,43 hectares. É o único em atividade para novos sepultamentos, já que os demais cemitérios estão ocupados em sua totalidade e atendem somente sepultamentos em jazigos familiares de uso perpétuo.

Figura 57: Número de quadras no cemitério Nossa Senhora Aparecida.



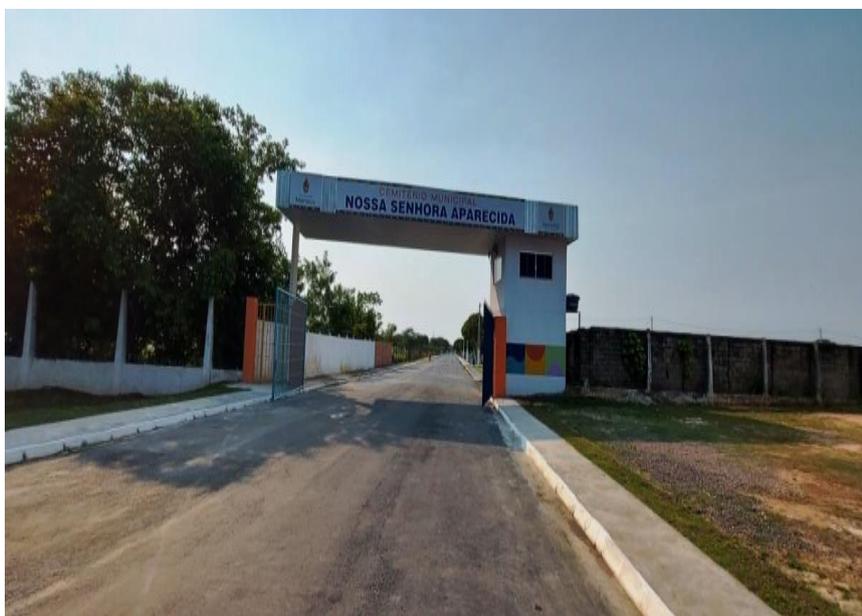
Fonte: SEMULSP.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi instituída em 6 de julho de 1957, durante o governo de Juscelino Kubistchek pela lei de número 3.173, porém só foi efetivada 10 anos depois em 1967, durante o regime militar, por meio do Decreto-Lei N 288/67, sua finalidade era estabelecer incentivos fiscais e povoar não somente Manaus, mas toda a região Norte do país. Sua instalação acabou atraindo muitos migrantes de várias regiões do Brasil, em sua maioria do Nordeste, com isso acabou acontecendo uma grande explosão demográfica, resultando no aumento populacional e na expansão urbana de forma desordenada na cidade. Assim, surgiu à necessidade de se pensar em novos espaços fúnebres, já que os existentes estavam em estado crítico e alguns já se encontravam lotados.

Na década de 70, teve início à história da Necrópole de Nossa Senhora Aparecida, anteriormente chamada de Ponta Negra. Nesse mesmo período, os espaços fúnebres do perímetro urbano, o São João e o Santa Helena estavam em estado crítico, portanto só recebiam enterramentos em jazigos perpétuos, já que se encontravam com lotação máxima. A única exceção

era o Cemitério São Francisco, localizado no Morro da Liberdade, ele era o único que recebia novos sepultamentos, embora já apresentasse também indícios de uma carência de espaço, gerando assim uma preocupação acerca de um possível colapso funerário. A figura 58 mostra a entrada atual da necrópole de Nossa Senhora Aparecida.

Figura 58: Entrada do Cemitério de Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Autoria própria.

A administração municipal tentando solucionar esse problema resolveu procurar um local adequado para que se pudesse construir um novo campo santo na cidade. Assim, em 1974, foi encontrado um terreno na estrada do Tarumã onde se daria a construção.

A área encontrada compreendia uma parte do terreno da antiga empresa de tecelagem Brasil juta e a outra, ficava na estrada do Tarumã, próximo à praia da Ponta Negra, área que seria a escolhida para a construção do novo espaço fúnebre da Cidade de Manaus. As figuras 59 e 60 evidenciam as sepulturas dessa necrópole.

Figura 59: Sepulturas no cemitério Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Autoria própria.

Figura 60: Cemitério Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Autoria própria.

Segundo Duarte (2009) em 1975, os trabalhos de terraplenagem desse local foram iniciados sob a responsabilidade da construtora Endeco. A proposta original seria um cemitério parque, que foi planejado pelo arquiteto Antônio Leitão, ele seria composto de um campo raso com jardins, onde as covas seriam cobertas com uma lápide de concreto e marcadas com placas metálicas, diferente das tradicionais que existiam nas demais necrópoles da cidade. Em setembro desse mesmo ano, um relatório mostrava que a Necrópole de São Francisco estava com apenas sessenta vagas disponíveis, e com as obras do cemitério-parque ainda em andamento, o então prefeito Jorge Teixeira mandou que se engendrasse, em caráter de urgência, uma quadra dentro da área do novo campo santo, a qual receberia, provisoriamente, as inumações da capital.

Duarte (2009) ressalta que a ideia do administrador da cidade era transferir posteriormente essas sepulturas para outro espaço, depois de concluído o Cemitério do Tarumã. Um ano depois, em agosto de 1976, essa área emergencial, recebeu a sua primeira inumação, o corpo da índia Waimiri-Atroari Raimunda Alexandre. No mês seguinte, de acordo com o 'O Jornal', já haviam sido enterradas mais de sessenta pessoas, e, em março de 1977, segundo matéria do 'Jornal do Comercio', repousavam naquele lugar, aproximadamente, 600 corpos.

Segundo Duarte (2009) por meio do convênio 22, realizado no dia 21 de novembro de 1978, a prefeitura firmou acordo com a Empresa Municipal de Urbanização (Urbam) e transferiu para essa

autarquia a execução dos projetos, das obras e dos serviços da necrópole. A Urbam se encarregou de reservar uma área nos fundos do Campo Santo Parque Tarumã, área essa que foi destinada de forma exclusiva para os sepultamentos de pessoas consideradas indigentes e ficou conhecida como Cemitério Ponta Negra. Após dois anos, em dezembro de 1980, a Empresa de Urbanização celebrou contrato com a firma Consórcio Rio-Grandense de Construção e Urbanização (Cortel S. A.) para a continuação e a execução das obras, bem como a implantação e comercialização do Cemitério Parque Tarumã que se tornou o primeiro espaço fúnebre urbano a ser privatizado na capital amazonense. A figura 61 mostra como era esse espaço fúnebre na década de 70.

Figura 61: Vista dos Cemitérios Parque Tarumã e Nossa. Sra. Aparecida em construção na década de 1970.



Fonte: Duarte, 2009.

Duarte (2009) afirma que a empresa Cortel só aceitou firmar acordo após a Prefeitura de Manaus garantir que todos os sepultamentos da cidade seriam obrigatoriamente realizados no espaço do Cemitério Parque de Manaus, o que asseguraria o sucesso do investimento feito pela empresa. Em consequência desse monopólio, a cidade não poderia mais contar com um cemitério público para os enterramentos, com exceção dos mortos que eram considerados indigentes, e que seriam inumados no Cemitério Ponta Negra. A empresa Cortel passou a exigir da Urbam uma melhoria na infraestrutura do campo santo em relação à iluminação, a rede urbana, aos suprimentos de água e a ligação telefônica. Contudo, com a transferência dos direitos e deveres para a Implantação e Administração de Cemitérios da Amazônia LTDA (Cedam), nenhuma das obras mencionadas acima havia sido realizada até o ano de 1982. A figura 61 mostra a entrada da necrópole com o nome que ela recebe atualmente.

Figura 62: Entrada da Necrópole Parque de Manaus (Espaço Fúnebre Privado).



Fonte: Autoria própria.

Desse modo, o Cemitério Ponta Negra que era exclusivo dos indigentes e das pessoas carentes, acabou sendo utilizado para inumações de não indigentes, fato que acabou causando uma invasão progressiva na área pertencente à necrópole particular Parque Tarumã. Em 1991, mais de 40% desse espaço fúnebre já havia sido tomado e a entrada única para os dois cemitérios acabava agravando a situação, por não apresentar uma linha divisória que separasse os dois sepulcrários.

Em resumo, após agregar enormes danos, a Implantação e a Administração de Cemitérios da Amazônia LTDA (Cedam), no início da década de 90, resolveu mover uma ação judicial para que pudesse rescindir o contrato com a Prefeitura de Manaus e a Empresa Municipal de Urbanização (Urbam), ela exigia na ação, uma indenização por perdas e danos, porém até hoje esse ressarcimento não aconteceu e o processo continua sem qualquer resposta. Portanto, as duas necrópoles coexistem no mesmo espaço e em plena atividade.

Duarte (2009) enfatiza que ambos os cemitérios estão localizados na Avenida do Turismo, n.107, km 12, no bairro Tarumã, na Zona Oeste de Manaus, como mostra a figura 63. Sendo uma parte pública que é o Cemitério que antes era denominado Ponta Negra, e hoje é conhecido como Nossa Senhora Aparecida e que está sob a administração da Prefeitura de Manaus, através do órgão da SEMULSP que é a Secretaria de Limpeza Pública, nesse espaço fúnebre existem mais de 90 quadras, com setecentos mil metros quadrados, mais de 80 mil sepulturas e 180 mil inumados. Já o outro campo santo é privado e ficou conhecido como Parque de Manaus ou Parque Tarumã, ele está sob a

administração da CEDAM atualmente, sua área possui 142 quadras, com 5.720 sepulturas e 7.300 inumados. Portanto, o Cemitério Nossa Senhora Aparecida iniciou suas atividades em 1976 e o Cemitério Parque de Manaus em 1982.

Figura 63: Cemitério Nossa Senhora Aparecida à esquerda e o Parque de Manaus à direita.



Fonte: Prefeitura de Manaus 2022.

O cemitério de Nossa Senhora Aparecida é o único da cidade que ainda dispõe de espaços fúnebres para novas inumações, sendo que no período da pandemia vivenciamos um verdadeiro caos que acarretou uma preocupação com o colapso funerário generalizado, pois os mortos vítimas da pandemia foram enterrados em covas coletivas, denominadas trincheiras, a fim de otimizar os espaços disponíveis. Nessa necrópole as quadras 74 e 75 foram destinadas a esses sepultamentos e mais de 2000 mil pessoas foram inumadas nessas quadras no período mais crítico e preocupante da pandemia.

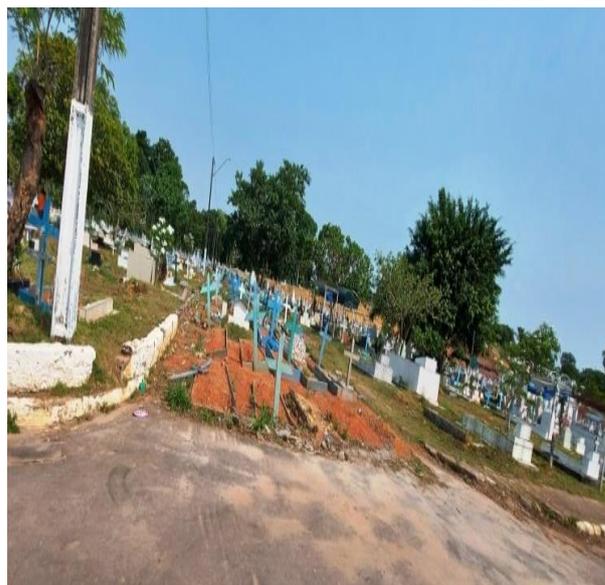
Atualmente, os espaços menos prováveis desse campo santo estão sendo utilizados para novas inumações, como as ruas entre as quadras, locais com pequenas voçorocas e até mesmo novas áreas que estão sendo desmatadas para essa finalidade, como mostram as figuras 64 e 65.

Figura 64: Utilização de terrenos com voçorocas para fazer novas sepulturas.



Fonte: Autoria própria.

Figura 65: Ruas extintas para fazer novas sepulturas.



Fonte: Autoria própria.

2.2.7. Cemitério Indígena Yane Ambiratá Rendáwa Bara Upé (2022)

Esse espaço fúnebre está localizado dentro da Necrópole de Nossa Senhora Aparecida como mostram as figuras 66 e 67, na parte da frente, sendo as primeiras quadras do lado direito destinadas às gavetas verticais para as inumações indígenas. Foi inaugurado no dia do índio em 19 de abril de 2022, tendo como objetivo, ser o primeiro cemitério urbano verticalizado da Cidade de Manaus e servir como reconhecimento aos povos originários, evidenciando assim, a importância deles desde o início da sua trajetória, até a formação da nossa urbe.

Figura 66: Cemitério Indígena dentro da Necrópole de Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Autoria própria.

Figura 67: As cinco fileiras de gavetas verticais inauguradas no Dia do Índio em 2022.



Fonte: Prefeitura de Manaus.

Segundo informações da Prefeitura, o Cemitério Indígena de Manaus Yane Ambiratá Rendáwa Bara Upé foi entregue 353 anos depois da fundação da cidade, ele está localizado no Cemitério Nossa Senhora Aparecida, bairro Tarumã, zona oeste e recebeu nome típico conforme as tribos regionais, cujo significado é a “casa de retorno”. As figuras 68 e 69 evidenciam a frente dessa necrópole e a placa com os dados de sua inauguração.

Figura 68: Frente do cemitério indígena.



Fonte: Autoria própria.

Figura 69: Placa inaugural da necrópole.



Fonte: Autoria própria.

Após “353 anos de indiferença e esquecimento, foi entregue o primeiro cemitério indígena do Brasil, para que sua memória ancestral possa ser celebrada e cultuada. Nós queremos tratar a questão indígena de forma clara, de forma digna, os reconhecendo como os donos dessa terra. Aqui está o meu reconhecimento, pelo trabalho, pela ancestralidade, pela importância de cada um. Manaus tem suas origens, nós somos herança dessa ancestralidade”, ressaltou o prefeito David Almeida.

O cemitério indígena tem 216 gavetas em cada um dos cinco módulos, totalizando 1.080 espaços no campo-santo. A preparação das ocas, o jardim e a pintura do grafismo estão sendo realizados pela Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime). O grafismo indígena representado na figura 69 dessa necrópole foi produzido por 15 artistas dos povos indígenas Kokama, Tukano, Tikuna, Mura e Sateré. Além disso, as figuras 70 e 71 mostram algumas gavetas sendo finalizadas para receberem as pinturas.

Figura 70: Imagens das gavetas verticais finalizadas e que receberam pinturas indígenas.



Fonte: Autoria própria.

Figura 71: Imagens das gavetas verticais que ainda estão sendo finalizadas.



Fonte: Autoria própria.

Para a coordenadora da Copime, Marcivana Saterê-Maué, o cemitério indígena tem um significado importante. Ela também ressaltou que os antepassados deixaram vestígios para a cidade. “Eles deixaram memórias ancestrais nas cerâmicas que são encontradas. E hoje temos a possibilidade, por meio do cemitério, de trazermos essa memória, uma memória presente, o cemitério estará presente para nós e ficará para as gerações futuras”, disse ao Jornal Amazonas Atual em 17 de abril de 2022, dois dias antes da Prefeitura de Manaus entregar o espaço fúnebre dedicado aos índios.

Em síntese, se percebe que dentro de um mesmo recorte espacial, há a coexistência de três cemitérios, sendo um privado e dois públicos.

Na parte da frente do mesmo espaço fúnebre, temos o Parque de Manaus, que é privado e só atende pessoas conveniadas ou de sepulturas perpétuas, já na parte de trás, tem-se a necrópole, destinada a princípio para indigentes e posteriormente a todos, no passado era chamado de Cemitério Ponta Negra e depois mudou para o nome atualmente conhecido como Nossa Senhora Aparecida.

Mesmo tendo três necrópoles num mesmo espaço fúnebre, é desconsiderado o do Parque Tarumã, pois ele é privado e contamos para nossa pesquisa somente os cemitérios públicos, nesse caso consideramos aqui o de Nossa Senhora Aparecida, pois é o único público que ainda tem espaços para novas inumações, o indígena está inserido dentro desse, não sendo considerado único ou independente.

2.3. CEMITÉRIOS INDÍGENAS EM MANAUS

Os cemitérios podem nos dar valiosas informações, sendo uma fonte histórica para preservação da memória familiar e coletiva; uma fonte de estudo das crenças religiosas; uma forma de expressão do gosto artístico; uma forma de expressão da ideologia política; uma forma de preservação do patrimônio histórico; uma fonte para conhecer a formação étnica; uma fonte para o estudo da genealogia; uma fonte reveladora da perspectiva de vida etc. (Barata, 2012, p.15).

As necrópoles eram monumentos periféricos localizados no fim das cidades, porém com o crescimento populacional e a urbanização desses espaços, acabam sendo engolidas novamente e fazendo parte da cidade dos vivos.

Os primeiros espaços fúnebres que existiram em nossa urbe foram os indígenas, podemos citar aqui vários achados arqueológicos no seu centro histórico, como no local do forte que deu origem a nossa cidade, nas áreas que correspondem à localização das igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora dos Remédios que serviram como verdadeiros espaços cemiteriais a céu aberto, bem como na Praça Dom Pedro II etc. Com as várias evidências arqueológicas achadas por pesquisadores e arqueólogos. Manaus é considerada uma grande necrópole indígena, não só pelo que já foi encontrado, mas pelos restos mortais que ainda continuam aparecendo.

Segundo informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) podemos lembrar aqui como vestígios desse passado indígena o sítio arqueológico

encontrado no início do século XXI, precisamente em 2001, no bairro Nova Cidade, onde foram encontradas mais de 200 urnas funerárias durante trabalhos de terraplanagem no local. Essas urnas possuem mais de 700 anos, esses 200 vasos fúnebres cerâmicos foram mapeados e 13 deles exumados. Esse sítio arqueológico apesar de não ter passado por datação absoluta com a técnica do carbono 14, existe há mais de 700 anos porque as cerâmicas ali encontradas são de estilo conhecido pelos historiadores como “Paredão”, que corresponde ao período entre os séculos 07 e 13. Ou seja, antes da chegada dos europeus ao Brasil, que se iniciou no século XVI.

Segundo a reportagem publicada no Globo Amazônia em Manaus em 29 de maio de 2010, o sítio só foi descoberto por causa da obra de um conjunto habitacional, o local possuía mais de 200 urnas, porém a erosão levou a maioria e com isso a destruição desse verdadeiro cemitério indígena. O fato principal é que de norte a sul de Manaus, já foram encontrados em períodos distintos vários sítios arqueológicos com restos mortais indígenas que foram enterrados de diferentes formas, em diferentes épocas e de forma cultural particular dependendo dos hábitos e ritos de cada tribo.

Segundo Duarte (2009) os povos indígenas brasileiros tinham costumes de enterrar seus mortos em potes de cerâmicas, conhecidas como igaçabas ou urnas funerárias, realizando nelas enterramentos primários ou secundários. O enterramento primário consistia em colocar o morto em uma urna e em seguida, enterrar com vários potes menores que eram oferecidos aos deuses para que pudessem receber bem o índio falecido. Já outras tribos praticavam o enterramento secundário, onde sepultavam seus entes queridos dentro de suas próprias malocas, cujo chão era de terra e regado com água por vários dias, onde depois de algum tempo só restavam os ossos que eram desenterrados e removidos para dentro de uma igaçaba com objetos pessoais, onde o pote cerâmico era enterrado em um lugar específico através de um ritual. As figuras 72 e 73 mostram a área do sítio arqueológico encontrado.

Figura 72: A erosão abriu grandes voçorocas na área do cemitério e arruinou o sítio arqueológico.



Foto: Denis Barbosa Globo /Amazônia.

Francisco Pugliese, arqueólogo do Iphan, alega que devido à camada superior de terra ter sido removida do local, a erosão e o acesso de curiosos promoveu a destruição da maioria das peças ainda enterradas, entre os anos de 2001 a 2004, 140 recipientes foram perdidos pela erosão.

Figura 73: Borda de uma urna funerária em sítio arqueológico que já foi um cemitério indígena.



Foto: Denis Barbosa Globo /Amazônia

Manaus é considerada pelos estudiosos no assunto como um grande cemitério indígena em razão dos mais de cinquenta sítios arqueológicos urbanos aqui existentes. Ao longo da história, a área onde tem ocorrido o maior número de descobertas de urnas funerárias indígenas localiza-se no espaço compreendido pelas praças Nove de Novembro e Dom Pedro II. Em 2003, durante a reforma da Praça Dom Pedro II, e mais recentemente em 2008, quando da restauração do Paço Municipal, foram encontradas igaçabas de, ao menos, 1.500 anos de idade. Na Zona Norte, em 2001, durante a construção de uma das etapas do Conjunto Residencial Nova Cidade, no bairro Cidade Nova, encontrou-se um sítio arqueológico de, aproximadamente, 250 mil metros quadrados, com cerâmicas, artefatos e parte de um cemitério indígena. (DUARTE, 2009, p.144).

Com o objetivo de reparar tudo que aconteceu anteriormente com as populações tradicionais, bem como trazer informações sobre a história e a cultura dos mais diversos povos indígenas que já habitaram a nossa região, a Prefeitura juntamente com a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), o Conselho Municipal de Cultura (Concultura) e alguns representantes indígenas, elaboraram um projeto em 24 de fevereiro de 2021, que tinha como objetivo abrigar no Centro Histórico da Praça Dom Pedro II, a Memorial Necrópole de Manaus, em homenagem aos povos ancestrais, que estão sepultados no local.

O memorial é o resultado de pesquisas e achados arqueológicos que representam a importância dos povos indígenas e tradicionais que já povoaram a cidade de Manaus e iniciaram a nossa trajetória, os registros datam de 1860, com a pintura de uma urna funerária feita pelo

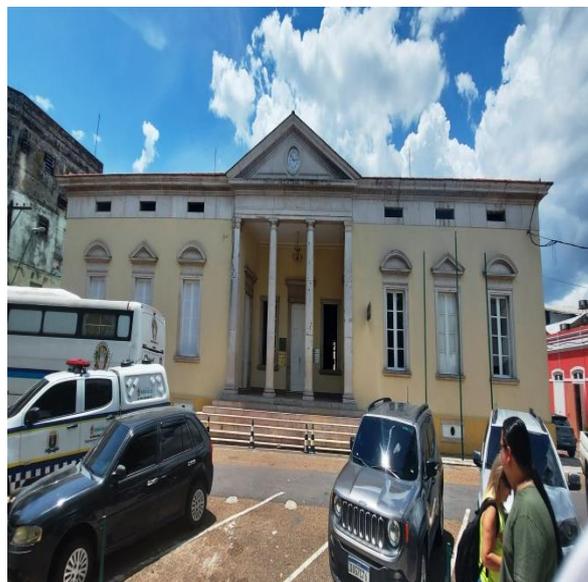
naturalista Paul Marcoy, e posteriormente na década de 1950 têm início às pesquisas com o arqueólogo alemão Peter Paul Hilbert. A confirmação desse sítio indígena se deu no início da década de 1960, quando Hilbert e o historiador amazonense Mário Ypiranga Monteiro, resgataram uma urna entre a praça e o edifício do Iapetec. As figuras 74 e 75 mostram espaços importantes que mantêm a história da cidade viva.

Figura 74: Memorial Necrópole



Fonte: Autoria própria.

Figura 75: Paço Municipal de Manaus.



Fonte: Autoria própria.

De acordo com informações da prefeitura, em 2002, na obra de reforma da Praça Dom Pedro II, através das escavações arqueológicas lideradas pelo arqueólogo Eduardo Neves da Universidade de São Paulo (USP), foram encontradas mais de 300 urnas funerárias. Por isso, o Memorial Necrópole de Manaus será uma demarcação que representará o início do marco civilizatório da nossa cidade, com os vestígios desse cemitério indígena, que data de mais de três mil anos, terá no meio da praça, uma placa e um monumento marcando e informando o local para a visitação pública e a realização de cerimônias religiosas das muitas etnias que habitam o Amazonas.

Além do monumento que será colocado no meio da praça, ainda será possível conhecer um pouco mais da história do povo Manauara fazendo uma visita ao Museu da Cidade que também é conhecido como Paço Municipal ou da Liberdade, e fica no mesmo local da Praça Dom Pedro II, nesse centro histórico é possível ver exposições de peças arqueológicas com urnas funerárias que foram encontradas no local, exposições tecnológicas que mostram rios voadores, afluentes do tempo e banhos de origens que falam sobre os rios da Amazônia e sua importância

para as pessoas não só da região Norte, mas do país inteiro, ainda podem ser vistos artigos regionais, e a sala dos prefeitos que a cidade já teve etc.

O Museu da Cidade de Manaus possui oito salas que exibem a vida cotidiana, a identidade e a cultura de gerações passadas, utilizando em suas amostras interatividade, textos, sons, imagens, que contam a história e as raízes locais de nossa cidade de uma forma única e bela, sendo uma exposição educativa, lúdica e dinâmica, o que acaba atraindo muitos visitantes ao local.

Conforme informações da Prefeitura, o Museu da Cidade de Manaus foi criado pelo prefeito João de Mendonça Furtado, através da Lei nº 1.616, de 17 de junho de 1982, na estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com localização no prédio s/nº na Rua da Instalação, mas nunca funcionou nessa localidade e sequer foi inaugurado. Porém, mais de 20 anos depois, em 2005, o projeto do Museu da Cidade foi retomado, passando agora a ter como abrigo o Paço da Liberdade, antiga sede da Prefeitura de Manaus. Em 2018, o prefeito Arthur Virgílio Neto entregou o museu à população sem custos para o órgão, uma vez que a obra foi realizada por meio da Lei Rouanet.

No museu como mostram as figuras 76 e 77, pode ser visto durante a exibição, a sala de arqueologia que tem um vidro resistente de onde se pode observar com a ajuda de uma iluminação especial uma urna funerária e fragmentos arqueológicos que foram encontrados durante as obras de revitalização realizadas no local em 2012. A urna tem data estimada entre 2 e 7 mil anos, demonstrando um pouco da história dos povos nativos e como eles enterravam seus mortos no passado.

Figura 76: Museu da cidade com urnas funerárias. Figura 77: Sala de Arqueologia do Museu.



Fonte: Amazonas é mais.



Fonte: Autoria própria.

Os espaços fúnebres desempenham papel importante dentro da cidade, pois ela pode existir sem outros equipamentos urbanos como, por exemplo, shoppings, centros culturais etc. Mas sem os cemitérios a cidade entraria numa situação de puro caos e desespero sem ter onde enterrar seus mortos, dando a eles um destino certo.

Esse temor foi sentido no período em que os cemitérios públicos da cidade colapsaram por conta da pandemia da Covid 19, pois o número de sepultamentos cresceu de forma assustadoramente rápida, aumentando a preocupação com a finitude desses espaços e o que isso poderia ocasionar aos vivos.

Se esse possível apagão funerário acontecesse poderia trazer novamente riscos à saúde coletiva dos vivos. Por este motivo a administração municipal precisa de políticas públicas ou privadas para que essa situação não volte a acontecer como já aconteceu em outros períodos históricos citados anteriormente.

Para o melhor entendimento de determinados fenômenos sociais, como a importância de se sepultar os mortos ao longo da história, o uso de conceitos como o espaço, o território, a paisagem e o lugar, mostram-se fundamentais.

A importância dos espaços fúnebres na atualidade passou a ser um dos temas mais recorrentes nas cidades, fazendo parte constantemente dos discursos de políticas e de planejamento urbano. O cenário urbano é marcado por elevadas taxas de mortalidade oriundas da violência, de doenças e da pandemia da COVID19, tornando essa, à realidade vivida por inúmeros centros urbanos.

Pensar a cidade é refletir o espaço urbano, é atribuir à importância de vários recortes espaciais essenciais para a sua funcionalidade, dentre eles os espaços fúnebres que são indissociáveis da cidade dos vivos, por esta razão, pensar na sua continuidade é pensar numa forma de vida mais saudável para todos.

A cidade dos mortos completa a cidade dos vivos, pois assim como os humanos precisam de moradia durante sua vida, eles precisarão de um dormitório para seu descanso final. Pensar no planejamento urbano é primordial, pois com a finitude desses espaços fúnebres a história de insalubridade e caos poderá se repetir.

O próximo capítulo dessa pesquisa irá apresentar as alternativas que possam substituir ou dar suporte aos cemitérios para que os mesmos não cheguem ao fim, alguns resultados mais apropriados seriam a verticalização e os crematórios etc.

TERCEIRO CAPÍTULO

**LEGISLAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS
APLICADAS AOS ESPAÇOS FÚNEBRES**

3. LEGISLAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS APLICADAS AOS ESPAÇOS FÚNEBRES

Com o propósito de apresentar o ponto chave da temática escolhida, a última parte da pesquisa apresenta as leis elaboradas para os espaços fúnebres, além das alternativas criadas através de políticas públicas e ações privadas, as quais foram capazes de evitar novos colapsos, como os que já aconteceram durante grandes epidemias, evitando assim que ocorresse um verdadeiro apagão funerário.

3.1. Políticas Públicas e Ações Privadas

As políticas públicas ou privadas são ações aplicadas pelo governo ou até mesmo pela iniciativa privada que visam buscar soluções para que possam resolver problemas considerados críticos para a sociedade ou uma parcela dela, como por exemplo, as pessoas de classe social baixa, as quais não possuem condições econômicas de realizar o sepultamento do seu ente querido. Dessa forma, ações como SOS Funeral, doações de sepulturas, gratuidade nas taxas de sepultamento, além da concessão de sepulturas são uma série de projetos, programas ou atividades que podem ser desenvolvidas pelo governo, tanto na esfera federal, quanto nas esferas estaduais e municipais, contribuindo assim para o bem-estar social dessa parte da população.

No Brasil, os cemitérios se tornaram uma realidade quando os pensamentos higienistas trazidos da Europa começaram a ser introduzidos no país, fazendo assim com que se pensasse em construir espaços fúnebres longe das igrejas e dos centros urbanos, destinando-os para as áreas periféricas. Essas medidas foram adotadas para a saúde pública, com o intuito de evitar doenças que pudessem ser propagadas por miasmas oriundos da decomposição dos mortos, bem como para o embelezamento das cidades brasileiras começando pelo Rio de Janeiro e chegando a Manaus.

Outra ação política foi a mudança de poder, que ocasionou a laicização do Estado, no qual ele não tem uma religião oficial e passa a ter como obrigação respeitar todas as religiões sem preferência e sem intervenções de irmandades religiosas. Assim sendo, a soberania da religião desaparece e dá espaço a soberania política do Estado como autoridade predominante, essa mudança fica conhecida como secularização. Logo, o Estado passa a regular, a coordenar e a dar diretrizes para a criação dos cemitérios, já que a mortalidade também é controlada por ele através de registro em cartório.

Além disso, as políticas públicas também foram direcionadas para os espaços da morte, antes mesmo de existir esse Estado Novo de fato no país, e as ações voltadas para os

espaços fúnebres eram publicadas em formas de decretos e deveriam ser cumpridas pela população de uma cidade.

Em Manaus, essas determinações foram impostas através de um Código de Posturas, no qual eram estabelecidas diversas normas que tinham como objetivo, melhorar a organização da cidade através dos mais variados serviços municipais. Como o próprio nome já diz, seriam posturas comportamentais que todos deveriam seguir no espaço urbano para o seu melhor funcionamento. Então, a cidade adotou como uma dessas normas, medidas de higiene, as quais afastavam os sepultamentos do entorno das igrejas de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Remédios. Muitas dessas ações foram publicadas nos jornais da época.

Nesse sentido, vida e morte são temas antagônicos e essenciais para a ordem dos espaços neles inseridos, pois a vida nos remete a produção e a ação constante, no qual os agentes principais são os seres humanos que modificam o espaço conforme as suas necessidades. Já a morte é a finalização dos trabalhos feitos em vida, por isso a frase escrita em latim nos cemitérios é “*Laborum Meta*” que representa “final dos trabalhos”.

Como resultado dessa contrariedade para o espaço urbano, pode-se perceber a cidade como um sistema com estrutura própria, que foi construída pelos seres humanos em vida, os quais buscaram meios para organizar a urbe evitando o caos. Desse modo, a pesquisa aponta essas informações no capítulo inicial, quando aborda os homens primitivos preocupados com a destinação final de seu povo e iniciando assim, a cidade dos mortos antes da cidade dos vivos.

Segundo Mumford (1998), foi através dessa falta de um lugar destinado aos mortos, que os grupos nômades se estabeleceram e formaram os primeiros grupamentos urbanos, os quais deram origem ao que hoje se conhece como cidade. Desse modo, essa preocupação com o passamento acompanhou todos os tempos, passando por vários períodos históricos e pensamentos diversos como pode ser observado no decorrer da pesquisa. Essa inquietação foi mudando, se transformando e se ajustando conforme a evolução do pensamento humano e o seu conhecimento.

Sendo assim, a preocupação com a morte e a destinação final dos cadáveres permanece em pleno século XXI, pois assim como há a necessidade de organização em vida, é preciso que ela seja executada na morte, visto que se não houver uma destinação apropriada dos cadáveres, haverá o caos para os vivos, como já aconteceu em tempos remotos aos nossos.

Em virtude dessa aflição com a morte, bem como as consequências que ela traria para o mundo dos vivos, foram criados decretos e leis voltadas para esses espaços fúnebres, algumas delas foram citadas no decorrer dos capítulos anteriores, de forma geral englobando o Brasil e o mundo, porém serão relacionadas agora dando ênfase somente para Manaus.

Posteriormente, serão explanadas algumas posturas póstumais municipais voltadas para os espaços fúnebres que foram adotados no Amazonas entre os anos de 1838 até 1967. Houve nesse período quatorze códigos de posturas criados, sendo que somente sete, ou seja, a metade contemplava as necrópoles, nos anos: 1848, 1872, 1896, 1901, 1910, 1920 e 1938. Além desses códigos teve em 1892, o primeiro regulamento designado aos espaços fúnebres do Amazonas.

Nesse ínterim, em 1848, o primeiro capítulo das posturas gerais discorre acerca de quatro artigos referentes aos cemitérios, o segundo artigo que menciona às capelas foi evidenciado no capítulo anterior dessa pesquisa, já os outros, citam as multas que devem ser aplicadas, a disponibilidade de terrenos para a edificação dos mesmos e a proibição de inumações em igrejas, como mostra o último artigo da sessão voltada para os espaços fúnebres.

Art. 5º - Logo que haja cemitérios, será proibido enterrar-se cadáveres nos Templos, ou átrios destes, sob pena de ser multado o infrator em vinte mil réis ou oito dias de prisão. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Por fim, ficou decidido nesse mesmo ano em parágrafo único, que as Câmaras seriam as responsáveis por expedir tais regimentos para a boa administração desses espaços fúnebres.

Em seguida, em 1872, no dia primeiro de junho é promulgada a lei de nº 247, no código de posturas municipais da Cidade de Manaus, na qual traz no título X, os artigos 104 e 105 referentes aos cemitérios e enterramentos, deixando explícito cuidados com a salubridade e o pagamento de multas caso não sejam cumpridos tais regimentos.

Art. 104 – Os cadáveres conduzidos à sepultura deverão ir encerrados em caixões de modo a não exalarem o menor cheiro. Os armadores a quem se incumba o enterramento ou as pessoas pertencentes ao finado pagarão vinte mil réis de multa e o dobro na reincidência se cometerem a infração.

Art. 105 – Os terrenos ao sul dos cemitérios são lugares próprios para enterramento de animais. Os contraventores pagarão dez mil réis de multa por infração. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Segundo Santos (2021) foi proferido pelo governador da época, Eduardo Ribeiro, no dia 18 de outubro de 1892, o primeiro regulamento destinado aos cemitérios públicos do Amazonas, que se deu através do decreto de número 07, ainda que já estivesse definido na constituição federal do ano anterior que os cemitérios seriam seculares e de responsabilidade das

idades, porém, o governo da época não acreditava que as intendências municipais estivessem adaptadas aos assuntos fúnebres, pois o decreto se mostrava abstruso em relação aos serviços fúnebres que deveriam ser realizados.

Sendo assim, a complexidade desses conflitos viria das determinações expostas para esse tempo que prescrevia exumações após três anos de inumação, além de regularização e reutilização das covas. Contudo, os primeiros desenterramentos só se tornariam uma realidade no cemitério São João após 12 anos de sua criação em 1903.

Pouco depois, em 1896, a Intendência Municipal de Manaus através da lei nº 49 de 24 de novembro, publicou o código de posturas do município, nele o capítulo XX era destinado aos cemitérios e enterramentos. Mas também trouxe entre seus artigos, a preocupação que se deveria ter com a preparação e o cuidado com os cadáveres das pessoas mortas, pois eles poderiam causar contaminação, em virtude desse fato, a desinfecção do local do óbito se tornou essencial. Foram dispostos oito artigos destinados aos espaços fúnebres, que vai do artigo 277 até o 284 como vistos a seguir;

Art. 277 – Só nos cemitérios ou lugares licenciados pela Superintendência se permitirá o enterramento de defuntos; ao infrator, 300\$000 réis de multa ou 10 dias de prisão.

Art. 278 – As inumações serão feitas:
a) Das 6 horas da manhã até às 6 horas da tarde, salvo nos casos de epidemia;
b) No prazo máximo de 24 horas, exceção dos casos anormais, atestados por um ponto facultativo ou quando preciso for para diligências policiais;
c) Em caixões hermeticamente fechados;

Parágrafo Único – Os contraventores destas disposições serão multados em 100\$000 réis ou 5 dias de prisão.

Art. 279 – Nos casos de mal contagioso, os caixões para inumação de cadáveres deverão ser forrados de pano de lona impregnado de alcatrão.

§ 1º - O corpo, nesses casos, será amortalhado e depois de colocado no respectivo caixão, ser-lhe-á posto à cal conveniente.

§ 2º - O enterramento se dará depois de satisfeitas todas as exigências da lei.

§ 3º - Aos infratores deste artigo e seus parágrafos, 100\$000 réis de multa.

Art. 280 – A casa em que falecer doente de moléstia contagiosa será rigorosamente desinfetada no prazo máximo de 24 horas depois de retirado o cadáver. Aos contraventores, 50\$000 réis de multa ou 2 dias de prisão.

Art. 281 – Incorrerão na multa de 50\$000 réis aqueles que apresentarem cadáveres para serem inumados sem atestado de competente que prove a identidade do morto e a causa do falecimento.

Art. 282 – As exumações só serão permitidas depois de, pelo menos, três anos do enterramento, salvo nos casos de diligência da polícia ou quando por atestado da Repartição de Higiene do Estado ficar provado não haver inconveniência para a salubridade pública, precedendo, neste caso, comunicação à Superintendência Municipal.

Art. 283 – Aos administradores dos cemitérios cumpre executar, fielmente, as determinações destas posturas.

Art. 284 – É expressamente proibido dobrar a finados. Ao infrator, 20\$000 réis de multa e o dobro da reincidência. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Logo depois, em 23 de agosto de 1901, foi publicado em Manaus, o código de posturas municipais vigentes na lei nº 41, que em relação à lei anterior praticamente não sofreu alterações, exceto em relação aos valores das multas que antes eram de 300\$000 réis e 10 dias de prisão, e foram reduzidos nessa lei que entrou em vigor. Nela são expostos seis artigos que vão do 75 ao 80, sendo evidenciado só um que sofreu mudanças em comparação ao regimento anterior.

Art. 75 – Só nos cemitérios os lugares licenciados pela Superintendência se permitirá o enterramento de defuntos; o infrator pagará 200\$000 réis ou 8 dias de prisão. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Já na lei de nº 639, de 13 de setembro de 1910, aconteceram algumas modificações referentes a novos artigos voltados para os cemitérios de Manaus, neles há menção ao tamanho dos terrenos, o afastamento entre as sepulturas, a profundidade correta para inumações, bem como a possibilidade de incinerações de cadáveres assim que possível após a instalação dos fornos crematórios etc. O capítulo XXIII dessa lei, menciona exclusivamente os cemitérios e os enterramentos, além de conter vinte artigos entre antigos e novos decretos, que compreendem o artigo 336 ao 356.

Art. 337 – Os cemitérios ou lugares de inumações deverão ser instalados longe dos centros populosos, a 300 metros, afastados das habitações.
 Art. 338 – O terreno para cemitério deverá ser moderadamente poroso e formado de granulações até grande profundidade.
 Art. 339 – Para isso, deverão ser escolhidos, de preferência, os terrenos calcários e ferruginosos.
 Art. 340 – Cada cadáver será enterrado em cova separada, que terá no mínimo 1,50 de profundidade sobre 0,80 de largura, devendo ser o comprimento na medida de 2 metros para adultos, e 1 ½ metros para crianças.
 Art. 341 – Entre duas sepulturas contíguas deverá haver um espaço de 60 centímetros. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Ainda segundo os artigos presentes nessa lei, alguns se referem à saúde pública, em relação ao enterramento e transporte dos cadáveres.

Art. 346 – Os enterramentos deverão ser feitos de modo que não prejudiquem a saúde pública.
 Art. 347 – É proibido o transporte de cadáveres em carros em carros que não sejam exclusivamente destinados a isso, sob pena de multa de 100\$000.
 Art. 347 – Os carros fúnebres deverão ser construídos por forma tal, que se prestem as lavagens e desinfecções rigorosas que se tornarem necessárias. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Após 10 anos, surge a lei de nº 1059, de 22 de outubro de 1920, que promulga antigos e novos códigos de posturas municipais referentes aos cemitérios no capítulo XXIV, com 21 artigos referentes aos espaços fúnebres do município que vão do 467 ao 488, sendo mencionados aqui, alguns que fazem referência aos cuidados com suas construções no que se refere ao solo e aos lençóis freáticos, vislumbrando nessa época, uma preocupação ambiental.

Art. 468 – Os cemitérios serão construídos, sempre que for possível, em postos elevados, na contra vertente das águas de alimentação, se houver, fora dos centros populosos e deverão ter uma zona de proteção de cem metros no mínimo.
Art. 469 – A área destinada às sepulturas deverá ser, pelo menos, seis vezes maior que a necessária aos enterramentos prováveis durante um ano.
Art. 470 – O lençol de água naquela área não poderá ter profundidade inferior a dois metros. Em caso contrário, será produzida a depressão do nível das águas subterrâneas por meio de drenagem ou, sendo possível, por certas e determinadas condições, se aumentará a espessura da camada indispensável à inumação, elevando-se assim a sua superfície com obras de terraplanagem. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

Em 29 de julho de 1938, é outorgado o ato de nº 44 como novo código de posturas do Município de Manaus, nesse regimento veio um compilado de todos os artigos vigentes nas leis anteriores, num total de 22 artigos voltados para os cemitérios e enterramentos. A partir dos artigos 646 até o 668, há ainda mais quatro artigos referentes aos necrotérios, do 669 ao 672. Será retirado desse compilado alguns que ainda não foram mencionados anteriormente.

Art. 660 – O enterramento dos cadáveres de pessoas vitimadas por moléstias infectuosas ou contagiosas, sobretudo em épocas epidêmicas, será feito dentro do menor prazo possível depois do óbito, tendo sido satisfeitas as exigências da lei.
 Parágrafo Único – Os cadáveres, nos casos previstos neste artigo, serão envoltos em lençóis fortemente embebidos em solução antisséptica e os caixões serão pregados em toda a sua extensão. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

O necrotério é o local onde ficam os cadáveres à espera de autópsia, ou seja, os corpos são examinados para que se possa identificar a causa do falecimento. Além disso, ele também cuida das questões burocráticas de um funeral, já que emite a declaração de óbito. Em relação aos necrotérios temos os artigos referentes à lei de 1938.

Art. 669 – Os necrotérios deverão ser construídos convenientemente afastados das habitações e o mais próximo possível da margem do rio.
Art. 670 – O estilo de construção será rigorosamente simples, sem ângulos nem reentrâncias, com muita luz e ventilação, tendo impermeabilizados o piso e os pavimentos internos.
Art. 671 – O piso possuirá declive necessário para o fácil e rápido escoamento das águas das lavagens, sempre feitas a jorro largo e intenso.
Art. 672 – As mesas serão de mármore ou vidro; as de autópsia terão a forma conveniente para o rápido escoamento dos líquidos. (Posturas Municipais Amazonas, 2016).

O último decreto foi em 1967, mas ele nada promulgou de novo para os espaços fúnebres. Desse modo, os cemitérios de Manaus foram sendo conduzidos por decretos, regras, normas e regulamentos estaduais e federais, os quais se mostraram incapazes de resolver todas as problemáticas que envolviam as questões fúnebres. Com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em 1981, pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente 6.938/81, regulamentou-se o licenciamento ambiental sanitário e toda a engenharia dos cemitérios.

Em 2007, foi criada a lei 1201/07 que seria responsável por deliberar tudo que fosse relacionado aos espaços fúnebres, porém ela durou pouco tempo, já que foi anulada um ano depois, em agosto de 2008. Ainda em 2008, entrou em vigor no dia 20 de agosto, a Lei 1273/2008 que está vigente até hoje no que se dispõe sobre os espaços fúnebres públicos e privados da Cidade de Manaus, incluindo também os serviços funerários.

Uma das grandes mudanças propostas com essa lei foi que as sepulturas de uso perpétuo nos cemitérios públicos passariam a partir de 2008, a concessão de uso temporário de quatro anos, podendo ser recadastradas, porém isso não garantia que em algum momento a prefeitura não poderia utilizá-las caso fosse preciso abrir espaço para novas inumações.

Segundo informações obtidas em campo com os colaboradores e servidores da Semulsp, o recadastramento da concessão da sepultura deve ser feito a cada quatro anos, e as famílias que não renovarem esse serviço acabam abrindo precedentes para que o espaço seja reutilizado para uma nova inumação. Essa atualização cadastral mostra a preocupação e o interesse que os parentes têm para que o ente querido não perca a posse da concessão, já que ela é temporária.

Por fim, vale ressaltar que se num prazo de oito anos ou mais não for feita essa renovação, os restos mortais são retirados e colocados num saco que pode ir para o ossuário ou serem sepultados juntamente com o novo cadáver na mesma sepultura. Isso acontece em casos de extrema necessidade, já que a família demonstra não ter interesse em manter a concessão temporária da sepultura.

Finalmente, serão expostas algumas políticas públicas criadas e utilizadas na Cidade de Manaus, com o intuito de melhorar as demandas voltadas para esses espaços fúnebres, apresentando condições mais favoráveis à sua utilização em relação a uma otimização espacial mais eficaz, a preservação ambiental, ao papel social, além de contribuírem para uma excelente gestão do espaço urbano.

3.1.1. SOS Funeral

É uma política pública que foi desenvolvida pela Prefeitura de Manaus, com o objetivo de oferecer gratuitamente serviços fúnebres, que possam atender as pessoas de baixa renda, que não conseguem arcar com o preço de um funeral. Sua ação consiste em ofertar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica, acesso a serviços como: remoção do

corpo do morto, seu traslado fúnebre, doação de urna funerária, isenção da taxa de sepultamento e atendimento psicossocial às famílias. O serviço SOS Funeral funciona 24 horas, todos os dias.

Ademais, a abrangência desse programa está voltada para os óbitos ocorridos em Manaus e em sua zona rural, e para que os trâmites acima sejam realizados, a família precisa ter em mãos a certidão de óbito do falecido expedida pelo cartório. Assim sendo, além de cobrir com todos os gastos referentes ao falecido, essa ação social fornece um atendimento psicossocial às famílias que passam pela dor do luto, já que a morte é um dos acontecimentos mais tristes e dolorosos pelo qual alguém que perde um ente querido pode passar.

Atualmente, o programa SOS Funeral, é coordenado pela Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), antes da criação desse serviço, foi extinto o Serviço de Assistência Funerária (SAF) pelo Decreto nº 9284 de 26 de setembro de 2007, e instituído em 20 de julho de 2010, os serviços do SOS Funeral que estavam previstos em Lei Orgânica, através do Decreto 0605.

Referentes a esses serviços funerários excluem-se do SOS funeral, segundo o artigo 10 desse decreto as condições relacionadas abaixo:

- A continuidade de serviços iniciados por funerárias particulares;
- A doação de urna funerária e a isenção da taxa de sepultamento para restos humanos;
- A doação de urna funerária e a isenção de taxa de sepultamento de fetos abaixo de 500 gramas, com menos de 20 semanas de gestação, ou com tamanho inferior a 25 centímetros;
- A higienização e preparação do corpo;
- O serviço de embalsamento;
- A ornamentação com flores, coroas e arranjos de flores;
- A vestimenta mortuária;
- A doação de velas e artigos religiosos diversos para funerais;
- Os serviços de café, lanches e congêneres;
- Os serviços de cremação de corpos e partes de corpos, exceto para óbitos em decorrência de COVID-19 e Síndrome Respiratória Aguda (SRAG), no período da pandemia.

Segundo informações da (SEMASC), o SOS Funeral pode ser acionado de formas distintas dependendo do local em que aconteceram os óbitos. Para o óbito que ocorre de forma natural na residência, à família do falecido deverá se encaminhar a delegacia mais próxima para fazer o registro de boletim de ocorrência (BO), depois solicitar pelo telefone o Serviço de Emissão de Declaração de Óbito (SEDO) pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA), após isto, deve-se ligar para o SOS Funeral, pois o corpo já estará liberado para o traslado com a devida autorização da família. Em casos de Covid-19, segue direto para sepultamento, sem velório.

Quando o óbito acontece em via pública, o Instituto Médico Legal (IML) é que deverá ser acionado, já as mortes que acontecerem em hospitais, maternidades, SPA e IML, o responsável pelo morto deverá se dirigir ao cartório mais próximo da residência do falecido para solicitar a emissão da certidão de óbito, pois só com ela poderá acionar o SOS Funeral e dar entrada em toda a documentação e os tramites necessários para o sepultamento.

Logo, o responsável deverá levar para o cemitério todos os documentos solicitados na figura 78, para que seja feito o sepultamento ou cremação na administração do cemitério. É importante citar que caso a família já tenha sepultura, ela deverá ir com o responsável do jazigo na administração do cemitério para os trâmites de abertura de sepultura familiar. Caso os familiares não tenham essa espécie de sepultura, cabe ao próprio cemitério definir o espaço para o sepultamento.

Figura 78: Documentos necessários para solicitar a movimentação da sepultura.

OBS: Procurar primeiro a Gerência do cemitério, no cemitério, para emitir o histórico da sepultura, levando xerox dos seguintes documentos:	
Concessão ()	Recadastramento ()
VALOR.7 79,72 ADULTO	Obras ()
63,16 CRIANÇA	xerox
RG, CPF do requerente	(<input checked="" type="checkbox"/>)
Comp. de residencia	(<input checked="" type="checkbox"/>)
Cert. De obito	(<input checked="" type="checkbox"/>)
Cert. De casamento	()
DAM (Certidão de Sepultura) ((<input checked="" type="checkbox"/>)
Declaração	()
SEMULSP- Av. Brasil nº 1335 - Compensa I, ao lado do CAIC, próx. ao Mini-Shopping. Departamento de Cemitérios - 98842-1203	

Fonte: SEMULSP.

O cidadão que requerer esse serviço deverá ter em mãos os documentos originais e as cópias do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável legal do falecido. Os documentos da pessoa que faleceu também devem ser apresentados (RG e CPF) com os originais e cópias. A declaração de óbito é um documento exigido e devem ser apresentadas quatro cópias e o documento original deste.

Para o cartório a documentação necessária do responsável será: RG, CPF e o comprovante de residência (original e cópias). Já os documentos do falecido serão: RG, CPF, título de eleitor, certidão de casamento (caso seja casado) ou certidão de nascimento (no caso de solteiros), além da declaração de óbito (guia amarela) e comprovante de residência.

Em 2021, foram realizados mais de três mil atendimentos. Durante a segunda onda da pandemia de Covid-19, a Semasc ampliou a capacidade de atendimento do SOS Funeral, diante da demanda crescente de óbitos na capital do Amazonas.

Segundo informações da prefeitura e da (Semasc) o número de veículos que atendem o serviço passou de cinco carros para dez, sendo cinco vans e cinco Kombis, com capacidade total para transportar até 30 corpos simultaneamente. A secretaria também recebeu mais Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e macacões para os servidores que atuaram na linha de frente na remoção dos corpos. As figuras 79 e 80 mostram os veículos utilizados nesse serviço fúnebre bem como a ação dos funcionários em um dos cemitérios da cidade.

Figura 79: Carros do SOS Funeral.



Foto - Marcely Gomes / Semasc.

Figura 80: Vista aérea do cemitério Nossa Senhora Aparecida no início de 2021.



Foto: Michael Dantas/AFP.

3.1.2. Cemitérios Verticais

Os cemitérios verticais ocupam de forma inteligente os espaços urbanos e reduzem os impactos ambientais, além de serem modernos, tornaram-se uma ótima tendência para o futuro, já que agregaram uma série de vantagens aos familiares, ao meio ambiente e ao mundo.

Dessa forma, a família terá graças às tecnologias e ao espaço coberto, segurança, rapidez, eficácia, proteção térmica e conforto no atendimento. Porém, para poderem usufruir dessas comodidades, os familiares devem pagar uma taxa de manutenção para a assistência, a conservação do local e o tratamento dos fluidos resultantes da putrefação dos cadáveres inumados.

Já para o meio ambiente, as necrópoles verticais reduzem os impactos ambientais por inumarem os mortos acima dos solos, em compartimentos semelhantes as gavetas, denominados de lóculos, onde os corpos são sepultados e devidamente lacrados, evitando assim, a poluição dos solos e dos lençóis freáticos. Nesses espaços fúnebres a vedação dos lóculos impede que os resíduos ou gases resultantes da decomposição cheguem ao público, impedindo assim qualquer tipo de contaminação.

A verticalização dos cemitérios, apesar de ser uma das melhores opções para o futuro das cidades, apresenta mudanças significativas na cultura em relação à forma de sepultar os mortos e com isso precisará romper paradigmas tradicionais, já que as sociedades são acostumadas a inumar seus entes queridos em cemitérios horizontais, ou seja, diretamente na terra, o que irá acontecer de maneira oposta nesse novo modelo fúnebre com enterramentos acima dos solos em edifícios.

Dessa maneira, para as famílias que não são adeptas a ideia de queimar seus mortos, a verticalização da morte faz com se tenha um aproveitamento espacial mais eficaz. Pois, ao invés de construir novos espaços fúnebres da forma tradicional que é a horizontal, a verticalização poderá ser realizada em um único campo santo, sendo em uma edificação por andares, resultando assim, num modelo ideal para os espaços urbanos.

Já para as famílias adeptas a cremação, mas que não querem se desfazer das cinzas do seu ente querido, o corpo pode ser cremado e guardado num cinerário presente nos cemitérios verticais como mostra a figura 80. Eles guardam as cinzas resultantes da cremação, com uma estética fúnebre diferenciada aparentando pequenas vitrines, nas quais são expostas as cinzas, esses espaços medem 30 cm de largura, 64 cm de altura e 58 cm de profundidade.

Figura 81: Recipientes onde as cinzas ficam guardadas após a cremação e expostas no cinerário do Memorial Vera Cruz.



Fonte: blog.memorialveracruz.blog.br

Os cinerários são indicados para as famílias sepultarem as cinzas resultantes da cremação, além de se tonarem um lugar para orações, homenagens e reverência ao seu ente querido, dependendo das crenças e valores, os parentes podem expor além dos restos mortais incinerados, objetos pessoais ou religiosos, decoração, identificação, flores, fotos etc. A figura 81 mostra como é o cinerário de um cemitério vertical.

Figura 82: Cinerário da Necrópole Ecumênica de Santos em São Paulo.

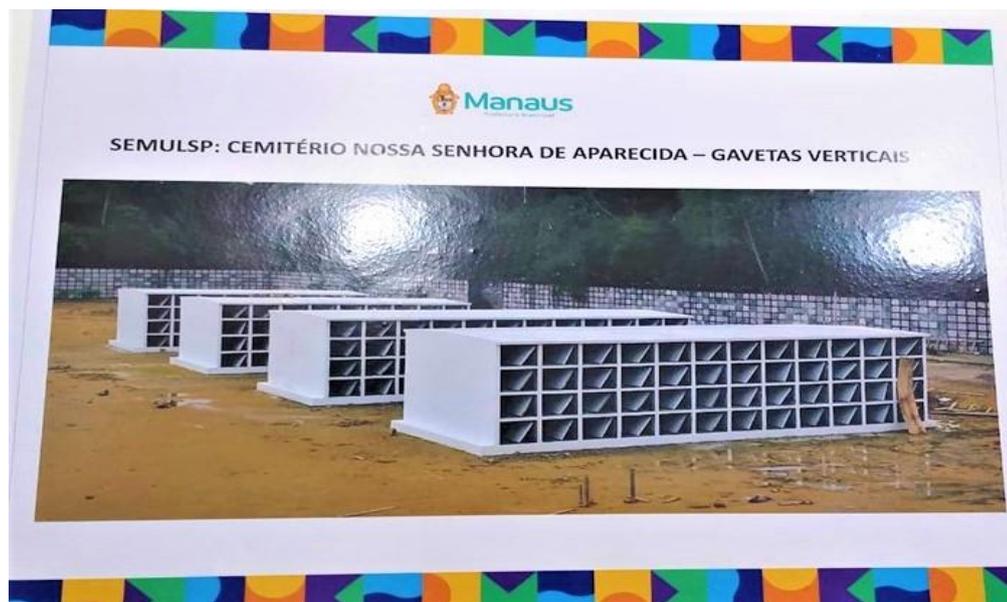


Fonte: Cinerário - Memorial Necrópole Ecumênica (lwsite.com.br).

Em Manaus os cemitérios públicos seguem um estilo tradicional do país, ou seja, a maior parte deles é na forma horizontal, onde dependendo da demanda os espaços disponíveis tendem a se esgotar com mais rapidez, havendo assim, a necessidade de se construir novas necrópoles ou adotar outras medidas como exumações, retiradas de ossos para ossuários ou concessões temporárias de sepulturas para que sejam liberados espaços fúnebres para novas inumações.

Manaus não tem um projeto que vise contemplar os espaços fúnebres. Segundo informações obtidas em março de 2022, na Secretaria de Limpeza Pública (Semulsp), no Departamento dos Cemitérios (DECEM), os colaboradores informaram desconhecer qualquer intenção da Prefeitura da Cidade em construir novas necrópoles horizontais na urbe. Enfatizaram que isso depende muito de cada gestão, e que a atual, no presente momento, estava realizando a revitalização dos cemitérios públicos urbanos já existentes, assim como construindo gavetas verticais como mostra a figura 82, dentro do único campo santo que ainda dispõe de espaços para novas inumações.

Figura 83: Imagem de um folder na SEMULSP mostrando como seriam as gavetas verticais.



Fonte: Autoria própria.

Essas gavetas verticais foram inauguradas no Dia do Índio em abril de 2022, e foram inseridas na parte frontal da Necrópole de Nossa Aparecida, tendo como objetivo homenagear e destinar esses cacifos fúnebres aos povos originários, como uma forma de reconhecimento da contribuição deles na formação da cultura local da cidade. Por isso, esse espaço fúnebre foi destinado aos indígenas e recebeu o nome de “Cemitério Indígena de Manaus Yane Ambiratá Rendáwa Bara Upé”.

Com nome indígena que significa, a “Casa de Retorno”, ele é considerado o primeiro cemitério indígena urbano do Brasil. Esse espaço fúnebre é resultado da participação conjunta das secretarias municipais e da prefeitura de Manaus, com o objetivo de homenagear e reconhecer a importância dos primeiros habitantes e verdadeiros donos da nossa terra.

Na cultura indígena, a noção de morte não existe, já que para eles esse momento significa uma passagem para outra forma de existência humana, eles acreditam que o morto vai para uma casa na qual repousa e reencontra com seus ancestrais. Por esse motivo, o cemitério deles é chamado de casa de retorno ou repouso. Nela, eles aguardam esse reencontro metafísico, no qual o corpo se transforma nos elementos da natureza: ar, água, solo, flora e fauna.

Segundo informações da prefeitura, o cemitério foi inaugurado no dia dos povos indígenas e recebeu sua primeira inumação um mês depois, em 20 de maio de 2022, foi enterrada uma mulher da etnia Kokama. Ela se chamava, Lívia Marinho Yahuri Kokama, e tinha 21 anos,

esse sepultamento recebeu apoio do SOS Funeral que é coordenado pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc).

Portanto, para o presidente da Fundação de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), Alonso Oliveira, este campo santo representa mais que um espaço fúnebre dedicado a rituais e cerimônias de passagem aos mais de 20 mil indígenas que vivem na cidade e seus arredores, representa, além disso, o reconhecimento da pluralidade cultural dos povos e o resgate da memória ancestral que será cultuada e se manterá viva para as gerações futuras.

3.1.3. Crematórios

Os crematórios seriam entre as alternativas existentes para o descarte final dos mortos, a mais eficaz, pois não precisaria construir cemitérios, muito menos se preocupar com espaços disponíveis nos que já existem, sem contar que esse processo de cremar é mais higiênico e benéfico para o meio ambiente por evitar a proliferação de doenças e a contaminação dos solos.

Além de ser uma ótima alternativa ambiental é também uma forma de economia financeira e espacial, pois os monumentos cemiteriais ocupam muito espaço quando estão inseridos tanto na área urbana, quanto na rural. O ato de queimar o morto traz também um custo-benefício, pois não será preciso gastar com compra de jazigos, ossuários, sepultamento, serviços funerários e as taxas de manutenção e conservação do local.

Todavia é uma prática fúnebre que encontra várias barreiras, entre elas, a proibição dos familiares que por uma tradição cultural preferem enterrar seus mortos, já o outro empecilho, seria o custo financeiro mais elevado para que as famílias pudessem cremar seus entes queridos.

Em Manaus, não há crematórios públicos disponíveis que possam atender a demanda da população que queira cremar seus mortos. No período crítico da pandemia da COVID 19, a prefeitura acabou realizando o pagamento de algumas cremações com o intuito de evitar que os espaços fúnebres vagos para sepultamento terminassem.

Em relação aos cemitérios privados, esta seria a melhor opção dentre as disponíveis, já que seria um único gasto, pois com a prática comum de inumar, os gastos seriam constantes com manutenções, taxas, recadastramentos e transferências. No caso do cemitério público, quem paga toda a manutenção do espaço fúnebre é a prefeitura do município.

Na cidade de Manaus, o gasto que uma família terá ao inumar um ente querido em um cemitério público será totalmente inferior a um particular, pois só terão dois gastos fixos e comuns

a todos que utilizam o espaço fúnebre. Esses valores são referentes à taxa de concessão de posse temporária da sepultura que, atualmente, é de R\$ 79,72 para adultos e de R\$ 63,16 para crianças e a taxa de sepultamento que é R\$ 29,48 para adultos e de R\$ 21,48 para crianças.

Já os demais valores são referentes às licenças para obras feitas no túmulo como: lápide jazigos, capelas, mausoléus, gavetas, porão bem como aumento de área ocupada pela sepultura. O tamanho normal para adultos seria de (1,20 X 2,00) e para crianças de (0,80 X 1,20), se a família for construir um jazigo maior, terá que pagar pela diferença da área que será ocupada, isso se houver disponibilidade de espaço.

Assim sendo, os valores das construções dos jazigos e mausoléus não são pagos para a administração dos cemitérios públicos, o que é pago são somente as licenças que permitem essas edificações fúnebres. A família paga externamente para um zelador ou coveiro, o valor cobrado para os serviços que quiserem fazer no túmulo. Logo abaixo na figura 84, podem-se identificar quais os valores referentes aos serviços solicitados dentro dos espaços fúnebres públicos da Cidade de Manaus, conforme atualização das Unidades Fiscais Municipais (UFM).

Figura 84: Valores dos serviços fúnebres.

**VALORES ATUALIZADOS PELA UFM/2022,
EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2023
VALOR DA UFM = R\$ 134,77
10% DA UFM = R\$ 13,48
TAXA DE EXPEDIENTE = R\$ 13,48**

*** TAXA DE SEPULTAMENTO DE:**

ADULTO= (1,20X2,00) R\$ 16,00 +TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = 29,48
CRIANÇA= (0,80X1,20) R\$ 8,00 +TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = 21,48

***CONCESSÃO DE USO:**

ADULTO= (1,20X2,00) R\$ 66,24 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 79,72
CRIANÇA= (0,80X1,20) R\$ 49,68 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 63,16

*** DIFERENÇA DE ÁREA: DE MENOR PARA MAIOR R\$ 39,74**
+ TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 53,22

10 cm= R\$ 3,31 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 16,79
20 cm= R\$ 6,62 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 20,10
30 cm= R\$ 9,93 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 23,41
40 cm= R\$ 13,24 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48=R\$ 26,72

*** TAXA ENTRADA E SAÍDA DE OSSOS= R\$ 10,54 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 24,02**

***OBRAS**

***LICENÇA PARA COLOCAÇÃO DE LÁPIDE R\$ 10,54 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 24,02**
***LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO DE CAIXILHO:**

MAIOR= (1,20X2,00) = R\$12,64 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 26,12
MENOR= (0,80X1,20) = R\$ 5,05 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = R\$ 18,53

***LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA, JAZIGO E MAUSOLEU, SEM GAVETA OU PORÃO:**

METRAGEM DE ADULTO (1,20X2,00) = R\$ 25,29 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= 38,77
METRAGEM DE CRIANÇA (0,80X1,20) = R\$ 10,11 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48 = 23,59

10 cm = R\$ 26,56 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 40,04
20 cm = R\$ 27,82 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 41,30
30 cm = R\$ 29,09 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 42,51
40 cm = R\$ 30,35 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 43,87

***LICENÇA P/ CONSTRUÇÃO DE CAPELA, JAZIGO, MAUSOLÉU COM GAVETA OU PORÃO:**

METRAGEM DE ADULTO (1,20X2,00) = R\$ 51,09 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 64,57
METRAGEM DE CRIANÇA (0,80X1,20) = R\$ 20,23 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 33,71

10 cm= R\$53,12 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 66,60
20 cm= R\$ 55,65 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 69,13
30 cm = R\$ 58,18 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 71,66
40 cm = R\$ 60,71 + TAXA DE EXPEDIENTE R\$ 13,48= R\$ 74,19

Fonte: SEMULSP.

Durante o surto epidêmico da COVID19 em Manaus, a cremação foi uma alternativa encontrada para o descarte final dos mortos, as famílias que aceitaram essa prática fúnebre e não

tinham como pagar pelo procedimento recebeu ajuda da prefeitura, que custeou tudo com medo de se esgotarem os espaços para sepultamentos devido a elevada taxa de mortalidade que a cidade estava tendo nesse período. O intuito era aliviar a pressão maior que acontecia no Cemitério Nossa Senhora Aparecida, o único com sepulturas disponíveis para novas inumações.

Assim, a Semulsp (Secretaria Municipal de Limpeza Urbana) informou que esse serviço de cremação custou a Prefeitura de Manaus R\$ 2,5 milhões até outubro de 2020, sendo que havia sido feito um contrato inicial em abril desse mesmo ano no valor de R\$ 1.260.000,00, porém devido à alta demanda teve renovação no dia 21 de outubro no mesmo valor e estaria em vigência até abril de 2021. Ainda de acordo com a Prefeitura de Manaus, a empresa que prestou o serviço de cremação foi o Cemitério Parque Recanto da Paz, que é uma necrópole particular, localizado no km 13 da Rodovia Manoel Urbano, no município de Iranduba. Nesse período crítico e caótico que Manaus vivenciou de urgência e demanda, foi dispensada a licitação antes do contrato, em virtude da extrema necessidade. No contrato constava a exigência de cremação de 450 corpos, no qual cada um sairia no valor de R\$ 2,8 mil. A figura 85 mostra o crematório desse espaço fúnebre.

Figura 85: Crematório do Cemitério Parque Recanto da Paz.



Fonte: Autoria própria.

Diferentemente dos cemitérios públicos, os cemitérios privados cobram por sua manutenção e pela conservação de suas sepulturas, a família que não mantiver esses valores em dia, precisará quitar quando for enterrar outro ente querido, senão será impedida a inumação. O grupo Recanto da Paz, além de ser um campo santo, ainda possui crematório, funerária própria e

serviços fúnebres, todos pagos em planos separados. As figuras 86 e 87 evidenciam quais são esses serviços e seus valores.

Figura 86: Divulgação dos valores fúnebres em outdoor.



Fonte: Autoria própria.

Figura 87: Informações dos serviços ofertados pelo grupo Recanto da Paz.



Fonte: Autoria própria.

O Cemitério Recanto da Paz foi à primeira empresa a disponibilizar esse serviço de cremação no Amazonas, e precisou se adaptar ao momento dramático que todos estavam vivenciando com a pandemia da COVID19 em 2020, mesmo já atuando no estado desde o ano de 2011, prestando serviços as famílias enlutadas. Além de atuar como a única empresa que disponibilizava o serviço de cremação, ainda sofreu na prática, o impacto que os números elevados de inumações causavam de uma hora para outra. Pois, segundo alguns dos seus colaboradores, o número normal de sepultamentos diários que era de cinco, pulou para 45 no período crítico da pandemia.

Segundo o Ministério da Saúde, nesse período conturbado, a melhor alternativa para o descarte final de mortos vítima da COVID 19, seria a cremação dos corpos, pois com eles queimados, não haveria o perigo de transmissão do vírus mesmo após a morte, já que o corpo seria incinerado. Além da cremação para as pessoas em vulnerabilidade social, a prefeitura também disponibilizou os serviços do SOS Funeral e da Semasc (Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania).

Como o Cemitério Recanto da Paz era o único com crematório e em virtude da necessidade e da demanda do momento, acabou sendo inaugurado na Cidade de Manaus em 16 de setembro de 2021, o Amazon Crematório Pet, o primeiro crematório destinado aos animais, o qual foi anexado junto ao crematório humano, e está localizado na Rua Esus, no bairro Tarumã-Açu na zona oeste da capital. Esse empreendimento foi resultado do investimento de empresas privadas em parceria com a prefeitura.

O sócio e diretor executivo do crematório, Márcio Nery, comentou sobre a estrutura do local e a importância do convênio com a Prefeitura de Manaus, afirmando que eles procuraram fazer um atendimento digno às famílias de Manaus, e para todas as classes de pessoas. “Ontem, nós acompanhamos a retirada dos animais lá no porto, e acreditamos que é preciso haver a conscientização da população, para que o animal também receba dignidade”, afirmou Nery.

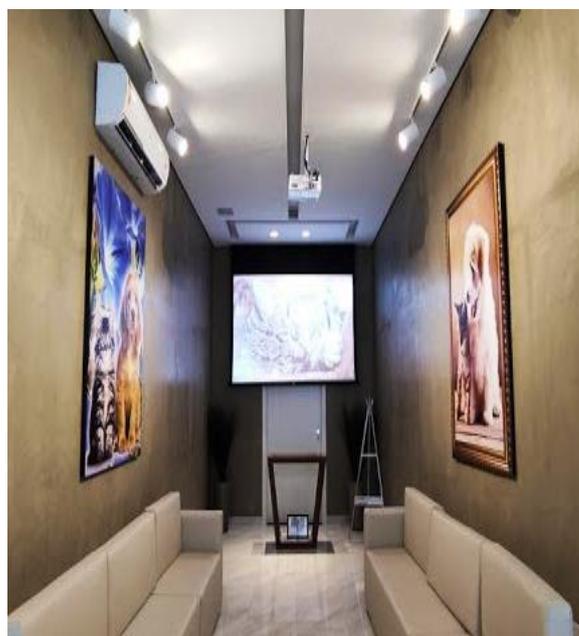
O espaço possui duas salas tecnológicas para velórios presenciais e a distância, salas de cremação, espaços sociais e administrativos, venda de urnas funerárias e quarto para descanso, o empreendimento é, segundo os proprietários, o mais moderno da América Latina, em cremação humana e animal, garantindo um tratamento digno às pessoas que necessitam utilizar o serviço. As figuras 88 e 89 mostram equipamentos e um pouco da infraestrutura desse lugar.

Figura 88: Veículo utilizado no Amazon Crematório Pet.



Fonte: google.com.

Figura 89: Espaço social do Amazon Crematório Pet.



Fonte: google.com.

3.1.4. Ossuários

A Secretaria de Limpeza Pública de Manaus (Semulsp) está trabalhando para melhorar o sistema de rotatividade das sepulturas e viabilizar as construções dos ossuários que estão em andamento, sendo um geral e um individual, para que possam atender com mais tranquilidade às demandas da cidade, assim como amenizar a lotação dos cemitérios. Esses ossuários foram construídos no Campo Santo de Nossa Senhora Aparecida, e as obras estão a cargo da empresa “AS Construções e Comércio Ltda”, os valores investidos pela Prefeitura de Manaus nessas construções fúnebres serão de R\$ 2.069.981,44.

Com a construção desses ossuários conforme o uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da [Lei Orgânica](#) do Município de Manaus e o disposto na Lei nº [1.273](#), de 20 de agosto de 2008, a Prefeitura publica o decreto nº 4.638, de 23 de outubro de 2019, definindo como seria feita a utilização desses espaços e o preço público para a sua aquisição. Considerando o disposto na Lei e a justificativa técnica presente nos autos do processo o teor do Ofício nº 781/2019 - ASJUR/GS/SEMULSP e o que consta nos autos do Processo nº 2019.18911.18923.0.000275 (Volume 1) SIGED, DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado o preço público para utilização do Ossuário Individual, a ser praticado pelo Município, por meio da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP.

Art. 2º – A remoção dos restos mortais das sepulturas temporárias localizadas no Cemitério Nossa Senhora Aparecida poderá ser solicitada pelo titular da sepultura, desde que cumprido o prazo estabelecido no § 3º do art. 20 da Lei nº [1.273](#) de agosto de 2008.

Parágrafo único. O preço público para utilização do ossuário por um período de 12 (doze) meses é de 1,11 (um vírgula onze) UFM's por lóculo.

Art. 3º – Os titulares de sepulturas temporárias que desejarem fazer utilização do Ossuário Individual devem se dirigir à SEMULSP para cadastro e emissão do Documento de Arrecadação Municipal - DAM para pagamento.

Art. 4º – Não havendo interesse dos titulares em adquirir o lóculo no Ossuário Individual, os restos mortais serão transferidos para o Ossuário Coletivo Identificado, sem custos e as informações sobre o lóculo utilizado ficarão registradas em livro específico na Administração do Cemitério.

Art. 5º – O inadimplemento por prazo superior a 90 (noventa) dias para a utilização de lóculo do Ossuário Individual autoriza o Município a transferir os restos mortais para o Ossuário Coletivo Identificado, sem custos.

Parágrafo único. A transferência somente será efetivada após a comunicação ao titular e concessão de prazo de 15 (quinze) dias úteis para regularização, o que obriga o titular a manter atualizado seu endereço e demais dados de contato junto à SEMULSP.

Art. 6º – Fica autorizado ao Secretário Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP a expedição de atos para operacionalização deste Decreto.

Art. 7º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Desta maneira, os ossuários são caixas usadas para guardar os ossos depois da fase inicial de sepultamento, vencidos o prazo para que a concessão temporária da sepultura seja renovada, a Prefeitura exuma os cadáveres para que possam ser abertas novas vagas para

inumações, com isso, os restos mortais exumados são colocados em sacos e depositados em um ossuário. Manaus possui seis espaços fúnebres no perímetro urbano, sendo que somente em um deles tem ossuário ativo que é o de Nossa Senhora Aparecida como mostram as figuras 90 e 91. Nesse cemitério ainda há espaços disponíveis para novas inumações, justamente, em virtude desses ossuários, que acabam servindo como opções para que se possam abrir mais espaços para novos enterramentos, já que, muitos restos mortais de indigentes sem identificação são encaminhados a eles.

Fonte: Autorial própria.

Figura 90: Ossuário Coletivo do Cemitério Nossa Senhora Aparecida.



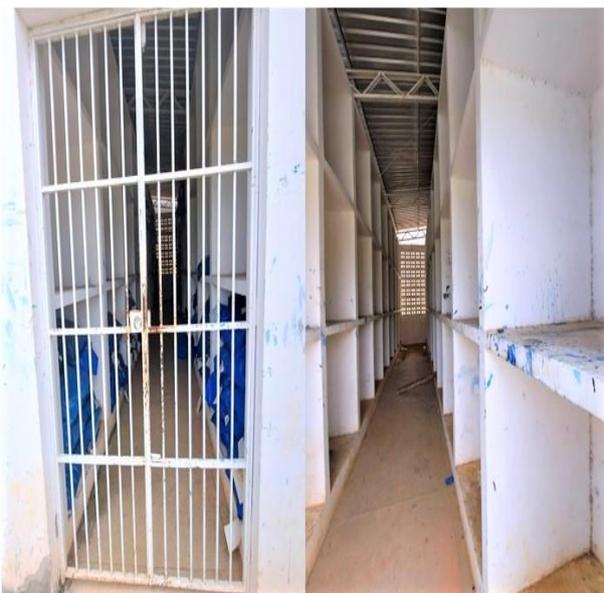
Fonte: Autorial própria.

Figura 91: Sacos fúnebres onde ficam os ossos humanos no ossuário.



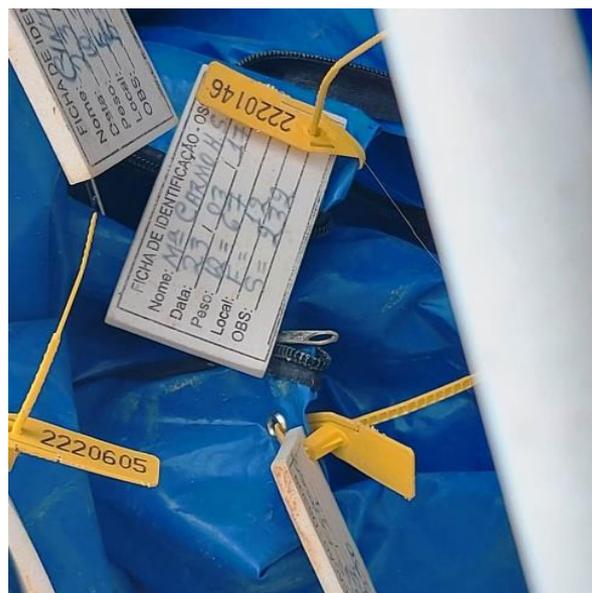
Desses três espaços fúnebres destinados aos restos mortais, somente um deles está totalmente completo, outro está pela metade de sua lotação e o último vazio. Os sacos onde ficam os ossos, possuem a identificação do morto, como mostram as figuras 92 e 93.

Figura 92: Espaço interno do ossuário no cemitério de Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Autoria própria.

Figura 93: Identificação dos mortos nos sacos fúnebres.



Fonte: Autoria própria.

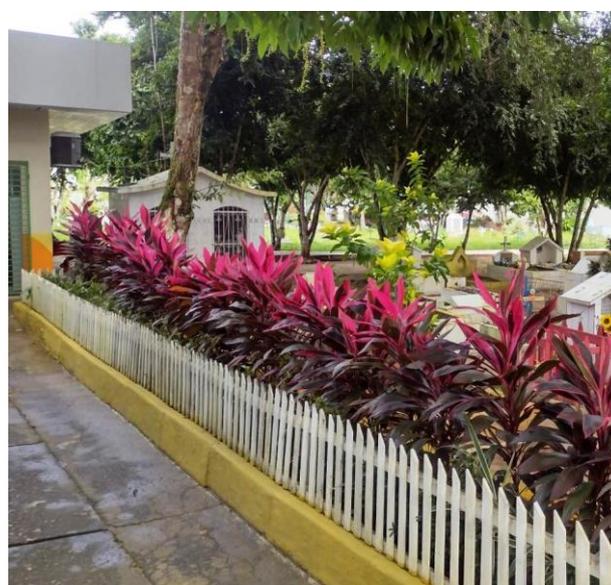
O Cemitério Santo Alberto evidenciado na figura 94, também possui um ossuário como mostra a figura 95, porém ele está inativo, pois a maior parte das sepulturas utilizadas nesta necrópole são de uso perpétuo, além de atenderem exclusivamente aos moradores do bairro Antônio Aleixo, esses sepulcros só podem ser utilizados por pessoas de outros bairros, em casos exclusivos de famílias que adquiriram concessão temporária da cova antes da pandemia da COVID19, após a pandemia, o espaço fúnebre se tornou restrito a comunidade.

Figura 94: Frente do cemitério Santo Alberto.



Fonte: Autoria própria.

Figura 95: Ossuário inativo do cemitério Santo Alberto.



Fonte: Autoria própria.

As demais necrópoles por terem sepulturas de uso perpétuo, não possuem a necessidade de retirar os ossos para a abertura de novos espaços, já que ao inumar alguém, os ossos do cadáver anterior sepultado são colocados num saco específico e sepultado com o novo cadáver e assim sucessivamente, diferentemente do Cemitério de Nossa Senhora Aparecida, o qual possui sepulturas mistas de uso perpétuo anterior à lei de 2008, e de uso temporário a partir de 2008. Por ser a única necrópole com espaços disponíveis e apresentar uma alta demanda, precisam utilizar essas alternativas para que esses espaços não acabem.

Algumas famílias utilizam na construção dos seus jazigos, espaços disponíveis para colocar os ossos, caso haja necessidade de sepultar outro familiar. Assim, os ossos do cadáver exumado não serão inumados junto com o morto mais recente da família. Esses espaços ficam na parte de cima, geralmente representando o formato de um triângulo como se fosse a cobertura de uma casa normal, mas nesse caso a morada final daquele falecido.

A seguir na figura 96 um modelo de jazigo de uso perpétuo dentro do Cemitério São Francisco com gavetas verticais e acima delas um pequeno espaço destinado aos ossos, ou seja, um ossuário próprio na sepultura feito a mando da família, dispensando assim, a necessidade de um ossuário público.

Figura 96: Modelo de sepultura com três gavetas e com ossuário próprio acima.



Fonte: Autoria própria.

Há outro ossuário público, ele está inserido dentro do Cemitério São João Batista como mostra a figura 96, porém está inativo para utilização, já que está lacrado com os restos mortais das pessoas que foram inumadas na antiga Necrópole de São José que foi removida. Além desse ossuário, vieram também alguns sepulcros antigos.

Figura 97: Ossuário do cemitério São José que foi removido para o cemitério São João.



Fonte: Autoria própria.

No Campo Santo Parque de Manaus que é privado, também há um ossuário como mostra a figura 98, mas ele está lacrado, nele foram colocados os restos mortais que estavam em sepulturas inadimplentes ou nas que os familiares simplesmente desapareceram.

Figura 98: Ossuário no cemitério Parque de Manaus.



Fonte: Autoria própria.

3.2. TIPOS DE SEPULTURAS EM MANAUS

Os campos santos públicos são submetidos às normas do Poder Público sendo de caráter secular, as necrópoles inseridas no município de Manaus tanto no perímetro urbano quanto

no rural são administradas, mantidas e fiscalizadas pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp), e sua coordenação estão sob a incumbência do Departamento de Cemitérios (DECEM).

Segundo o Art. 16. Da Lei 1.273/2008, as sepulturas dos cemitérios municipais são bens do domínio público de uso especial, que serão concedidos aos particulares, pessoas físicas, na forma desta lei, não podendo ser alienadas, seja por venda, doação, transferência ou qualquer forma. Dessa forma, pela Lei 1.273/2008 que está em vigor até hoje, existe uma classificação das sepulturas existentes em Manaus, sendo divididas em quatro tipos; perpétua, temporária, perpétua com interesse de preservação e auxílio público.

Mudanças com o advento da Lei 1.273/2008

➤ *Os sepulcros de uso perpétuo são concessões permanentes adquiridas antes da 1.273/2008. Nesse tipo de cova, não há necessidade de colocar os restos mortais em ossuários, pode inumar o cadáver mais recente junto aos ossos do mais antigo.*

➤ *As sepulturas de uso temporário foram concedidas a partir da 1.273/2008, que estipula um período de quatro anos para a sua utilização podendo ser renovado caso não exista necessidade de espaço para o sepultamento de novos cadáveres. Após a exumação a família tem três opções: sepultar os ossos com o morto mais recente a ser inumado, colocar os ossos no ossuário se tiver essa possibilidade e por fim cremar os despojos fúnebres.*

➤ *Os túmulos de uso perpétuo com interesse de preservação são aqueles com grande valor histórico, arquitetônico e cultural. Geralmente de pessoas importantes e que contribuíram de alguma forma para a história e a cultura de Manaus.*

➤ *As covas de auxílio público são aquelas doadas pela Prefeitura de Manaus, que é o poder executivo da cidade ou pela Câmara dos Vereadores, que representa o poder legislativo, ambos podem fazer essa doação que irá contemplar famílias que não tem condições de custear uma. Além disso, pode ser acionado outro auxílio que é o SOS Funeral para os serviços funerários também sejam gratuitos.*

Independentemente se as covas são de uso perpétuo ou temporário, ambas são de domínio público, por isso, não se confere nenhum tipo de título de propriedade a particulares, o que acontece é a posse legal delas para os seus usuários.

3.2.1. Problemas enfrentados nos cemitérios

Na pesquisa de campo realizada junto aos colaboradores e servidores da Semulsp, eles relataram que os problemas que mais ocorrem nos cemitérios públicos da Cidade de Manaus são: roubos diversos envolvendo a infraestrutura dos jazigos perpétuos, sendo estes furtos de grades de ferro, placas de bronze, plástico, mármore etc. Além dos problemas dos roubos, ainda acontece em alguns espaços fúnebres o uso de drogas. Pois, como os cemitérios são lugares discretos e calmos, algumas pessoas pulam os muros e utilizam entorpecentes.

Alguns dos problemas mencionados anteriormente foram amenizados na atual gestão do Prefeito David Almeida, que passou a colocar guardas nas portarias, enfatizando que a criminalidade acontece com mais frequência em cemitérios localizados em área vermelha, ou seja, consideradas as mais perigosas dentro do espaço urbano.

Além disso, a gestão atual que está desde janeiro de 2021, aproveitou o protagonismo dos cemitérios, os quais ganharam grande notoriedade devido à pandemia da COVID19, pois segundo informações in loco dos servidores da Semulsp inseridos nos espaços fúnebres da Cidade de Manaus, eles eram esquecidos pelas gestões públicas que ficaram à frente da sua administração e só ganharam revitalizações devido ao cenário caótico que a capital vivenciou sendo capa de jornal e notícias com enfoque nacional e mundial. Essa visibilidade resultou em melhorias de infraestrutura nos cemitérios, e uma melhor qualidade nos trabalhos desenvolvidos pelos servidores dentro desses espaços fúnebres.

Ainda segundo informações da Prefeitura de Manaus, as ordens de serviços referentes às revitalizações dos 10 cemitérios públicos foram publicadas em janeiro de 2022, em jornais locais, que informavam que não importava se os espaços fúnebres eram urbanos ou rurais, todos sem distinção, ganhariam reformas em sua infraestrutura, essas obras de reparo e manutenção desses espaços públicos seriam realizadas pela Semulsp e pela empresa contratada Syria Engenharia E Construção Eireli, sendo concluídas num prazo de 90 a 120 dias.

“A Prefeitura de Manaus vai reformar os dez cemitérios de nossa responsabilidade; e eu, em nome do prefeito David Almeida, estou entregando as ordens de serviços para todos eles. As obras vão começar e terminar de uma vez só. Cemitério é uma coisa que eu respeito muito, que é o único caminho certo que um dia iremos para ele. Então, sempre me revoltei em ver como era dado o tratamento aos cemitérios. São seis na área urbana e quatro nas áreas rurais, que vão receber as reformas”, destacou Sabá Reis. (Jornal Real Time 1, 4 de janeiro de 2022).

Logo, mesmo os espaços fúnebres sendo monumentos históricos edificadas e visíveis nas paisagens, foram poucos os momentos da história nos quais eles foram evidenciados de fato

como mereciam, nos períodos moderno e contemporâneo, praticamente se tornaram invisíveis, pois para muitas pessoas são lugares que representam medo e aversão. Dessa forma só são procurados quando existe a necessidade.

3.2.2. As sepulturas de Manaus podem ser transferidas?

Antes da lei de 2008, voltada para as atualizações e mudanças de procedimentos em relação aos espaços fúnebres da cidade de Manaus, acontecia dentro das necrópoles um verdadeiro comércio de sepulturas, no qual ocorriam as transferências para pessoas sem terem vínculo consanguíneo. Porém, isso foi ganhando uma grande proporção, pois quando fizeram as alterações, incluíram essa situação de comercialização interna, nela passou a ser proibida a transferência, ficando disponível somente o recadastramento para pessoas que fazem parte da família, com essa mudança essa comercialização parou de acontecer.

Dessa forma, quando o proprietário da sepultura falece, algum familiar assume como responsável legal, geralmente, os herdeiros, filhos ou outros parentes consanguíneos. Porém a sepultura é intransferível e continuará no nome do titular que a solicitou. Os herdeiros permanecem somente com a responsabilidade legal sobre aquele espaço fúnebre.

3.2.3. Uma cova pode servir para quantos cadáveres?

Uma mesma sepultura pode ser utilizada por várias pessoas da mesma família de sangue, porém isso só poderá acontecer num intervalo de quatro anos, para o sepultamento de cada cadáver, pois é o tempo mínimo seguro que o corpo poderá estar com a sua decomposição completa, antes disso, se torna inviável a recava da mesma cova, por motivos como odores, necrochorume etc. Assim sendo, esse é o prazo mínimo para que o cadáver já possa estar só os ossos, ele será retirado e colocado em um saco específico para ossos, após isso é inumado um novo morto e o saco com os restos mortais do cadáver anterior será colocado junto no mesmo sepultamento e assim por diante com os próximos que precisarem utilizar o mesmo espaço.

Esse prazo de quatro anos geralmente é estipulado pelos cemitérios, pois na *Lei 1.273/2008* o prazo é de três anos. Porém, segundo informações obtidas por colaboradores dos cemitérios da cidade, eles dão um ano a mais, para não haja nenhum problema como, por exemplo, o cadáver ainda não estar totalmente decomposto. Vale ressaltar que quanto mais profundo for enterrado um cadáver, mais tempo ele será preservado, e irá demorar ainda mais para se desintegrar.

Além disso, há casos em que esse tempo de decomposição do cadáver se torna muito mais prologando, ultrapassando mais de quatro anos, esse é o caso dos mortos que são embalsamados antes da inumação, eles geralmente levam de cinco até dez anos para se decomporem por completo. Essa preservação do cadáver se dá em virtude de uma técnica que retira todos os fluidos naturais do corpo, os quais são responsáveis pela decomposição depois da morte, posteriormente, coloca-se uma solução contendo água e formaldeído no lugar dos fluidos naturais, impedindo a decomposição e garantindo uma maior preservação do corpo.

3.2.4. Os cemitérios de Manaus possuem sistema integrado?

Infelizmente os cemitérios públicos não possuem um sistema integrado de informações, eles são arcaicos, já que pouco era investido nesse setor. Entretanto, com a pandemia acabaram virando atração perante os políticos, que para se promoverem começaram a pensar em atribuir a eles visibilidade, pois foram os monumentos espaciais protagonistas nos piores momentos pelos quais a cidade passou. Na atual gestão todos passaram por pequenas reformas, como limpezas e pinturas, e alguns deles que não dispunham de computadores acabaram recebendo alguns, porém sem a intenção de informatizarem as informações. Eles só serviam para serem utilizados nas impressões de documentos e dados de inumados.

Os dados gerais dos inumados e dos exumados ficam restritos a SEMULSP, Secretaria Municipal de Limpeza Pública. No entanto, ela não atualiza as informações em seu site e apresenta grande resistência em disponibilizá-los. Já o Cemitério Parque de Manaus que é privatizado e administrado pelo grupo Cortel, possui um sistema integrado de informações das pessoas inumadas conforme informações fornecidas pelos funcionários. Sendo assim, essa empresa fúnebre atua com a leitura de túmulos em QRCode. Porém, essa leitura não ocorre na unidade de Manaus, ela só acontece nas outras unidades e na matriz que estão localizadas no Sul e Sudeste do país, não aplicaram aqui em Manaus em virtude de uma disputa judicial com a prefeitura desde 1980, consideram que o investimento poderia não ter retorno, caso a prefeitura ganhe a ação na justiça.

3.3. GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES

Quais seriam os sentimentos, as sensações e as percepções que os colaboradores e os visitantes possuem em relação a esses espaços fúnebres no decorrer de suas vidas? Será que existe uma Geografia das Emoções?

Pode-se afirmar que existe uma Geografia das Emoções, ela seria a relação emocional que se pode estabelecer em dada porção do espaço geográfico, no qual através da singularidade das

experiências e vivências poderia resultar um olhar sensível diante da realidade. Através das experiências emocionais pode-se fazer uma leitura das sensações e sentimentos que se estabelecem quando as pessoas se deparam com certas paisagens e lugares.

Segundo Tuan (2012) para algumas pessoas, os espaços fúnebres seriam lugares de topofilia nos quais as pessoas passam a estabelecer um elo afetivo com o ambiente físico por este representar o lugar onde estão enterrados seus entes queridos. Em contrapartida, outras pessoas irão ter aversão e dificuldade de frequentarem esses espaços, tornando os cemitérios lugares de topofobia, ou seja, locais que causam medo.

De acordo com Furlanetto (2014) é possível estabelecer ou não uma geografia das emoções através da relação que se estabelece com os lugares que promovem sensações e sentimentos singulares, os quais são essenciais para a existência humana.

Sendo assim, segundo relatos dos colaboradores que atuam dentro dos espaços fúnebres da Cidade de Manaus, nas funções de coveiros, fiscais e zeladores dos cemitérios públicos, eles disseram que apesar de se acostumarem com sua função, e já tendo observado tudo que foi possível em relação à morte e sua herança que são os cadáveres, eles ainda veem os cemitérios como locais tristes e pesados, pois mesmo não tendo mais aquela topofobia em relação aos espaços fúnebres pelo trabalho diário exercido neles, eles não conseguem ter uma harmoniosa e perfeita topofilia, que seria o afeto pelo lugar, pois esse ambiente traz lembranças tristes. Embora seja visto como a necrópole mais linda, não deixa de ser um local de angústia e sofrimento.

Além disso, muitos colaboradores encaram o cadáver como algo comum e natural, uma ação que está fadada a acontecer com todos os seres vivos em algum momento da vida. Mas estar ali e acompanhar esse momento é como se vivessem a morte em sua plenitude, pois passam a vida inseridos na cidade dos mortos, tendo a consciência de que no futuro serão eles que estarão naquele mesmo lugar como cadáveres e que outros funcionários irão inumá-los, por isso, acabam tendo a sensação de que aquele local é um espaço mórbido, que causa temor quando se pensa em suas próprias finitudes.

As primeiras emoções que os seres humanos podem sentir são o medo e a alegria, elas acabam sendo perceptíveis, pois trazem consigo sentimentos e lembranças dos momentos vividos, os quais deixam sensações boas ou ruins, as quais resultaram em afetividade ou repulsa por lugares específicos. No caso das necrópoles, com o passar dos anos, elas foram perdendo sua importância

cultural e passaram de locais de festas e celebrações entre os vivos, para locais de medo, aversão e repulsa, onde as pessoas enterram seus entes queridos e sofrem pelas suas perdas.

Segundo Tuan (2005), o medo desses espaços fúnebres não é apenas uma circunstância objetiva, mas também uma resposta subjetiva. Por ser uma paisagem de cadafalsos e forças é objetivamente uma paisagem do medo.

A cultura de visitar os mortos com o tempo foi se tornando líquida, ou seja, se desfazendo em virtude de as pessoas mudarem seus sentimentos através dos pensamentos de cada época vivida. Da modernidade para o momento atual, o emocional das pessoas se tornou algo mais prático, sofrem a perda de um ente querido de forma rápida, enterram seus mortos e seguem suas vidas com um luto mínimo, e dificilmente voltam aos cemitérios para cultuar seus mortos depois, uma prática comum anteriormente.

Segundo um colaborador do Cemitério São Francisco, essa Geografia das Emoções acontece somente no momento da dor causada pela perda do ente querido, pois quando as famílias inumam seus mortos, elas choram dizendo que vão voltar para visitá-los. Ele narrou o caso de uma família, na qual os filhos sepultaram sua mãe em 2000 e depois disseram que voltariam para visitar e fazer um jazigo bonito. No entanto, os familiares só retornaram ao cemitério em 2023, para enterrarem o próximo morto consanguíneo. Quanto mais atual a geração, mais despreendida de crenças e práticas culturais tradicionais elas se tornam.

Portanto, quanto mais evoluído e tecnológico se torna o mundo atual, mais se observa que as emoções passam a ficarem em último plano. Fato que Bauman (2021) conseguiu definir perfeitamente em seu livro *Modernidade Líquida*. Ele pontua que no mundo globalizado, predomina a liquidez nas várias esferas da vida social, como por exemplo: o amor, a cultura, o trabalho e a própria finitude. Nesse mundo líquido e volátil as pessoas passam a se comprometerem menos, usando uma racionalidade para se adequar a sociedade atual na qual estão inseridos, rompendo dessa forma, com padrões antigos, tradicionais e sólidos.

Essa modernidade traz consigo a fragilidade dos laços humanos, isso se reflete nos espaços fúnebres, onde nada mais é feito para durar ou ser sólido como era antes, inclusive a forma de cultuar e homenagear quem se foi, pois para muitos a vida transcorre normalmente, mesmo diante da perda de alguém muito amado, o luto se torna momentâneo para que se possa acompanhar o mundo moderno no qual a cultura passa a ser líquida e a morte já não é mais a principal preocupação da vida.

3.4. LEIS AMBIENTAIS.

Os cemitérios são patrimônios com formatos arquitetônicos que guardam o passado histórico e cultural de uma sociedade. Por esta razão, são monumentos que devem ser preservados. Assim, na Constituição Federal de 1988 essa preocupação com a Lei 6938 de 318 8.1 discorre sobre:

§ 3º - O órgão estadual do meio ambiente e a SEMA, esta em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites. (BRASIL. Constituição 1988).

Segundo a lei acima, será considerado poluidor, a pessoa que causar degradação ambiental, seja ela pessoa física ou jurídica sofrerá as penalidades cabíveis e previstas em lei. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o responsável em realizar o licenciamento ambiental dos cemitérios através da resolução nº 335, de 03/04/03, onde define critérios mínimos.

Considerando outras resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA n.º 237/97, 335/03, 368/06 e 402/08, o Estado do Amazonas viu a necessidade de se estabelecer critérios técnicos para a implantação ou a regularização de cemitérios destinados ao sepultamento de cadáveres humanos, ou não, no que tange à proteção e à preservação do ambiente, em particular do solo e das águas subterrâneas. Com isso, foi criada uma portaria de Nº. 149/2018 pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) analisando o disposto do art. 16, da Lei Estadual n.º 3.785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Amazonas, onde ele definirá os procedimentos específicos para as licenças e autorizações ambientais estaduais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento.

Foram dispostos onze artigos que tratam exclusivamente de como proceder para conseguir o licenciamento ambiental de um cemitério, assim como a sua utilização. Desses onze será enfatizado o artigo quarto, a seguir:

Art. 4º. Os projetos de implantação e ampliação de cemitérios, submetidos ao licenciamento Ambiental, deverão atender os requisitos mínimos:
I - O perímetro e o interior do cemitério deverão ser providos de um sistema de drenagem superficial adequado e eficiente, além de outros dispositivos destinados a captar, encaminhar e dispor de maneira segura as águas pluviais de modo a prevenir erosão, alagamentos e movimentos de terra;
II - Internamente, o cemitério deverá ser contornado por uma faixa com largura mínima de cinco metros, destituída de qualquer tipo de sepultura, pavimentação ou cobertura em alvenaria;
III - O plantio de árvores no interior de cemitério, quando houver, só será permitido em áreas especialmente destinadas para esta finalidade como pequenas praças ou locais adequados onde as raízes não causem danos aos jazigos;

IV - Em locais onde a permeabilidade do substrato seja maior que 10-5 cm/s, medidas adicionais de impermeabilização devem ser adotados, de maneira a impedir a percolação de possíveis contaminantes em direção ao nível freático; V - O nível inferior das sepulturas deverá estar a uma distância mínima de 1,5 m (um vírgula cinco metros) acima do nível mais alto do lençol freático; VI - Materiais e métodos que dificultem ou impeçam a percolação do produto da coligação para o substrato onde se processa a inumação, deverão ser utilizados no caso do sepultamento acima do nível natural onde o solo original tenha sido retirado; {...} (PORTARIA/IPAAM/P/Nº. 149/2018).

Segundo o Art. 6º. dessa portaria, o licenciamento ambiental dos cemitérios deve ser renovado anualmente, porque como os sepultamentos que acontecem nos cemitérios acabam liberando necrochorume proveniente da decomposição dos cadáveres, eles podem gerar impactos negativos na água, no solo, e no ar, podendo ser vetores patogênicos de doenças e radioatividade.

Nos cemitérios públicos da Cidade de Manaus, essa preocupação ambiental não acontece como está previsto na lei, pois na prática, o cuidado é mínimo, já que o sepulcro só é vedado com cal caso tenha necessidade, na maioria das vezes, não há de fato uma fiscalização ambiental rigorosa que possa verificar se os cuidados ambientais estão sendo praticados. Segundo relatos de funcionários e colaboradores da Semulsp, nem na pandemia da COVID-19 esses cuidados aconteciam, pois muitos servidores ficavam sem utilizar os equipamentos de segurança exigidos para evitar o contágio, e com isso, acabavam colocando em risco as pessoas e o meio ambiente, facilitando a propagação do vírus. Certamente, se houvesse uma fiscalização constante isso não aconteceria. Falar sobre o cuidado com o meio ambiente é um assunto muito recorrente nas mídias, porém na prática, isso pouco acontece, pois faltam fiscalização e conscientização ambiental.

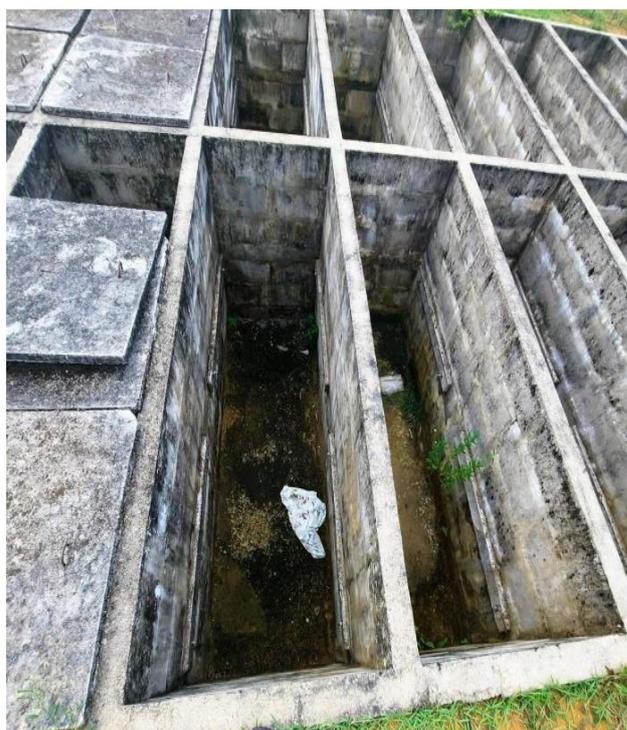
Já no Cemitério Parque de Manaus, existe uma maior preocupação ambiental, pois o espaço que é utilizado pelo grupo Cortel tem uma área verde ainda não utilizada, e que por isso eles tentam preservar. Segundo informações de um funcionário da necrópole a outra parte do terreno que está em uso ainda tem disponibilidade para novas inumações por um período de dez a 15 anos, isso se não houver nenhuma outra epidemia. Esse campo santo consegue preservar mais o meio ambiente, pois os corpos dos mortos não têm contato direto com a terra, porque são enterrados em gavetas de concretos, evitando assim, que a decomposição atinja os solos ou lençóis freáticos como mostram as figuras 99 e 100.

Figura 99: Gavetas de concreto do cemitério Parque de Manaus.



Fonte: Autoria própria.

Figura 100: Molde das gavetas na visão vertical.



Fonte: Autoria própria.

Legalmente toda a área onde está localizado o Cemitério Parque de Manaus é da prefeitura, segundo o contrato feito no passado, muitas áreas que eram administradas pelo grupo Cortel acabaram sendo usadas pelo Cemitério Nossa Senhora Aparecida que é público. Existe uma divisão estabelecida, ou seja, um portão que marca a fronteira de cada necrópole. A prefeitura já invadiu toda a área verde, na qual estava localizado o espaço concedido ao grupo Cortel. Mesmo com a colocação de uma cerca delimitando o local, as invasões continuaram em virtude da necessidade, pois com a pandemia, até as ruas do Cemitério Nossa Senhora Aparecida foram utilizadas para enterrar pessoas.

Figura 101: Área onde está inserido o cemitério Parque de Manaus.



Fonte: A autoria própria.

3.5. APAGÃO, COLAPSO FUNERÁRIO.

Os cemitérios fazem parte da topografia de uma cidade, onde um povo deixou expresso nas paisagens os sinais de sua cultura. Os sepulcrários retratados nas paisagens geográficas representam importante fonte histórica de uma sociedade em relação as suas características culturais que foram produzidas num certo momento da história e deixadas como herança para as gerações atuais, as gerações futuras e assim sucessivamente.

Esses espaços da morte são espaços sociais de memória que representam a preservação cultural, religiosa e socioeconômica de uma sociedade, sendo assim um produto humano, que se torna um verdadeiro monumento histórico inserido dentro de uma cidade, se tornando indispensável ao bom funcionamento dela. O medo de estar nesse local ocorre com a reflexão de que o futuro de todos os viventes acabará nele. Essa constatação sobre o destino também desperta uma grande reflexão de como seria a cidade dos vivos sem a cidade dos mortos, pois uma depende da outra para coexistir.

Diante desse fato, se deve refletir que apesar de todo esse tabu, os cemitérios são lugares essenciais à vida humana, pois, a cidade dos vivos necessita da cidade dos mortos para funcionar plenamente, já que sem esses espaços para a destinação final dos cadáveres, a cidade viveria um verdadeiro caos com corpos amontoados sofrendo a putrefação, ocasionado odores fortes, atraindo

assim, bichos e doenças, assim como situações de epidemias que causam um elevado número de óbitos num curto período de tempo.

Na história dos cemitérios da cidade de Manaus, assim como ocorriam em outros municípios, o número de pessoas inumadas crescia conforme o aumento populacional que era causado pelos movimentos migratórios e o número de nascimentos, com isso, os espaços fúnebres criados acabavam não acompanhando esse crescimento e ficando com poucos espaços para novos sepultamentos. Para que isso fosse evitado, foram criadas leis cemiteriais que garantissem que esses espaços fúnebres não corressem o risco de entrarem em colapso, ou pior, não haver espaços disponíveis para enterrar os cadáveres, resultando num verdadeiro apagão funerário.

Em Manaus, a preocupação com a finitude desses espaços da morte, se tornaram mais evidentes durante a pandemia mundial da COVID-19, em março de 2020, que provocou a morte de milhares de pessoas, causando pânico e colapsando hospitais e cemitérios, que quase não conseguiam atender a quantidade diária de óbitos. Por isso, foram adotadas medidas urgentes que pudessem solucionar esse problema mesmo que momentaneamente, evitando assim um caos maior. Assim, para os hospitais foram encaminhados caminhões frigoríficos que pudessem armazenar os cadáveres, evitando a putrefação rápida e os odores que eles poderiam liberar. Já as necrópoles adotaram como medidas, os sepultamentos em valas coletivas, comparadas às trincheiras, como aconteciam em momentos de guerras.

Nesse contexto, os cemitérios antes invisíveis para muitos, se tornaram protagonistas de um cenário triste e aterrorizante, se antes não existia uma preocupação com a finitude desses espaços fúnebres, com a pandemia ficou evidente a importância deles para o bom funcionamento de uma cidade, pois sem eles o que seria da salubridade e da ordem? A cidade teve um vislumbre do que a falta de espaços nos cemitérios causa na sociedade, já que as pessoas vítimas dessa doença foram enterradas de forma atípica, pois temiam que os espaços disponíveis para novas inumações acabassem. A figura 102 mostra os sepultamentos coletivos.



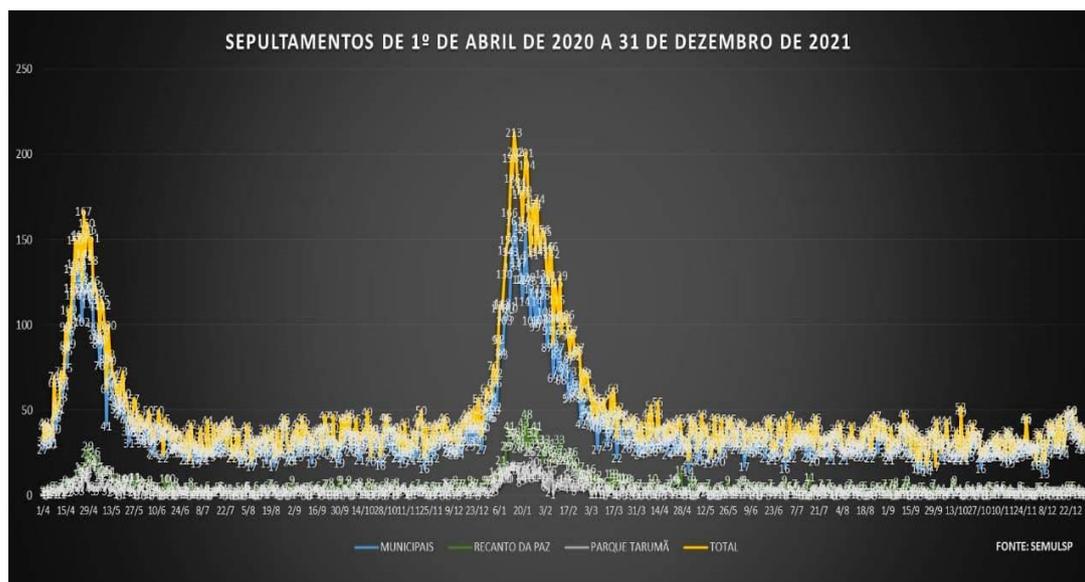
Fonte: exame.com em 22 de abril de 2020 - Covid-19: vítimas da doença no Amazonas chegaram a 193 nesta semana (AFP/AFP).

O primeiro pico elevado de mortes causadas pela pandemia da covid-19 em Manaus, aconteceu um mês após o seu início, em 26 de abril de 2020, nele foi ultrapassado o recorde diário de sepultamentos no Cemitério Nossa Senhora Aparecida, com 140 pessoas inumadas, sendo que o número normal diário é de 30 sepultamentos. O segundo pico aconteceu meses depois, precisamente, no dia 9 de janeiro de 2021, no qual a quantidade de mortos a serem enterrados foi de 130 corpos.

Em síntese, a Secretaria de Limpeza Pública (Semulsp) evidenciou esses períodos críticos, tristes e assustadores que a cidade vivenciou durante a pandemia da covid-19. A imagem abaixo mostra o número de inumações que aconteceram nos cemitérios públicos de Manaus e no Cemitério Particular Recanto da Paz, que fica no Iranduba município vizinho. Lembrando que o Recanto da Paz fazia várias cremações pagas pela Prefeitura de Manaus as famílias que aceitavam essa prática fúnebre, isso acontecia com o intuito de amenizar o colapso vivenciado pelos cemitérios da cidade.

A imagem do gráfico 3, mostra que durante a pandemia os momentos críticos no ano de 2020, ocorreram nos meses de março, abril e maio. Por fim em 2021, as maiores elevações quanto ao número de óbitos registrados foram nos meses de janeiro, fevereiro e março.

Gráfico 3: Número de inumações de abril de 2020 a dezembro de 2021.



Fonte: SEMULSP.

Na tabela 2, a seguir estão expostos os números de inumados nos cemitérios municipais e no cemitério particular Recanto da Paz nos anos críticos da pandemia.

Tabela 2: Número de sepultamentos no período da pandemia da Covid19.

RESUMO MENSAL 2020-2021				
Rótulos de Linha	MUNICIPAIS.	RECANTO DA PAZ.	PARQUE TARUMÃ.	Soma de TOTAL
2020	10690	1502	641	12833
+ abr	2433	252	124	2809
+ mai	1899	338	122	2359
+ jun	912	139	49	1100
+ jul	867	95	46	1008
+ ago	828	104	52	984
+ set	868	129	59	1056
+ out	950	151	54	1155
+ nov	852	123	63	1038
+ dez	1081	171	72	1324
2021	14672	2783	1067	18522
+ jan	3379	864	370	4613
+ fev	2148	596	195	2939
+ mar	1174	254	73	1501
+ abr	926	172	51	1149
+ mai	921	127	49	1097
+ jun	866	156	57	1079
+ jul	895	123	51	1069
+ ago	916	106	50	1072
+ set	806	110	32	948
+ out	866	99	49	1014
+ nov	791	79	43	913
+ dez	984	97	47	1128
Total Geral	25362	4285	1708	31355

Fonte: SEMULSP.

Haja vista o colapso no Sistema Único de Saúde (SUS), e a demanda de infectados pela covid-19 ser muito alta, os hospitais da Cidade de Manaus estavam com lotação máxima. Com efeito, conseguir um leito de UTI nesse período crítico era um verdadeiro milagre, tudo foi ficando caótico, já que a crise se expandia para os serviços funerários bem como para os cemitérios, que para conseguirem atender ao elevado número de sepultamentos, acabaram adotando, num momento de desespero e incerteza, as inumações em valas coletivas, o que trouxe muita tristeza para as famílias que não poderiam realizar os funerais, uma vez que pouco se sabia sobre a propagação e contágio do vírus.

Além disso, o recomendado eram enterros rápidos e sem abertura dos caixões, como resultado dessa prática, a despedida se tornava mais dolorosa e com poucos familiares. Conforme o Decreto 4.801, de 11 de abril de 2020, era permitido no máximo cinco pessoas para acompanharem de longe o sepultamento do seu ente querido, evitando assim um risco maior de propagação do vírus.

Ademais, a falta de adesão ao isolamento social também contribuiu para que os hospitais da cidade chegassem a uma ocupação de leitos que oscilava entre 96% e 100%, segundo dados da Fundação de Vigilância Sanitária do Estado (FVS), e isso acabava tendo reflexo na alta de enterros, já que muitas pessoas chegavam ao óbito em casa, sem terem tido acesso a uma vaga hospitalar a tempo. Posteriormente, dados do monitoramento realizado pela empresa pernambucana InLoco, mostrou através do seu site, um mapa do Brasil com os índices de isolamento social baseados na localização de celulares. Além de dados nacionais, a plataforma mostrou os números de cada estado. Dessa maneira, na primeira semana em que o decreto de isolamento social entrou em vigor no estado do Amazonas, em 23 de março de 2020, a adesão da população era de 51%, cinco pontos percentuais a menos do que a média brasileira, que era de 56%.

Após todo o sofrimento vivenciado em 2020 pelas famílias que tiveram seus entes queridos sepultados em valas coletivas, o secretário Sabá Reis que assumiu a Secretaria de Limpeza Pública (Semulsp) no início da gestão do Prefeito David Almeida, em janeiro de 2021, declarou em um jornal local, que caso houvesse um novo surto e o aumento no número de enterros, Manaus não voltaria a realizar sepultamentos em valas coletivas, como ocorrido no ano anterior, e que se fosse necessário, seriam utilizadas as gavetas que estavam em construção no que viria a ser pouco depois, o Cemitério Indígena dentro do Campo Santo de Nossa Senhora Aparecida, inaugurado no dia do índio em 2022.

Ainda segundo o secretário da Semulsp, nenhuma das covas verticais do novo cemitério haviam sido utilizadas durante a pandemia, pois culturalmente, a nossa população tem o costume de

sepultar as pessoas em covas comuns, nas necrópoles horizontais, porém no momento que não houvesse mais essas covas disponíveis, as pessoas teriam que aceitar e entender que os enterros seriam realizados nas verticais. Além disso, havia a opção de os mortos serem cremados no crematório de Iranduba, mas muitas pessoas não aceitaram fato que complicou ainda mais a situação.

Figura 103: Gavetas verticais dentro do cemitério Nossa Aparecida 2021.



Fonte: G1 Amazonas. 2021.

A rotina diária de 30 enterros foi rompida de forma brusca e avassaladora com a chegada da pandemia da COVID-19. Com isso, a pesquisa tornou-se de grande relevância, embora ela tenha sido elaborada antes da pandemia, visto que muitas pessoas não vislumbravam que esses espaços fúnebres poderiam chegar ao fim, porém com esse surto epidêmico esse pensamento mudou e colocou as necrópoles em uma situação de destaque e de preocupação caso ocorressem novos flagelos.

Quando a pandemia da Covid-19 enfraqueceu em Manaus, todos os dez cemitérios públicos, incluindo os urbanos e os rurais receberam uma revitalização. Muitos colaboradores ficaram felizes com as reformas, mesmo sabendo que só estavam acontecendo como propaganda política, pois esses monumentos tornaram-se os protagonistas da cidade em virtude da pandemia. Ainda segundo os funcionários, a atual gestão foi a que mais investiu nos espaços fúnebres. Porém, ela ainda precisa investir mais e elaborar alternativas viáveis para que esses espaços não entrem em colapso de forma rápida caso haja outro surto epidêmico.

Outrossim, em campo os colaboradores ainda relataram a possibilidade da prefeitura adquirir um terreno no município de Iranduba, destinado a construção de novas necrópoles. Dessa forma, as

únicas medidas preventivas concretas existentes atualmente são as concessões temporárias de sepulturas, o ossuário e a cremação para quem aceitar essa prática. Portanto, Manaus necessita urgentemente de novas políticas públicas para que a cidade não reviva novamente o cenário caótico ocorrido entre os anos 2020 e 2021.

A princípio uma das opções mais viáveis dessas ações seriam as cremações e os cemitérios verticais, já que as cremações exigem um gasto único porque há o descarte final do cadáver e a família não precisa arcar com mais nenhum tipo de taxa de manutenção, como as que são pagas nos sepulcros. Porém essa prática tem dois entraves, o aspecto cultural e o alto custo da incineração dos corpos. Em contrapartida temos as necrópoles verticalizadas que são ótimas alternativas já que não poluem o meio ambiente, e possuem um baixo custo de manutenção, além da sua instalação ser mais compacta do que a de um cemitério horizontal, isso otimiza os espaços a serem ocupados, proporcionando uma capacidade maior de sepulcros.

No Brasil, há em torno de dez cemitérios verticais, sendo o maior deles a Memorial Necrópole Ecumênica de Santos, em São Paulo, inaugurada em 1983. Ela é a primeira da América Latina e a mais alta do mundo com 40 mil metros quadrados, nesse memorial está enterrado Pelé, o rei do futebol. Essa modalidade de sepultamento ainda é uma novidade para a sociedade, pois as inovações costumam ser lentas, já que as pessoas aceitam mais facilmente formatos mais antigos e tradicionais.

Figura 104: Memorial Necrópole Ecumênica em Santos é o maior e mais completo cemitério vertical do mundo.



Fonte: Memorial Necrópole Ecumênica - [\(business.site\)](#).

Portanto, os cemitérios horizontais por uma questão cultural devem permanecer por muito tempo. Eventualmente tem acontecido a construção de cemitérios parques, com o intuito desses espaços serem incorporados diariamente pelos vivos. Sendo assim, eles não teriam somente a finalidade fúnebre e triste, também estimulariam o público a fazerem atividades dentro da cidade dos mortos, como oficinas, fotos, celebrações, além de cultivar seus entes queridos, essa também seria uma forma de resgatar o que acontecia em tempos remotos, fazendo com que não se tornem monumentos obsoletos no espaço e no tempo.

A cultura, como tende a ser vista agora, é tanto um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autopropetuação quanto em garantir as suas condições para futuras experimentações e mudanças. Ou melhor, a cultura se “autopropetua” na medida em que não o padrão, mas o impulso de modificá-lo, de alterá-lo e substituí-lo por outro padrão continua viável e potente com o passar do tempo. O paradoxo da cultura pode ser assim reformulado: o que quer que sirva para a preservação de um padrão também enfraquece o seu poder. (Bauman, 2012, pág. 28).

Ariès (1982) salienta que os espaços da morte, além de serem sinais de culturas também compõem o redimensionamento das urbes. Logo faz-se necessário que os gestores, assim como a sociedade em geral compreenda e valorize esses espaços, entendendo que sem sua presença não há o descarte dos nossos entes queridos, fato que ocasionaria o caos populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto Elias (2001) afirma que a morte sempre foi um problema dos vivos e que eles deveriam encontrar soluções para ela, essa inquietude acontece desde os tempos remotos, com os homens primitivos que mesmo sem ter um conhecimento tão amplo sobre sua própria finitude, já se preocupavam com o destino de seus mortos. Essa preocupação mostra que esses espaços fúnebres sempre foram importantes, surgindo antes mesmo da cidade dos vivos.

Ademais, a morte é um ato histórico que sempre acompanhará a humanidade em todos os tempos, mesmo que pensar ou falar sobre esse acontecimento seja um tabu que provoque medo e espanto, torna-se necessário lhe dar a importância que merece no mundo dos vivos, já que o produto dela é o cadáver que precisa de uma morada final para que possa descansar, entrar em decomposição e evitar riscos a salubridade humana, bem como não causar desordem espacial.

Logo, a evolução dos espaços dedicados a morte acontecerá no espaço e no tempo de maneiras distintas, pois cada sociedade em determinado período histórico, conforme seus conhecimentos e crenças terão ritos e rituais com procedimentos específicos para se despedir e escolher como será o descarte final dos seus mortos. Além disso, cada povo edificara esses monumentos cemiteriais nas paisagens geográficas de forma particular, estabelecendo assim, uma conexão entre passado, presente e futuro, evidenciando como deixaram registradas suas tradições culturais e a relação que tinham com o misterioso fenômeno que é a morte.

No Brasil, a questão fúnebre teve um avanço na república, pois passou a seguir o modelo europeu de higienização, afastando os cemitérios das igrejas e das cidades por conta da salubridade. Isso acontecerá no processo de secularização, no qual ocorre a transferência do poder eclesiástico para o poder estatal, nesse contexto a igreja católica perde o poder sobre os espaços fúnebres que passam a ficar sobre a responsabilidade do estado laico e posteriormente do município.

Já em Manaus a influência europeia vinha desde a arquitetura presente nas construções do período da Belle Époque, como no modelo higienista, que afastava os cemitérios do perímetro urbano para as suas periferias. Nesse contexto surge o Cemitério São João Batista, o primeiro a ser considerado de fato público e laico, essa necrópole é herança do período áureo da borracha, e no ano de 1988 se tornou Patrimônio Histórico do Estado do Amazonas devido a importância cultural e histórica que tem suas edificações.

Por outro lado, a Cidade de Manaus passou também a utilizar regimentos nacionais e municipais que pudessem melhorar a utilização desses espaços fúnebres. No entanto, com o passar do

tempo além dos códigos de posturas, tornava-se necessário construir novos cemitérios que pudessem dar suporte ao São João que já estava atingindo sua capacidade máxima, com isso surgem outros cemitérios públicos horizontais na urbe para tentar atender a demanda que aumentava conforme o crescimento populacional e o processo de urbanização.

A princípio os espaços fúnebres ganharam grande visibilidade com a pandemia da COVID19, pois mostrou ao mundo contemporâneo um cenário caótico, já vivenciado em outros períodos históricos com outras epidemias. Em virtude desse fato, a incerteza e a falta de conhecimento sobre o vírus vitimaram muitas pessoas num curto período, trazendo desespero e medo para todos.

Nesse contexto, Manaus vivenciou cenas aterrorizantes quando precisou adotar como medida extrema o sepultamento em valas coletivas que eram denominadas trincheiras, como as utilizadas em períodos de guerra. Nesse ínterim o que estávamos vivenciando era um cenário de guerra e caos, já que entraram em colapso a saúde e os cemitérios devido à alta demanda que precisavam atender sem ter as condições necessárias para isso. Com receio de não terem espaços suficientes para inumar todos os mortos, e saíssem de uma situação de colapso para um verdadeiro apagão funerário decidiram pelo sepultamento coletivo.

Sendo assim, as necrópoles podem ser pensadas através de várias perspectivas geográficas como: paisagens do medo, dos lugares simbólicos e míticos, lugares cheios de tristeza, território dos mortos, espaços de manifestações culturais e religiosas etc. Independentemente do olhar geográfico, esses espaços fúnebres irão representar a fragilidade humana que a finitude traz, bem como a contemplação final de alguém que amamos.

Portanto, a intenção dessa pesquisa foi revelar o significado dessa forma espacial presente nas mais diversas sociedades, como os grupos sociais se relacionam com ela, as mudanças de localizações ao longo da história, além de apresentar políticas públicas ou privadas que possam resolver a problemática desse fenômeno complexo que é a morte, considerando que ela é inegável e acontecerá para todos em algum momento de sua vida, por isso se faz necessário compreender e encontrar soluções dinâmicas e socioespaciais que possam contribuir para uma reflexão mais aprofundada, instigando debates e buscando alternativas para que esses espaços fúnebres não cheguem a sua finitude causando caos e desordem nas cidades.

Dessa forma, dentre as opções de destinação final de um cadáver, as que seriam mais benéficas, econômicas e menos prejudiciais ao meio ambiente seriam os cemitérios verticais e a cremação. Vale ressaltar que culturalmente a cremação não é muito aceita por conta da religião, porém seria uma das melhores práticas fúnebres, pois teria um gasto único, sem necessidade de pagar taxas ou

mensalidades de manutenção, exceto no caso de a família decidir deixar as cinzas do seu ente querido em cinerários.

Diante disso, outra alternativa benéfica seria a verticalização da morte, ou seja, espaços fúnebres deixariam de ser construídos no modelo padrão tradicional de forma horizontal para a forma vertical aumentando assim, a capacidade espacial e reduzindo a ocupação territorial, já que ocuparia menos espaço com uma maior capacidade de covas num modelo contemporâneo de prédio, além da otimização espacial os impactos ambientais são mínimos uma vez que os cadáveres não seriam inumados diretamente nos solos, por todas essas vantagens seria dentre as opções a melhor.

REFERÊNCIAS

- ACRÍTICA. Cemitério em Manaus cria cerca para dividir área popular da considerada nobre. Matéria de 11 de março de 2022. Disponível <[Cemitério em Manaus cria cerca para dividir área ‘popular’ da considerada ‘mais nobre’ \(acritica.com\)](http://acritica.com)>. Acesso em: 18 de março de 2023.
- AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.
- AMATUZZI, M. M. (1996). **Apontamentos a cerca da pesquisa fenomenológica**. Estudos de Psicologia (Campinas), 13 (1), 5-10.
- AMAZONAS ATUAL. Matéria de 28 de outubro de 2020. Disponível <[Cremação de mortos pela Covid-19 custou R\\$ 2,5 milhões em Manaus \(amazonasatual.com.br\)](http://amazonasatual.com.br)>. Acesso em: 11 de março de 2023.
- Âmbito Jurídico. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-separacao-do-estado-e-da-igreja-para-o-bem-do-direito-uma-analise-juridica-fundamentada-no-contexto-historico/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2022.
- ARIÈS, P. (1914-1984). **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias** / Philippe Ariès; tradução Priscila Viana de Siqueira – [Ed. Especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ARIÈS, P. **O homem diante da morte**; tradução Luiza Ribeiro. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas** (1859). Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1890.
- BARATA, Neto, Humberto D.F **Cemitério Municipal de São João**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Trad. Regina Régis Junqueira, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt, 1925-2017. **Modernidade líquida** / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt, 1925 – **Ensaio sobre o conceito de cultura** / Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.
- BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido Oculto dos Ritos Funerários: morrer é morrer?** São Paulo: Paulus, 1996.
- BRASIL, decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2022.
- BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2022.
- BELL, Catherine (1997). **Ritual Perspectives and Dimensions**. Nova York: Oxford University Press.
- BELLOMO, H. R. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 56.

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus: pródromos e sequências**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

CAMILLE VARNIER, « Introduction », **Géographie et cultures** [En ligne], 110 | 2019, mis en ligne le 26 novembre 2020, consulté le 02 décembre 2021. URL:

<http://journals.openedition.org/gc/11892>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

CARVAJAL, Gaspar de; Acuña, Cristobal de; Rojas Alonso de – **Descobrimientos do Rio Amazonas**. Traduzidos e anotados por C. de Mello – Leitão, Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5.^a, Vol. 203, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial/ Sidney Chalhoub**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

CURRENT WORLD POPULATION. **Worldometers, 2022**. Disponível em <<https://www.worldometers.info/world-population/>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico**. V.1. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense. 193. P.150.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890 – 1920 / Edineia Mascarenhas Dias**. 2.^a edição – Manaus: Editora Valer, 1999.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente / Durango Martins Duarte**. 1.^a ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 6^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ELIAS, Norbert, 1897-1990. **A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer / Norbert Elias; tradução, Plínio Dentzien**. - Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

IVALDO A. D'Assumpção (org.). **Biotanatologia e bioética**. São Paulo: Paulinas, 2005. – (Coleção pastoral da saúde).

EXAME.COM 55. Com SUS em colapso, Amazonas enterra vítimas da Covid -19 em vala coletiva. Disponível <[Com SUS em colapso, Amazonas enterra vítimas da covid-19 em vala coletiva | Exame](#)> Acesso em: 09 de abril de 2023.

FARGETTE-VISSIÈRE, Séverine. **Os animados cemitérios medievais**. História Viva. 67 ed, p. 48-52, maio, 2009, p.49.

FERREIRA, A. B. (2003). **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa** (3^a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. por Roberto Machado. 4.^a ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FURLANETTO, Beatriz. (2014). **Geografia e Emoções. Pessoas e Lugares: Sentidos, Sentimentos e Emoções**. Revista Geografar. Volume 9. 200 páginas. 10.5380/geografar. v9i1.36829.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis, 1830-1889. **A cidade antiga / Fustel de Coulanges; tradução Fernando de Aguiar**. -- 4.^a ed. -- São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Paidéia).

FVS. Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas. FVS. Disponível <[Portal FVS-RCP/AM](#)> Acesso em: 09 de abril de 2023.

GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História** / Etelvina Garcia. - 2.^a ed. rev. Manaus: Norma. Ed., 2005.

GOTTMAN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim campineiro de Geografia, v.2, n.3, p.523-545, 2012.

G1. A natureza acolhendo lembranças, 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/especial-publicitario/parque-memorial-japi/a-natureza-acolhendo-lembrancas/noticia/tipos-de-cemiterio-voce-sabe-qual-sao-e-qual-a-diferenca-entre-eles.ghtml>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

G1. Notícias da Amazônia. Abandonado, cemitério indígena de mais de 700 anos acaba destruído em Manaus, matéria de 29/05/2010. Denis Barbosa do Globo Amazônia. Disponível <<https://g1.globo.com/Amazonia/0,,MUL1596351-16052,00.html>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

G1 AMAZONAS. ‘ Não terá vala coletiva’, diz secretário sobre aumento de enterros em Manaus. Disponível <['Não terá vala coletiva', diz secretário sobre aumento de enterros em Manaus | Amazonas | G1](#)> Acesso em: 09 de abril de 2023.

Governo do Estado do Amazonas. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Disponível <[Port-149-Regularização-Cemitério.pdf \(ipaam.am.gov.br\)](#)> Acesso em: 09 de abril de 2023.

GRUPO CORTEL. Cemitério Parque de Manaus. Grupo Cortel Disponível < [Grupo Cortel Cemitério Parque de Manaus](#)> Acesso em: 11 de março de 2023.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss** da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo de 2010. Rio de Janeiro: IBGE 2012.

IMBER-BLACK, E. (1998). **Os rituais e o processo de elaboração**. In F. Walsh & M. McGoldrick, *Morte na família: Sobrevivendo às perdas* (pp. 229-245). Porto Alegre: Artmed.

JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS. Disponível em <[Estrella do Amazonas \(AM\) - 1854 a 1863 - DocReader Web \(bn.br\)](#)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

JORNAL DO COMMERCIO DO AMAZONAS. Disponível em <[Comercio do Amazonas \(AM\) - 1870 a 1912 - DocReader Web \(bn.br\)](#)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

JORNAL REAL TIME1. Cemitério Santo Alberto, na Zona Leste de Manaus, passará por reforma. Disponível <<https://realtime1.com.br/dia-a-dia/cemiterio-santo-alberto-na-zona-leste-de-manaus-passara-por-reforma/>> Acesso em: 02 de abril de 2023.

JUSBRASIL. Disponível <[lei da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6938/81 | Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Presidência da Republica \(jusbrasil.com.br\)](#)> Acesso em: 09 de abril de 2023.

KELLER-LEUZINGER, Franz. **Os rios Amazonas e Madeira**, esboços e descrições do caderno de um explorador. *Londres: Chapman & Hall, 1874*.

KELLER-LEUZINGER, Franz (1835-1890). **Os Rios Amazonas e Madeira: esboços e relatos de um explorador** / Franz Keller-Leuzinger; tradução, apresentação e notas de Adriano Gonçalves Feitosa – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

KOVÁCS, M. J. (Coord.). **Morte e desenvolvimento humano**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

- LEAKEY, R. (1997). **A origem da espécie humana** Rio de Janeiro: Rocco.
- Legislação Municipal de Manaus AM. Disponível<[Decreto 4638 2019 de Manaus AM \(leismunicipais.com.br\)](http://leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 03 de março de 2023.
- LEGISWEB Informação Rápida e Confiável. Disponível<[Resolução CONAMA nº 335 de 03/04/2003 - Federal - Legisweb](http://legisweb.com.br)>Acesso em: 09 de abril de 2023.
- Leis Municipais de Manaus. Disponível<[Lei Ordinária 1273 2008 de Manaus AM \(leismunicipais.com.br\)](http://leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 03 de março de 2023.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Origem Histórica dos Cemitérios**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1977.
- MANAUSCULT E PREFEITURA DE MANAUS. Cemitério indígena será entregue na próxima terça-feira 19/04, matéria de 18/04/2022. Disponível<<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/cemiterio-indigena-sera-entregue-na-proxima-terca-feira-19-4/>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.
- MARANHÃO, J. L. S. **O que é morte**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 77 p. Coleção Primeiros Passos, 150.
- MARCOY, Paul. **Viagens pelo Rio Amazonas** / Paul Marcoy. Tradução. Introdução e notas de Antônio Porro. 1.ª ed. em português. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas. 2001.
- MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e secularização: as categorias do tempo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- Memorial Vera Cruz. Cemitérios verticais: conheça mais essa tendência. Disponível<[Cemitérios verticais: conheça mais essa tendência \(memorialveracruz.blog.br\)](http://memorialveracruz.blog.br)> Acesso em: 30 de julho de 2023.
- Memorial Necrópole Ecumênica. O mais completo cemitério vertical do mundo. Disponível<<http://www.memorialcemiterio.lwsite.com.br/>> Acesso em: 30 de julho de 2023.
- Memorial Vera Cruz. Cinerários: conheça os espaços próprios para a guarda de cinzas. Disponível<[Cinerários: conheça os espaços próprios para a guarda de cinzas \(memorialveracruz.blog.br\)](http://memorialveracruz.blog.br)> Acesso em: 30 de julho de 2023.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910** / Otoni Moreira de Mesquita. 3.ª ed. – Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.
- MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Coleção Biblioteca Universitária, nº 19. Mem Martins. 2 ed. Publicações Europa-América, 1988.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NERY, Frederico José Sant'Anna Barão (1885). **LE PAYS DES AMAZONES: l'Eldorado les Terrer A Caoutchouc**. Paris: L. Frizine.
- NOGUEIRA, R. de S. **Elos da memória**: passado e presente, cemitério e sociedade. Vivência: Revista de Antropologia, n.39, p.83-89, 2012.
- PAULILO, M.A.S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista, Londrina, PR, v.2, n.2, p.135-148, jul / dez, 1999.

PARKER-PEARSON, M. **Mortuary Practices, society and ideology: an ethnoarcheological study.** In: HODDER, 1. ed., 1982, p. 99-113.

PETRUSKI, Maura Regina. **A cidade dos mortos no mundo dos vivos: cemitérios.** [Editorial] História Regional 11(2): p. 93-108, Inverno, 2006.

PEW RESEARCH CENTER. **Religion, 2015.** Disponível em <<https://www.pewresearch.org/>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

P858 **Posturas Municipais, Amazonas (1838 – 1967).** / Organização de Patrícia Melo Sampaio. – Manaus: EDUA, 2016.

PREFEITURA DE MANAUS, História, 2023. Disponível <<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/conheca-historia-manaus-museu/>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA DE MANAUS. Últimos ajustes para entrega de cemitério indígena de Manaus são definidos, matéria de 07/04/2022. Disponível <[Últimos ajustes para entrega de cemitério indígena são definidos \(manaus.am.gov.br\)](https://www.manaus.am.gov.br/ultimos-ajustes-para-entrega-de-cemiterio-indigena-sao-definidos)> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA DE MANAUS. Prefeito David Almeida entrega o primeiro cemitério indígena urbano do país, matéria de 19/04/2022. Disponível <[Prefeito David Almeida entrega o primeiro cemitério indígena urbano do país - Manauscult/](https://www.manaus.am.gov.br/prefeito-david-almeida-entrega-o-primeiro-cemiterio-indigena-urbano-do-pais)> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA DE MANAUS. Centro histórico abrigará Memorial Necrópole de Manaus em homenagem aos povos indígenas, matéria de 24/02/2021. Disponível <<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/centro-historico-abrigara-memorial-necropole-de-manaus-em-homenagem-aos-povos-indigenas/>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

Portal Amazônia. Primeiro cemitério indígena urbano do Brasil é inaugurado em Manaus, matéria de 04/03/2023. Disponível <<https://portalamazonia.com/estados/amazonas/primeiro-cemiterio-indigena-urbano-do-brasil-e-inaugurado-em-manaus>> Acesso em: 03 de março de 2023.

Portal Manaus Alerta. Manaus inaugura primeiro crematório pet, o maior da América Latina. Disponível <[Manaus inaugura primeiro crematório pet, o maior da América Latina \(portalmanusalerta.com.br\)](https://portalmanusalerta.com.br/manaus-inaugura-primeiro-crematorio-pet-o-maior-da-america-latina)> Acesso em: 30 de julho de 2023.

RABELO, Ana Paula de Souza. **Do templo de taipa ao templo de pedra: a construção da igreja matriz de Manaus (1858 – 1878).** 2008. 167 f: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

REIS, João José, 1952 - **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX** – São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios.** São Paulo: Necrópoles, 2007. 104. p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo, SP: Atlas, 1999.

RIVIÈRE, C. (1997). **Os ritos profanos** Petrópolis: Vozes.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo. Editora: HUCITEC. 1978.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3.ª ed. – Editora Hucitec, São Paulo, 1990.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção ed.4.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Raquel Ferreira. **Cemitério Patrimônio** – Cemitério Municipal São João Batista, Histórias – Memórias – Arquitetura – Curiosidades – Normas – Administração – Realidades - 130 anos contextualizando a História de Manaus / Raquel Ferreira Santos. –Manaus, AM: Ed. do Autor, 2021.

SEMASC., Secretaria Municipal, SOS FUNERAL. Disponível < [SOS FUNERAL - SEMASC \(manaus.am.gov.br\)](http://SOS FUNERAL - SEMASC (manaus.am.gov.br)) >. Acesso em: 03 de março de 2023.

SEMULSP, Cemitérios Públicos de Manaus, 2021. Disponível em < <https://semulsp.manaus.am.gov.br/cemiterios/> >. Acesso em: 12 de junho de 2022.

SCHELER, Max. **Morte e sobrevivência**. Lisboa: Edições 70, 1993.

SCHILINDWEIN, R. (2001). **Aspectos psicológicos da terminalidade do luto e do morrer**. Revista Científica em Psicologia, 1(1), 19-30.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval** / Jean-Claude Schmitt; tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

THE WORLD FACTBOOK. **Field Listing Religions, 2015**. Disponível em <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/religions/>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

TUAN, Yi-Fu, 1930 - **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente / Yu-Fu Tuan; tradução: Livia de Oliveira. - Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu, 1930 – **Paisagens do medo** / Yu-Fu Tuan; tradução Livia de Oliveira – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TURNER, V. (1974). **O processo ritual**: Estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.

VAN GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.; tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VIORST, Judith. **Perdas Necessárias**. Tradução Aulyde Soares Rodrigues. 26ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História**: Fantasmas e Certezas nas Mentalidades Desde a Idade Média Até o Século XX. São Paulo: Editora Ática, 1997.